



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO

FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA NETO

**UM ESTUDO SOBRE
A MIGRAÇÃO DE JAPONESES PARA A AMAZÔNIA PERUANA
E SUA CONTINUAÇÃO PARA A AMAZÔNIA BRASILEIRA**

Belém
2014

FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA NETO

**UM ESTUDO SOBRE
A MIGRAÇÃO DE JAPONESES PARA A AMAZÔNIA PERUANA
E SUA CONTINUAÇÃO PARA A AMAZÔNIA BRASILEIRA**

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências, Área de Concentração em Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón Vaca

Belém
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA/UFPA

Silva Neto, Francisco Rodrigues da

Um Estudo sobre a migração de japoneses para a Amazônia Peruana e sua continuação para a Amazônia Brasileira / Francisco Rodrigues da Silva Neto; orientador Luis Eduardo Aragon. – 2014.

111 f. : il. ; 29 cm

Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2014.

1. Migração. 2. Amazônia – migração internacional. 3. Brasil - Migração internacional. 4. Japoneses – migração – Puerto Maldonado (Peru). 4. Japoneses – migração – Brasil. 5. Japoneses – Migração – Acre. I. Aragon, Luis Eduardo, orientador. II. Título.

CDD 22. 304.8811

FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA NETO

**UM ESTUDO SOBRE A MIGRAÇÃO DE JAPONESES PARA A AMAZÔNIA
PERUANA E SUA CONTINUAÇÃO PARA A AMAZÔNIA BRASILEIRA**

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências, Área de Concentração em Desenvolvimento Socioambiental.

Aprovada em 29 de maio de 2014.

Banca examinadora

Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón Vaca
Orientador – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Josep Pont Vidal
Examinador interno – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Examinador interno – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Mario Miguel Amin Garcia Herreros
Examinador externo - UNAMA

Profa. Dra. Edila Arnaud Ferreira Moura
Examinadora externa – PPGSA/UFPA

AGRADECIMENTOS

Agradeço por todas as energias positivas que me permitiram chegar a este momento. Essas energias se fizeram presentes de várias maneiras, e uma delas foi encontrar os professores Luis Eduardo Aragón Vaca e Marília Ferreira Emmi, docentes do NAEA e do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente, População e Desenvolvimento da Amazônia (MAPAZ). Grupo este composto de pesquisadores muito generosos em compartilhar o conhecimento e que me aproximou de vários debates que, até então, eu não havia me deparado ao longo de minha trajetória acadêmica.

Quero deixar registrado todo meu apreço ao Prof. Aragón, pela maneira com que conduz seus orientandos, com as devidas recomendações (sempre muito pertinentes!), a sensibilidade e o profissionalismo com que direcionou esta produção.

Muitas outras pessoas contribuíram direta ou indiretamente para a construção desta tese as quais gostaria de mencionar o máximo possível.

Aos meus familiares, ao meu pai Rui Nélio (*in memoriam*), minha mãe Maria Felipa, irmã Dayse Lettícia, tia Sônia Maria. Meu avô Francisco Rodrigues, que sempre esteve, mesmo com as limitações da idade, na torcida e perguntava todos os meses quando eu terminaria o doutorado.

Ao mesmo tempo em que os agradeço, peço as devidas desculpas pelas ausências e isolamento durante muitos momentos de viagens, pesquisas e construção do texto.

Aos amigos José Roberto Gonçalves, Suane Fonseca e Eric Gabriel, pela amizade e acolhida sempre que precisei ir ao Rio de Janeiro para pesquisar na biblioteca da antiga sede do Itamaraty.

Aos amigos Dora, Bruno e Ísis Margalho que me proporcionaram momentos de fuga do estresse e me ouviram, com muita paciência, sobre as angústias e as inquietações da tese.

À família da querida amiga Narda Gomes de Souza, com quem troquei informações teóricas, angústias e momentos de boas risadas.

Aos amigos da minha turma, em especial: Adriano Marini, Milena, Naíla, Francimara e Mônica; e Rachel Sfair, da turma de 2011.

Aos funcionários do Lima Che Lagarto Hostel, local onde me hospedei nas minhas idas e vindas a Lima. Os funcionários sempre muito gentis fizeram com que

eu me sentisse à vontade, quase em casa, mesmo distante de minha terra natal; cumprimentos especiais a Lorena Vallejos Valero, Choji Itosu e Jordan HC, meus amigos peruanos.

Por se tratar de uma pesquisa que envolve dois países, tive que enfrentar a burocracia institucional para ambos, o acesso aos documentos oficiais foi uma etapa muito difícil de ser superada, mas, ao final de muita espera, tudo deu certo. Assim, agradeço aos funcionários da Biblioteca do Itamaraty (Rio de Janeiro) e do Ministério das Relações Exteriores (Lima).

Agradeço aos funcionários da biblioteca central da Universidad Nacional Mayor de San Marcos (Lima), que me permitiram o acesso aos livros e teses que se referem ao tema deste estudo.

Os auxílios chegaram, seja com informações ou indicações, de diversas partes: do México, com a querida amiga Marcela I. Méndez Vázquez, que me indicou leituras fundamentais para o entendimento do contexto da imigração japonesa em direção ao Peru e as relações diplomáticas entre as duas nações; Nádia Luna Kubota, que mesmo durante suas pesquisas em Paris me enviou pelo menos uma dezena de artigos das bases de dados virtuais; Susy Murakami, jornalista do Jornal *Nippo* Brasil, sediado em São Paulo, que nos últimos momentos do sufoco me socorreu com a data de um artigo publicado em 2008 no referido jornal; as redes sociais facilitaram o contato com a jornalista e iniciamos uma boa conversa via chat.

Aos amigos(as) pesquisadores(as) que conheci ao longo desse período: Lili Kawamura, Célia Sakurai, Marcela I. Méndez Vázquez (Universidad de Guadalajara), Nádia F. Luna Kubota (UFSCar) e tantos outros.

Aos colegas do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA), por dividirem comigo os momentos de alegrias e angústias desse processo, destaco as(os) queridas(os) amigas(os): Sandra Lurine Guimarães, Cristina Sueli da Silva Lopes, Elza Ezilda Dantas, Bárbara Lou Veloso Dias, Loiane Prado Verbicaro, Elizabeth Reymão, Maria Stela Campos Dias, Karla Pamplona, Luiz Carlos, Marcelo Hely, Eunápio Dutra do Carmo, Júlio César dos Santos Patrício, Roseane Patrício, Giselle Alves.

À Elizabeth Samuel Levy devo um agradecimento especial, por ter me ouvido, com sua perspicácia profissional, no momento em que senti dificuldades em conduzir a produção deste trabalho.

Agradeço o auxílio prestado por dois queridos bolsistas de pesquisa para este projeto: Girsele e Kelton, que foram incansáveis em buscar informações nos arquivos sediados em Belém: Centur, APEP, CMA e no arquivo do escritório do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), todo meu apreço, em especial às coordenadoras Profa. Dra. Ana Paula Bastos e Profa. Dra. Lígia Simonian. E, aos funcionários da coordenação que me acompanharam nessa trajetória de idas e vindas, além da pressa sem ter fim, à Daniela, Aldo, Adyla Oliveira, Renan Louchard e Roseany Caxias Lima.

A normatização do trabalho e a revisão ortográfica foram realizadas por Albano Gomes, que reservou um espaço em sua agenda para dar toda a atenção necessária, no período em que o tempo já se tornava escasso.

Às bibliotecárias do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) pelo atendimento primoroso e a rapidez com que a Ficha Catalográfica foi padronizada, agradecimento especial à Rosângela que é muito querida.

Ao doutor Gota Tsutsumi, secretário executivo da Associação Nipo-brasileira de Belém (APANB), que sempre dispensou muita atenção quando entrei em contato para saber mais sobre a história dos *Peru kudari*. Ele que também já se aventurou pela Amazônia peruana, com intuito de desvelar um pouco mais sobre a trajetória dos imigrantes japoneses pioneiros na Amazônia brasileira, compartilhou comigo muito do seu conhecimento e material coletado ao longo de anos.

À Amélia Naoko Hamaguchi pela amizade e pelos livros que foram importantíssimos para novas leituras e descobertas sobre a saga dos japoneses na Amazônia.

Bem, o arrolamento de agradecimentos seria quase que interminável, mas a tese precisa ser finalizada, por isso, deixo meus sinceros agradecimentos a todos(as) que de alguma forma, seja por palavras, gestos ou mensagens me incentivaram a chegar até aqui.

RESUMO

A chegada de imigrantes japoneses ao Peru, a bordo do navio *Sakura Maru*, em 1899, para trabalharem nas fazendas da costa peruana, coincide com os anos áureos da exploração da borracha na Amazônia, o que fez essa região atrativa aos migrantes que não permaneceram nessas fazendas. No mesmo ano da chegada do navio *Sakura Maru*, 91 desses imigrantes se deslocaram para o atual departamento de Madre de Dios ao sul da Amazônia peruana. Passado o ciclo da exploração da borracha, muitos imigrantes japoneses permaneceram na Amazônia e em Madre de Dios se estabeleceram ao redor de Puerto Maldonado, surgindo uma próspera comunidade japonesa que se mantém até hoje. Na época da exploração da borracha alguns japoneses migraram para o atual estado do Acre (Brasil), chamados de *Peru kudari* (os descidos do Peru), mas poucos se fixaram, espalhando-se, após a queda da economia da borracha, por outros lugares do Brasil e outros países. Assim, esta tese pretende demonstrar que a migração de japoneses para o departamento de Madre de Dios, na Amazônia peruana, e o surgimento e consolidação de uma comunidade de japoneses em Puerto Maldonado (capital desse departamento), foram causados por três fatores principais: 1) Uma política contínua em prol da imigração japonesa para o Peru durante as primeiras décadas do século XX voltada para prover mão-de-obra nas fazendas de cana-de-açúcar e algodão da costa; 2) Envolvimento dos imigrantes japoneses em atividades econômicas demandadas durante a expansão da exploração da borracha na Amazônia peruana; e 3) Fortalecimento dessas atividades após a queda da economia da borracha para garantir o fornecimento de produtos necessários à população remanescente, inclusive, substituindo produtos não mais importados ou fornecidos por grandes empresas. Esses fatores não foram encontrados entre japoneses que avançaram até o Acre (Brasil), não conseguindo, portanto, a fixação de comunidades japonesas que permanecessem até a atualidade. As fontes utilizadas para a realização do estudo foram compostas de literatura sobre os movimentos migratórios internacionais, dados dos censos peruanos e brasileiros, jornais da época, documentos diplomáticos, e relatórios provinciais, entre outras. A tese é um estudo de demografia histórica utilizando dados quantitativos e qualitativos, na busca da compreensão do processo histórico do objeto pesquisado, com intuito de explicar os desdobramentos que ocorreram nas comunidades de imigrantes japoneses tanto em Madre de Dios (Peru) quanto no Acre (Brasil).

Palavras-chave: Migração Internacional. Japoneses. Peru. Brasil. Amazônia. Madre de Dios. Acre. *Peru kudari*.

ABSTRACT

The arrival of Japanese immigrants to Peru, aboard the ship *Sakura Maru*, in 1899, to work on the farms of the Peruvian coast, coincides with the heydays of rubber exploitation in the Amazon, which made this region attractive to migrants who did not remain in these farms. In the same year of the arrival of the ship *Sakura Maru*, 91 of these immigrants moved to the current department of Madre de Dios south of the Peruvian Amazon. After the cycle of exploitation of rubber, many Japanese immigrants remained in the Amazon and in Madre de Dios they settled around Puerto Maldonado, emerging a thriving Japanese community that remains up today. At the time of rubber exploitation some Japanese migrated to the current state of Acre (Brazil), called *Peru kudari* (those that descended from Peru), but few settled, spreading themselves, after the collapse of the rubber economy, to other places of Brazil and other countries. Thus, this thesis aims to demonstrate that migration of Japanese to the department of Madre de Dios in the Peruvian Amazon, and the emergence and consolidation of a Japanese community in Puerto Maldonado (capital of this department), were caused by three main factors: 1) a continuous policy in favor of Japanese immigration to Peru during the first decades of the twentieth century aimed to provide labor to the farms of sugar cane and cotton of the coast; 2) Involvement of Japanese immigrants in economic activities during the expansion of rubber exploitation in the Peruvian Amazon; and 3) Strengthening of these activities after the collapse of the rubber economy to ensure the supply of products required for the remaining population, including replacing of products imported or supplied by large companies. These factors were not found among Japanese who moved to Acre (Brazil), thus not getting the setting of Japanese communities that remained until today. The sources used in this study were composed of literature on international migration, data from the Peruvian and Brazilian censuses, newspapers of the time, diplomatic documents, and provincial reports, among others. The thesis is a study of historical demography using quantitative and qualitative data, in the quest to understand the historical process of the research object, in order to explain the developments that occurred in the communities of Japanese immigrants both in Madre de Dios (Peru) and Acre (Brazil).

Keywords: International migration. Japanese. Peru. Brazil. Amazon. Madre de Dios. Acre. *Peru kudari*.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Vilarejo de Pueblo Viejo na década de 1920	64
Fotografia 2 – Grupo de japoneses comerciantes no Centro Japonês em Puerto Maldonado (1937)	72
Fotografia 3 – Vista parcial da primeira praça das armas no centro de Puerto Maldonado na década de 1920	74
Fotografia 4 – Monumento central da praça de armas no centro de Puerto Maldonado na década de 1920 e atualmente	75
Fotografia 5 – Membros da Associação de Japoneses de Puerto Maldonado (1920)	77
Fotografia 6 – Isao Furuno, década de 1920	82
Fotografia 7 – Walkiria Furuno durante comemoração dos seus 80 anos em 23 de setembro de 2012.....	86
Fotografia 8 – Ichi e Masashi Nishizawa, anos 1970, pioneiros no cultivo do amendoim.....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Países sob competência dos comitês da Sociedade de Imigração Europeia, 1872	47
Quadro 2 – Companhias de transporte de migrantes japoneses para o Peru	60
Quadro 3 – Imigrantes japoneses que se destacaram em Madre de Díos	73
Quadro 4 – Algumas das atividades econômicas dos migrantes japoneses em Puerto Maldonado, 1910-1912	76

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Departamentos da selva peruana	65
Mapa 2 – Rotas percorridas pelos imigrantes japoneses até Madre de Dios	68
Mapa 3 – Território Federal do Acre em 1909	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Europeus residentes na província de Lima (1857, 1876, 1908, 1920)	45
Tabela 2 – Número de entradas de chineses chegados ao Peru (1849-874)	50
Tabela 3 – Prefeituras de origem dos primeiros imigrantes japoneses para o Peru, 1899	57
Tabela 4 – Distribuição dos primeiros imigrantes japoneses conforme as fazendas de destino na costa peruana, 1899	57
Tabela 5 – Chegada de imigrantes japoneses entre 1899 e 1923	59
Tabela 6 – Porcentagem de emigrantes do sul do Japão para Brasil e Peru, antes da Primeira Guerra Mundial	60
Tabela 7 – Exportações do Peru em milhões de soles nuevos, 1900-1929	61
Tabela 8 – Número de habitantes no departamento do Amazonas e Loreto, Amazônia Peruana, 1862-1896	69
Tabela 9 – Departamentos do Peru com maior número de japoneses e descendentes, 1966 e 1989	78
Tabela 10- Crescimento populacional estimado no Acre, no Amazonas e no Pará, 1910-1920	84

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	O problema	14
1.2	Objetivos	16
1.2.1	Objetivo geral	16
1.2.2	Objetivos específicos	16
1.3	Hipótese	16
1.4	Metodologia	17
1.4.1	Considerações sobre a Demografia Histórica	17
1.4.2	Fontes de dados	20
1.5	Estrutura da tese	25
2	DEBATES TEÓRICOS SOBRE MIGRAÇÃO	27
3	O JAPÃO EMIGRANTISTA	33
3.1	Entre a industrialização e a emigração	33
3.2	Os interesses estratégicos do Japão pela emigração	38
4	O PERU IMIGRANTISTA	42
4.1	A República Peruana e as políticas de incentivo à imigração	42
4.2	Os europeus entram em cena	44
4.3	Os chineses	49
5	A MIGRAÇÃO JAPONESA PARA O PERU	53
6	A MIGRAÇÃO JAPONESA PARA A AMAZÔNIA PERUANA	62
6.1	O departamento de Madre de Dios	62
6.2	A formação da comunidade japonesa de Puerto Maldonado	71
7	A MIGRAÇÃO JAPONESA PARA O ACRE (BRASIL)	80
8	CONCLUSÕES	91
	REFERÊNCIAS	94
	ANEXOS	102

1 INTRODUÇÃO

1.1 O problema

Em 03 de abril de 1899 chegava a primeira leva de imigrantes japoneses ao Peru a bordo do navio *Sakura Maru*¹, resultado de acordos assinados entre os dois países, com o intuito de estimular a vinda de japoneses para esse país.

Nessa primeira leva chegaram 790 trabalhadores para laborarem nas fazendas de cana-de-açúcar da região da costa peruana. Porém, nem todos os trabalhadores japoneses permaneceram nas fazendas da costa. Muitos se revoltaram pelas péssimas condições de trabalho e abandonaram as fazendas espalhando-se pelo país.

A chegada dos imigrantes japoneses ao Peru coincide com os anos áureos da exploração da borracha na Amazônia (1850-1920), o que fez essa região atrativa para aqueles migrantes que se revoltaram na costa.

No mesmo ano da chegada do navio *Sakura Maru*, 91 desses imigrantes japoneses dirigiram-se para o atual departamento² de Madre de Dios ao sul da Amazônia peruana.

Alguns migrantes japoneses chegados ao Peru também se dirigiram à Amazônia boliviana. O livro comemorativo do Centenário da Imigração Japonesa na Bolívia (FENABOJA, 2000), apresenta o quantitativo de que 93 japoneses foram enviados para trabalhar, em 1899, nos seringais bolivianos, e que durante o período de auge da extração da borracha³, cerca de 2.000 japoneses se encontravam nos seringais dos departamentos bolivianos de Beni (Riberalta e Cachuella Esperanza) e Pando (Cobija), conforme dados apresentados pela Fenaboja (2000).

Alguns registros indicam também a chegada de japoneses ao atual estado do Acre (Brasil), provenientes da Amazônia peruana e boliviana, tradicionalmente conhecidos como *Peru kudari* (os descidos do Peru). Este termo se refere aos

¹ O termo Sakura (桜, em japonês) significa cerejeira, cuja flor é o símbolo do Império japonês e Maru (丸, em japonês) significa navio.

² Divisão administrativa utilizada no Peru e na Bolívia equivalente a estado no Brasil.

³ A borracha natural é obtida do látex a partir do corte de algumas espécies de árvores entre as quais: *Hevea brasiliensis*, *Hevea benthamiana*, *Hevea camargoana*, *Hevea camporum*, *Hevea guianensis*, *Hevea microphila* entre outras. Apesar da grande quantidade de espécies das quais se pode obter o látex, apenas a espécie *Hevea brasiliensis* (seringueira) é cultivada para a extração do látex. Por este motivo utilizarei o termo “borracha” ou “goma” por me referir sempre a mesma espécie: *Hevea brasiliensis* (AGROCADENAS, 2005, p. 5).

japoneses que imigraram para o Peru a partir de 1899 e, posteriormente, saíram em busca de outras oportunidades na Amazônia peruana, e avançaram em direção à Amazônia brasileira e boliviana, sobretudo, na época áurea da exploração da borracha (TSUTSUMI, 2001, 2006; SAKURAI, 1993, 2000; HOMMA, 2011; ISHIZU, 2007; MUTO, 2010).

A imigração dos *Peru kudari* no Brasil mostra-se diferenciada exatamente por não ter sido resultado dos incentivos à imigração oficial do Japão para o Brasil, pois, quando esse processo se iniciou, os tratados entre Brasil e Japão ainda estavam sendo negociados.

Atualmente, nota-se que, da migração pioneira à Amazônia peruana surgiram comunidades prósperas como a comunidade japonesa ao redor de Puerto Maldonado, principal cidade do departamento de Madre de Dios (MORIMOTO, 1999) e a cidade de Jorge Mazuko, no mesmo departamento, fundada em 1930 por um imigrante japonês com esse nome (LIMACHI, 2009).

Processo semelhante parece ter acontecido com os migrantes japoneses na Amazônia boliviana que, conforme dados apresentados no sítio da Federação Nacional das Associações Boliviano-Japonesas (FENABOJA), depois da chegada dos 93 pioneiros, se estabeleceu na cidade de Cobija, no atual departamento de Pando, o senhor Nishikawa, que chegou ao porto de Callao (na costa peruana) em 1907, no quarto grupo de imigrantes japoneses. De onde se dirigiu para Tambopata (Madre de Dios), atraído pelas oportunidades que brindava a exploração da borracha nesse lugar, mas que com a decadência da produção, foi para Bolívia, chegando a Cobija em 1916.

Enquanto acontecia este movimento de migrantes japoneses provenientes da costa peruana em direção à região de Pando na Bolívia e, principalmente, a Puerto Maldonado na Amazônia peruana se fortalecia a fixação de japoneses em algumas comunidades na Amazônia, seja na Bolívia ou no Peru (FUKUMOTO, 1986; 1997; MORIMOTO, 1979; 1986; 1999). Entretanto, no lado brasileiro, no atual estado do Acre, não se registrava a presença significativa de imigrantes japoneses, apesar de ter sido esse estado, um dos lugares que mais atraía migrantes tanto brasileiros quanto estrangeiros na época da exploração da borracha.

Assim, esta tese pretende analisar esse fenômeno. Ou seja, responder ao seguinte questionamento:

Por que a migração de japoneses para o atual departamento de Madre de Dios, na Amazônia peruana, consolidou-se numa comunidade ao redor da cidade de Puerto Maldonado, que se mantêm até hoje, ao contrário da migração japonesa que continuou de Madre de Dios até o atual estado do Acre, Brasil?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Este estudo se propõe, portanto, analisar a migração de japoneses para a Amazônia peruana (especialmente para o Departamento de Madre de Dios), a consolidação de uma comunidade de japoneses em Puerto Maldonado (capital do departamento de Madre de Dios), e a contribuição para a migração de japoneses em direção ao estado do Acre (Brasil).

1.2.2 Objetivos específicos

1. Localizar historicamente, a partir das políticas governamentais do Japão, a promoção da emigração para o Peru.

2. Debater a partir das políticas governamentais do Peru, a promoção da imigração de japoneses.

3. Identificar as trajetórias seguidas pelos migrantes japoneses que se dirigiam da costa peruana para o atual departamento de Madre de Dios, especialmente no ciclo da exploração da borracha, e a sua contribuição para a migração de japoneses para o atual estado do Acre, Brasil.

4. Analisar a formação e fixação da comunidade japonesa de Puerto Maldonado na Amazônia peruana, e a existência efêmera da comunidade japonesa de Quinari, na Amazônia Brasileira.

1.3 Hipótese

Esta tese pretende demonstrar que a migração de japoneses para o departamento de Madre de Dios, na Amazônia peruana, e o surgimento e consolidação de uma comunidade de japoneses em Puerto Maldonado (capital

desse departamento), foram causados por três fatores principais: 1) Uma política contínua em prol da imigração japonesa para o Peru durante as primeiras décadas do século XX voltada para prover mão-de-obra nas fazendas de cana-de-açúcar e algodão da costa; 2) Envolvimento dos imigrantes japoneses em atividades econômicas demandadas durante a expansão da exploração da borracha na Amazônia peruana; e 3) Fortalecimento dessas atividades após a queda da economia da borracha para garantir o fornecimento de produtos necessários à população remanescente, inclusive, substituindo produtos não mais importados ou fornecidos por grandes empresas. Esses fatores não foram encontrados entre japoneses que avançaram até o Acre (Brasil), não conseguindo, portanto, a fixação de comunidades japonesas que permanecessem até a atualidade.

1.4 Metodologia

1.4.1 Considerações sobre a Demografia Histórica

Nesta pesquisa a análise da migração de japoneses para a Amazônia peruana e sua prolongação para a Amazônia brasileira aproxima-se da abordagem da Demografia Histórica

A partir de questionamentos acerca das estruturas das famílias é que muitos estudos têm surgido no campo da demografia histórica. Para Nascimento e Ferreira (2011) um dos componentes da Demografia é estudar a variação e mudança no comportamento populacional, assim, a Demografia Histórica mostra-se como um campo de estudo que tem emergido também no bojo das discussões sobre os movimentos migratórios (PATARRA, 1994).

Para Patarra (1994), o corte temporal pode significar amplitudes distintas no entendimento das séries históricas nas quais os movimentos humanos serão analisados. Se considerarmos os anos que compõem a década de 1950, que pode ser considerado um marco global de níveis e tendências, deixaremos de avaliar certas nuances que dizem respeito às oscilações e movimentos importantes em países específicos, o que reforçaria um sentimento de estabilidade entre todos os países envolvidos.

Apesar do objeto e objetivos bem definidos, por um longo período, a Demografia Histórica foi criticada pelo seu suposto empirismo, no entanto, os

mesmos estudos argumentam que os dados demográficos levantados pela Demografia Histórica trouxeram novas questões para a disciplina.

Para Michael Anderson (1989), ao longo do rápido crescimento da classe trabalhadora, os membros das famílias deixaram suas casas cada vez mais para trabalhar em diferentes organizações que pagavam seus salários individuais pelo trabalho de acordo com as tarefas que executavam.

Enquanto objeto de análise, segundo Faria (2011), a família e, conseqüentemente, a Demografia Histórica, tem a dinâmica populacional, como sua maior questão a ser investigada. Por exemplo, o clássico caso da demografia inglesa, que durante vários séculos experimentou um baixo crescimento demográfico e, no apagar das luzes do século XVIII e o nascente século XIX, registrou uma explosão demográfica.

Além disso, conforme observa Nadalin (2004), os estudos e os dados demográficos sempre tiveram o cunho “histórico”. No entanto, para a historiografia, a originalidade dos dados demográficos cristaliza a metodologia de base para os historiadores. Pois, para estes, a demografia traz em seu bojo a necessidade de outros tratamentos aos dados que coleta, o que extrapola os números que compõem a leitura de um cenário a partir dos dados quantitativos.

A possibilidade de extrapolar os dados quantitativos que, aparentemente, encerram os dados demográficos, abre múltiplas possibilidades para que outras áreas do conhecimento possam se debruçar no afã de vislumbrarem outros entendimentos. Então, como ressalta Nadalin (2004), se de um lado temos uma Demografia com seus aspectos formais que se alinham às ciências exatas, do outro lado, temos “demógrafos” que se debruçam na tentativa de ler qualitativamente as informações apresentadas após rigoroso processo quantitativo de coleta de dados.

Esse cenário aponta para uma possível “teoria da transição demográfica”, a qual pode ser analisada em três momentos: 1) as sociedades rurais ou tradicionais teriam um equilíbrio de natalidade e mortalidade, com altas taxas de natalidade e mortalidade; 2) o processo de urbanização e industrialização, o que caracterizaria uma resposta frente à necessidade de mais mão-de-obra e, o conseqüente aumento populacional, com elevadas taxas de natalidade e baixas taxas de mortalidade; 3) a maior probabilidade em restringir as altas taxas de natalidade, com contraceptivos, assim, haveria um reequilíbrio, em relação ao aumento populacional, com baixas taxas de natalidade e mortalidade. O modelo seguido no século XIX foi o de família

nuclear, individualista, com maior quantidade de filhos, denominada família malthusiana, antes do advento dos contraceptivos.

Nesta perspectiva torna-se relevante salientar, na análise de Nadalin (2004, p. 132), acerca das leituras sobre o uso do conceito de “transição”: em sendo verdade que o passado é marcado por altas taxas de mortalidade e natalidade, o que lhe daria uma feição comum na perspectiva populacional, também o é, mais ainda que, a simplificação escamoteia diferenças históricas, profundas e complexas. Assim, as diversidades precisam ser analisadas em seus respectivos contextos, afastá-las social e culturalmente, significa desconsiderar a trajetória que os índices de natalidade e mortalidade apresentam nos períodos compreendidos imediatamente anteriores ao início da transição.

A esses momentos, que representam a “teoria da transição demográfica”, podemos acrescentar a polêmica que, os estudos de Rosa Luxemburgo (1976) trouxeram para essa seara ao discordar das teorias marxistas que o capital não consegue se reproduzir apenas com a força do trabalho que o encerra em suas próprias fronteiras, mas que, para garantir os níveis de acumulação desejados, precisam da importação de braços provenientes de outras regiões, consideradas áreas pré-capitalistas, conforme análise de Silva (2005).

Então, para que o capital se reproduza é necessário que os trabalhadores sejam importados desses viveiros de mão-de-obra externos ao capital local. Nesse sentido, a acumulação de capital se relaciona a períodos anteriores dessa fase de reprodução mais ampliada do capital.

Muitas produções têm emergido a partir do interesse em perceber as trajetórias percorridas por grupos de migrantes na região amazônica, incluindo as de Aragón (2005; 2009; 2012; 2013) e muitas outras obras nas quais o autor tem se dedicado a analisar essa dinâmica entre os grupos estrangeiros na região, como se pode observar nos textos publicados após o Seminário sobre as Migrações Internacionais na Amazônia (ARAGÓN, 2009).

Alguns pesquisadores que compõem o Grupo de Pesquisa Meio Ambiente, População e Desenvolvimento da Amazônia (MAPAZ/CNPq) têm se debruçado em várias publicações que tratam acerca da temática da migração internacional, utilizando a abordagem da Demografia Histórica, tais como: Emmi (2008) que trata da migração de italianos para a Amazônia brasileira; Emi (2013) sobre as trajetórias seguidas pelos cinco principais grupos de migrantes para a Amazônia brasileira

entre 1850 e 1950; Smith (2012) que aborda a questão dos espanhóis na Amazônia; e Muto (2010), que investiga a inserção dos imigrantes japoneses na região Norte do Brasil.

O presente estudo agrega-se a esse acervo de pesquisa do Grupo MAPAZ. Trata-se de estudar dois países cujo desenvolvimento histórico apresenta dimensões significativas do ponto de vista da análise das migrações de japoneses na Amazônia na virada para o século XX; ou seja, durante a transição da economia gomífera para outros arranjos posteriores em Madre de Dios (Peru) e Acre (Brasil).

Em sociedades “complexas” como essas, conforme menciona Faria (2011), os aspectos demográficos podem ser privilegiados deixando de lado outras nuances; no entanto, o diálogo estabelecido entre as várias áreas do conhecimento produzem questionamentos pertinentes sobre a dinâmica demográfica no passado e no presente.

Assim, de acordo com Nadalin (2004), essas dinâmicas entre a população, o conjunto de indivíduos, a força de trabalho e o consumo, nexos estes, que fundamentam as organizações sociais, devem ser ponderadas quando da análise dos dados e do contexto no qual estão inseridas. Da mesma maneira, devem também ser ponderados os aspectos qualitativos dessa dinâmica populacional referentes a episódios de crises epidêmicas e econômicas, e os fatores genéticos, psicossociais (ou comportamentais) e políticos, dentre outros aspectos (NADALIN, 2004).

Nas palavras de Nadalin (2004), torna-se possível recortar uma história da população, considerando o dinamismo dos sistemas demográficos e suas consequentes articulações com outros sistemas: econômicos, sociais, ideológicos, entre outros. Portanto, os “fatos demográficos” mostram-se datados, o que reflete a temporalidade na qual se insere a sua problemática, assim, tornando-a concreta.

1.4.2 Fontes de dados

Dados sobre as trajetórias dos *Peru kudari* estão dispersos em diversas fontes: censos nacional e departamentais peruanos; jornais da época; publicações de autores brasileiros e peruanos; arquivos; fotografias antigas.

As fontes de dados acima referidas para esse estudo nos fazem observar de maneira mais apropriada, a caracterização do dinamismo de uma população. É o

que Motta e Costa (1997, p. 154) avaliam como um transbordamento de caráter interdisciplinar a partir do enfoque demográfico, que gera muitas possibilidades de contemplar as mais diversas fontes de pesquisa. Nesse estudo utilizamos censos nacionais e departamentais peruanos; jornais da época; publicações de autores brasileiros e peruanos; arquivos e fotografias antigas.

Se os censos no século XIX são mais acessíveis quanto a sua melhoria na estrutura e apresentação de dados, então, a análise de Nadalin (2004) corrobora no sentido de perceber que houve, no século XIX, uma mudança de mentalidades, o que fomentou uma melhor percepção da população quanto à necessidade de se coletar tais informações sobre o quantitativo populacional. “Essa mudança fora iniciada pelos estratos sociais mais elevados” (NADALIN, 2004, p. 53).

Assim, coletar informações relevantes nessas fontes, sobre um assunto tão pouco estudado como é o dos *Peru kudari*, representou um desafio à parte. No Brasil existem algumas produções acadêmicas sobre a migração japonesa na Amazônia após 1929, mas antes desse ano, muito pouco se conhece. Este estudo, portanto, representa uma contribuição à produção bibliográfica sobre a presença de japoneses na Amazônia brasileira antes da chegada oficial dos “primeiros” colonos.

Assim, estudar as trajetórias migratórias dos *Peru kudari* me colocou em face ao desconhecido Peru, começando pela dificuldade de compreender o idioma espanhol. Para quem estava acostumado ao “portunhol”, pensei que daria conta, mas, logo fui chamado atenção, por um peruano, que se tornou meu amigo, e que me dizia que, no Peru, não se entende o tal “portunhol”.

Ao voltar de minha primeira viagem ao Peru, no primeiro semestre de 2010, comecei a estudar espanhol, conseguindo proficiência suficiente para ler e me comunicar com os informantes da pesquisa.

Superado esse obstáculo, foi realizada uma segunda visita ao Peru, ainda em 2010, em busca de documentos e bibliografia sobre a história da migração japonesa nesse país, e a condição de vida dos imigrantes nas fazendas da costa peruana. Aos poucos fui descobrindo obras usadas e novas, disponíveis nos sebos da rua *Jirón Quilca*, no Centro de Lima, e outras livrarias da cidade; foi uma verdadeira “caça ao tesouro.”

E, a busca continuou no arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Peru. O período de pesquisa em seus arquivos foi agendado desde o Brasil com antecedência; era a minha terceira viagem ao Peru (março/2013).

Contudo, ao desembarcar no aeroporto de Lima, um oficial da polícia federal peruana, me chamou em um canto da sala de desembarque e perguntou qual o motivo de minha viagem ao país, pois já era a terceira, em aproximadamente dois anos. Respondi, procurando disfarçar meu nervosismo, que estava por conta da pesquisa, e tinha autorização do Ministério das Relações Exteriores para pesquisar em suas dependências, de maneira que após ler o documento e autorização, o policial olhou-me mais uma vez e, com um ar de surpresa, talvez pelo conteúdo do documento, dispensou-me desejando-me uma boa estada no país (Anexo A).

O arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Peru funciona em uma pequena sala destinada aos pesquisadores. Os funcionários são bastante atenciosos, mas tive grande dificuldade de entender alguns documentos escritos com a grafia do espanhol do século XIX.

Ao contrário das facilidades prestadas no arquivo do Ministério de Relações Exteriores, não foi possível ter acesso ao Arquivo Nacional do Peru. Após andar muito na cidade de Lima, em busca do local exato do Arquivo, me deparei com uma porta escondida num imenso prédio que faz parte de um complexo de pequenas lojas que vendem *souvenirs* para turistas.

Obviamente, eu já havia passado lá muitas vezes, mas não imaginava que o Arquivo Nacional pudesse ser tão escondido. Ao adentrar no prédio, fui atendido por uma jovem senhora muito simpática. Expliquei o motivo de ir até lá, mas o acesso foi negado, mesmo após apresentar a autorização do Ministério das Relações Exteriores.

Realmente, a burocracia para o acesso aos arquivos tanto no Brasil quanto no Peru foram próprias das instituições públicas, por se tratar de documentos que dizem respeito à diplomacia entre os dois países.

No Brasil pesquisei na antiga sede do Itamaraty, chamado de Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, prédio construído entre 1851-1855, que foi residência do conde de Itamaraty. Atualmente, abriga o Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Arquivo Histórico, que alberga muitos documentos que não foram transferidos para a atual sede localizada na capital federal, em Brasília. Houve também a necessidade de um pré-agendamento e, posterior confirmação, para poder ter acesso e consultar os arquivos (Anexo B).

Em Belém foram consultados documentos no Arquivo Público do Pará (APEP), que possui funcionários atenciosos. Além do APEP foi realizada pesquisa

no escritório do Ministério das Relações Exteriores, no Centro de Memória da Amazônia (CMA), e no arquivo do Porto do Belém. Aqui a documentação não foi localizada, as respostas recebidas foram sempre de desconhecimento ou da inexistência desses documentos considerados “tão antigos”.

Da mesma forma, não foi possível ter acesso aos documentos diplomáticos do antigo Consulado do Peru que funcionava na capital paraense.

As viagens realizadas ao Peru serviram para empreender o projeto dessa tese à medida que trazem novas leituras para a questão da mobilidade humana na região da Pan-Amazônia.

Assim, muito ainda se tem para pesquisar e muito distante está o esgotamento desse tema. Mesmo que as informações ainda sejam incipientes sobre os *Peru kudari*, as leituras adquiridas para a elaboração desse trabalho trouxeram novas reflexões e debates que podem suscitar muitos outros estudos.

A documentação à qual foi permitido o acesso, na antiga sede do Itamaraty, está repleta de possibilidades aos que se interessam pela temática das relações diplomáticas entre os dois países: Brasil-Peru.

Também foram utilizados censos que, mesmo apresentando algumas lacunas, para uma análise mais detalhada, foram úteis. O censo peruano de 1876, por exemplo, apresenta uma série de incoerências que surgiram de problemas administrativos e técnicos em sua aplicação. Muitas províncias não foram cobertas em sua totalidade, o que fez com que aparecessem inconsistências dos dados apresentados.

Soma-se a essas limitações a ausência, no formulário de recenseamento, da coluna onde seria anotada a informação sobre a nacionalidade dos estrangeiros. Essa informação era, algumas vezes, anotada no campo destinado às observações; e mesmo assim, o país de origem não era especificado, apenas constava que o indivíduo era estrangeiro ou não peruano.

Nesse aspecto, Nadalin (2004) considera que os historiadores que utilizam dados censitários devem sempre criticar os dados que lhes aparecem. Além disso, os trabalhos de natureza quantitativa são construídos a partir de tabulações e gráficos com números brutos que geram percentuais e curvas. A isso se soma a perspicácia do historiador em analisar também as conjunturas temporais nas quais os dados foram coletados, o que pode revelar os arranjos e rearranjos sociais que determinado grupo se insere. Daí surge uma questão que parece ser muito delicada

de muitas pesquisas: a importância dos cuidados que se deve ter com o arrolamento das fontes, incluindo, os dados censitários.

Enfim, se o método empregado pela Demografia Histórica tem sido criticado por conta das imprecisões dos dados que não foram coletados nos censos, o fato é que não há dúvida de sua contribuição para os estudos da mobilidade humana. Cabe ao pesquisador buscar outras fontes que possam corroborar ou complementar os censos.

O censo peruano de 1876 registrou no país um total de 5.184 estrangeiros de “nacionalidade ignorada”, que representavam 4,8% do total de estrangeiros (VOLPE, 1986). Além disso, como os dados foram coletados nas zonas urbanas e os estrangeiros se concentravam nessas zonas, presume-se que as omissões não foram tão numerosas.

Essa falta de uma coluna específica, no formulário do recenseamento, para especificar o país de origem dos estrangeiros foi remediada apenas no Censo Nacional de 1940. Este censo oferece ampla e abundante informação da população estrangeira residente no país: nacionalidade, sexo, residência, e grupos etários. Porém, por ter sido realizado 64 anos após o censo de 1876 há dificuldade de se verificar a evolução dos diferentes grupos de imigrantes ao longo desse período.

Outras fontes conseguem remediar algumas das carências dos dados dos censos. Em 1857 foi publicado o censo da província de Lima, que apesar de confiabilidade duvidosa, permite comparar os números da população dessa província com aqueles dos censos nacionais de 1876, 1908, 1920, 1930, e 1940. Os censos de 1961, 1972 e 1981 apresentam apenas dados departamentais e não provinciais (VOLPE, 1986) além do último censo de 2007, o mais completo de todos.

Volpe (1986) considera também que, além dos Censos Nacionais do Governo peruano, existem os Censos Provinciais e Departamentais, que oferecem informações adicionais sobre a população estrangeira de Huacho e Huaraz (1907), e de Tacna (1935). Boletins de Estatísticas são publicados com certa periodicidade desde 1950 e oferecem informação sobre a população nacionalizada.

Cabe ressaltar que o levantamento populacional pode ser analisado pelo viés do temor seja ele do “físico” ou do “fisco”, conforme menciona Nadalin (2004, p. 51). Essa referência mostra-se pertinente à medida que, no caso dos imigrantes japoneses na região de Madre de Dios, muitos deles estavam sob condição de desertores da empreitada laboral das fazendas da costa peruana, o que poderia

implicar na exclusão nas listas de levantamentos populacionais. Essa análise sugere as limitações quanto aos dados mais precisos acerca do quantitativo de japoneses na região de Madre de Dios, inclusive na atualidade.

Não foi possível, apesar de toda minha intenção, realizar pesquisa de campo em Puerto Maldonado e no Acre, pela falta de recursos e de tempo. A falta de trabalho *in loco*, é certamente a maior limitação desta tese.

Contudo, apesar da dificuldade de ir à campo, muito do que pode ser encontrado sobre a migração de japoneses para a Amazônia peruana encontra-se em Lima; por essa razão conseguimos várias referências junto às bibliotecas e livrarias espalhadas pela cidade.

A biblioteca do Centro Cultural Peruano-japonês guarda um acervo importante das produções sobre os japoneses no Peru, assim como, os trabalhos acadêmicos das bibliotecas da Universidade Nacional Mayor de San Marcos e da PUC-Perú.

1.5 Estrutura da tese

A tese está dividida em oito capítulos, sendo esta introdução o primeiro deles. No segundo capítulo analisam-se as principais contribuições teóricas para o estudo das migrações, com ênfase nas Grandes Migrações de Europa para o Novo Mundo de finais do século XIX e começos do século XX. São revisadas, entre outras, as contribuições de Ravenstein (1980), Everett Lee (1975), Klein (2000), Sasaki e Assis (2000) e Peixoto (2004).

A obra de Abdelmalek Sayad (1998) traz novos debates sobre a migração internacional ao considerar que, o estudo do movimento da (i) emigração precisa ser pensado como um processo de ordem epistemológica. Ao tratar sobre a imigração não se pode deixar de analisar a emigração.

No que se refere à história da migração dos japoneses para o Peru (e também para o Brasil) são analisadas as contribuições de Irie e Himmel (1951), Saito e Maeyama (1973), Saito (1961), Tigner (1978;1981), Handa (1987), Fukumoto (1986, 1997), Nakamoto (1986), Kodani (1986), Iida (1986), Sakuda (1999), Sakurai (2000), Glave e Lauro (2000), e Yamawaki (2002), entre as mais importantes.

No terceiro capítulo analisa-se o período de abertura do Japão ao Ocidente, e o estímulo à emigração para o Peru, à luz dos escritos de Said (2003) e Celina

Kuniyoshi (1998) sobre o imaginário criado pelo Ocidente em relação ao Japão; e de Moore Júnior (1993) e Endoh (2009) sobre a Restauração Meiji⁴, entre os mais relevantes.

No quarto capítulo são analisadas as políticas que fomentaram a imigração de estrangeiros no Peru, fundamentadas principalmente nas leituras de Limachi (2009); Porras-Barrenechea (1958); Morimoto (1999); Yamawaki (2002) e Volpe (1986).

No quinto capítulo são apresentadas e discutidas as condições propícias para o fomento à migração de japoneses apresentadas pelo Peru a partir de 1899, quando o primeiro grupo de japoneses chegou ao Peru. Ainda nesse capítulo discute-se o processo migratório de japoneses para o Peru e suas condições de trabalho nas fazendas da costa peruana.

O sexto capítulo trata da trajetória migratória dos japoneses em direção à Amazônia peruana e seus desdobramentos na Amazônia brasileira, especialmente durante o ciclo de exploração da borracha, culminando com a análise da contribuição dessa migração para a formação da atual comunidade japonesa de Puerto Maldonado no departamento de Madre de Dios na Amazônia peruana.

O sétimo capítulo se refere à migração japonesa para o Acre. Analisa-se também neste capítulo, a formação da efêmera comunidade de Quinarí, no atual município de Senador Guiomard (Acre).

O oitavo e último capítulo se refere às conclusões deste estudo.

Nos Anexos C e D incluem-se as conclusões da tese em espanhol e japonês.

⁴ 明治維新, *Meiji Ishin*, em japonês.

2 DEBATES TEÓRICOS SOBRE MIGRAÇÃO

Os migrantes de todos os tempos evocam diversas imagens. A partida, a viagem, o trajeto e a chegada a uma nova terra constroem um fio e uma trajetória que nos inquieta (SASAKI; ASSIS, 2000, p. 1).

Na maioria de casos a explicação da migração refere-se à busca de trabalhos mais remunerados e atraentes dos que são disponíveis nos locais de origem. É com essa afirmação que o trabalho de Ravenstein escrito ao final do século XIX demonstra muitas facetas das correntes migratórias, sejam elas provenientes de uma paróquia contígua ou de locais longínquos, incluindo-se o ultramar (RAVENSTEIN, 1980).

Entretanto, segundo esse autor, a migração para ultramar torna-se exceção, pois, representa apenas 25% de todos os emigrantes, no caso do Reino Unido, país estudado por Ravenstein; sendo que esse deslocamento depende, portanto, de circunstâncias especiais.

Outro aspecto apontado por Ravenstein (1980) é que enquanto muitos lugares conseguem manter toda a sua população nativa, e até receber contingentes de imigrantes, outros deixam partir sua população, e ainda outros servem apenas como pontos de passagem.

Nas concepções de Mauss (1974) e Sayad (1998) os fluxos migratórios, como fatos sociais, afetam simultaneamente vários aspectos da realidade. Estudar os itinerários dos migrantes demanda, portanto, considerá-los a partir de vários pontos de convergência, sejam eles sociais, políticos, demográficos, jurídicos, religiosos, e outros.

Além disso, Silva (2005), Polanyi (1980), e Moore Junior (1993) consideram que a migração não se restringe somente ao deslocamento de indivíduos de um espaço geográfico para outro, mas que ela inclui também a necessidade de ressocializar os migrantes noutra sistema produtivo.

A categoria “imigrante”, segundo Rodriguez (2001), é um conceito socialmente construído, e representa a pessoa excluída no país receptor, a qual não possui os mesmos direitos e deveres que os nacionais. O Estado enquanto receptor desses imigrantes controla-os dentro de uma fronteira que é representada pelo território nacional, e que são segregados pela cultura e a linguagem. Nesse contexto,

a imigração surge da necessidade de importar “braços”, como força de trabalho (RODRIGUEZ, 2001).

Nessa dimensão, Silva (2005) analisa que a precarização da vida, as desigualdades de gênero, de raça, e de etnia; a desqualificação, a temporalidade do trabalho, o desemprego, e a exclusão social nos lugares de origem geram a necessidade de emigrar.

No mesmo sentido, Klein (2000), Lee (1975), Mishima (2004), entre outros, consideram como motores da migração os fatores de expulsão e de atração (*push-pull factors*), um argumento que vem desde os estudos de Ravenstein (1980) de 1885.

Nessa concepção a emigração começa quando os possíveis migrantes percebem que não conseguirão sobreviver com seus meios tradicionais em suas comunidades de origem; quando consideram que não terão como se alimentar nem a si mesmos nem aos seus filhos.

Ou seja, que as condições econômicas seriam os fatores principais de expulsão, destacando a variação da produtividade da terra e o número de membros das famílias. Esses fatores estariam relacionados com as questões que envolvem as políticas de acesso a terra e a modernização agrícola.

Richmond (1988), baseado nos trabalhos clássicos de Malthus, Durkheim e Marx, argumenta que a migração é consequência do desenvolvimento do capitalismo. A industrialização e urbanização geraram um ambiente estranho e uma sociedade heterogênea e cosmopolita, estimulando a emigração.

Malthus considerava a migração como consequência da superpopulação e o Novo Mundo seria o destino ideal para fugir da pobreza. Marx discordava dessa naturalização inevitável da pobreza, enfatizando ainda a cumplicidade de governos e militares na coerção dos camponeses e pequenos proprietários que os “forçava” à emigrar.

Por outro lado, Durkheim reconhecia as migrações como um dos fatores de quebra de comunidades tradicionais mantidas juntas por uma relação de solidariedade “mecânica”, enquanto para Weber, o crescimento da industrialização e do capitalismo gerava efeitos desintegradores e a religião, com sua “Ética Protestante”, mostrava-se fundamental para o acúmulo de capital e como geradora de disciplina sobre a força de trabalho.

O aumento da produtividade e a crescente mecanização da agricultura europeia do final do século XIX e início do século XX, na Inglaterra, por exemplo, significou menor necessidade de mão-de-obra. Os camponeses sem terra vivenciaram, portanto, grandes dificuldades econômicas, sendo muitos deles expulsos da terra. Como consequência explodiram o crescimento da população urbana e o trabalho temporário. Esses fatores foram decisivos para a emigração da Europa.

Esse crescimento da população influenciou sobremaneira o setor agrícola desses países. Para que pudessem atender a essa demanda, começaram a mudar os métodos tradicionais de arrendamento, cultivo e produção, daí o sistema de *Enclosures* (a passagem da terra livre ou comum para o uso privado).

Na América ocorria exatamente o oposto à Europa no referente à relação terra-trabalho. Neste continente a terra era abundante e disponível, mas a mão-de-obra era escassa e cara.

O ano de 1880 pode ser considerado como o ano decisivo no fluxo emigratório da Europa. A substituição da vela pela energia a vapor fez com que as viagens nos navios que cruzavam o Atlântico ficassem mais baratas, mais rápidas, e mais frequentes. E as informações sobre os empregos entre a Europa e as Américas eram transmitidas num curto espaço de semanas. Nota-se também a partir desse ano uma mudança da origem dos migrantes. Antes eram frequentes os da região do Norte da Europa, agora passaram a ser os do Leste e Sul da Europa. Também jovens trabalhadores do sexo masculino predominavam entre os emigrantes pós-1880.

O ritmo da migração europeia intensificou-se no último quartel do século XIX e encontra o ápice nas duas primeiras décadas do século XX. Durante a Primeira Grande Guerra (1914-1918), o fluxo migratório entrou em declínio e se recuperou na década de 1920, mas não chegou a atingir o pico das décadas anteriores.

No alvorecer do século XX, a migração da Europa para a América, principalmente para Estados Unidos, passa a ser tratada como um problema. O estudo de Thomas e Znaniecki, de 1918, *The Polish Peasant in Europe and America*, tornou-se ponto de partida para análises sobre a quebra de laços de solidariedade, em particular no sistema familiar, como consequência da migração.

Em resposta, a Escola de Chicago⁵ retomou esse debate em várias vertentes, cunhando o termo *melting pot* para referir-se ao processo de assimilação e/ou americanização dos imigrantes, sem o abandono de seus valores e modos de vida anteriores.

Ao longo dos anos 1950 novos grupos resultado de correntes migratórias de latinos, asiáticos, e outros não brancos, fariam parte do *melting pot*, mas a persistência e resistência dos grupos étnicos face à discriminação colocaram em xeque os pressupostos assimilacionistas da escola de Chicago.

Outra contribuição teórica diz respeito a estudos da Sociologia e da Economia. Assim, Gabaccia (1992) ressalta que os estudos migratórios estavam muito influenciados pela análise econômica, e sugere que esses processos estariam mais próximos da Sociologia que da Economia.

Numa visão neoclássica, a migração internacional de trabalhadores seria causada por diferenças salariais entre os países de origem e destino; ou seja, seria a estreita relação entre custo benefício que pesaria na decisão de migrar (HARRIS; TODARO, 1970). Portes (1995) questiona essa “ação racional”, pois ela não considera a ação econômica como sendo socialmente orientada.

Por outro lado, autores como Stark e Bloom (1985) e Sasaki e Assis (2000) argumentam que as decisões migratórias não são tomadas pelos indivíduos isoladamente, mas por unidades maiores, nas quais esses indivíduos agem coletivamente.

Nesse sentido, os deslocamentos respondem não apenas às relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas nos lugares de origem e destino. Fatores relacionados com gênero, raça, etnia, e outros e seus conflitos (racismo, sexismo, discriminação) devem ser considerados quando analisado o processo migratório.

Há que se considerar também o papel que desempenham as redes sociais no processo migratório. Massey et al. (1990) discutem a complexidade dessas teias sociais que ligam os migrantes e não migrantes.

⁵ Para Eufrásio (2009, p. 14), a Escola de Chicago foi o grupo que desenvolveu no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, entre 1912 e 1922, uma série de propostas de pesquisa e certo número de estudos empíricos que passaram a ser tomados como modelos para pesquisadores dos anos seguintes. Segundo esse autor o termo “escola”, nas Ciências Sociais sugere: (a) um grupo de contemporâneos, (b) que compartilha de algum estilo, técnica ou conjunto de expressões simbólicas, (c) que apresenta um alto grau de interação e (d) que se centra em torno da figura de um líder. Seriam de certa forma os atuais Grupos de Pesquisa do CNPq, por exemplo.

Nessa perspectiva, Tilly (1990) menciona a importância dos laços afetivos que por meio da migração deixam de ser apenas individuais ou domiciliares e passam a incorporar características muito mais amplas: a constituição de organizações informais e associações de apoio mútuo nos lugares de destino, como apontado na obra de Jones (1992).

No caso dos imigrantes japoneses no Peru e no Brasil, as associações foram importantes para manutenção dos vínculos entre os próprios imigrantes e com o país de origem.

Por outro lado, Glick; Basch e Blanc-Szanton (1992) analisam o processo transnacional da migração argumentando que os migrantes experimentam rupturas mais ou menos constantes das ligações com o lugar de origem, fato esse que determina que alguns migrantes sejam permanentes e outros temporários.

Peixoto (2004), por sua vez, sintetiza as diversas propostas teóricas sobre a migração desde a época de Ravenstein, e sugere a existência de um novo campo da sociologia: a sociologia das migrações, através da qual se demarcariam os campos e as teorias que sempre estiveram presentes no estudo das migrações.

Assim, para esse autor, as dimensões para explicar o fenômeno migratório são múltiplas. Mostra-se como um fenômeno demográfico, por intervir na dinâmica demográfica, como um fenômeno geográfico por dar conta das mudanças sofridas na paisagem, como um fenômeno econômico por considerar que as desigualdades econômicas podem ser aumentadas ou diminuídas pela migração. Conforme as relações entre migrantes são estabelecidas, surgem “redes” de contatos entre pessoas de origem social comum ou mesmo com o objetivo de trabalhar com conhecidos. Essa realidade extrapola uma análise simplesmente econômica da migração. As influências no âmbito político também são reforçadas, pois é a partir delas que o Estado entra em cena com seu poder coercitivo com intuito de regular as normas para o recebimento e permanência dos imigrantes.

Além disso, é um fenômeno social por sofrerem alterações nos aspectos sociais e culturais, o que gera características psicossociais pela necessidade que o migrante tem em, primeiramente, tomar a decisão em migrar, em seguida, adaptar-se ao novo espaço e as relações interpessoais que serão construídas ou não no lugar de destino.

Por outro lado, na análise de Sayad (1998), a ideia do retorno está sempre presente nos migrantes que mantêm laços duráveis com a família, os vizinhos e a

comunidade originária. Por exemplo, na atualidade, muitos descendentes de japoneses ainda têm o Japão como referência. Sayad (1998) apresenta uma situação semelhante ao se referir a argelinos emigrados para a França.

Tratar das migrações pressupõe, pois, refletir sobre alguns termos que lhes são próprios, ou seja, no caso das grandes migrações internacionais ocorridas, na virada do século XIX e no início do século XX, o termo emigração mostra-se constante nas pautas de discussão dos países que estiveram envolvidos, seja por enviar cidadãos para outros espaços em vários países ou para a chegada desses cidadãos aos países que os recebiam.

Na análise de Rocha-Trindade (1995), emigrar significa deixar a pátria ou a terra própria para se refugiar, trabalhar temporariamente ou estabelecer residência em país estrangeiro, conseqüentemente, esses indivíduos serão considerados como emigrantes por parte dos que permaneceram no país natal e até que a situação de permanência no exterior perdure, enquanto que os considerados emigrantes pelos que permaneceram, serão encarados como imigrantes, pelos que os recebem no país que os acolheu e sabem de seu *status* enquanto estrangeiro.

Ser um nacional ausente conforme Rocha-Trindade (1995), ou *desplazado* nos trabalhos de Bertheleu; Guillon; Domenach; Sayad (1995) e Sayad (1998) no país que o acolheu, gera uma ilusão de provisório, como analisado por este autor, sobre a questão do retorno e do próprio trabalho. Assim, a posição do trabalhador (imigrante) torna-se forçadamente provisória e a ideia do retorno jamais é abandonada. Essa noção do “provisório” marca a trajetória precária do imigrante por um longo período.

Os paradoxos são evidentes às designações, que são lançadas aos estrangeiros. Enquanto, aos emigrantes cabe uma frouxidão dos seus direitos e deveres no país de origem, ao imigrante cabe inserir-se e sujeitar-se às leis dos países que o acolhem, segundo Rocha-Trindade (1995), amarrando-o à sua provável condição de estrangeiro, limitando seus direitos e deveres, e ao mesmo tempo, atribui direitos e deveres à semelhança dos nacionais.

Ao final, por mais que haja debates sobre a explicação e utilização do termo emigração/imigração, e a tendência de que essas diferenças de nomenclatura possam ser superadas, talvez o termo englobante “migração” possa se tornar o mais utilizado ao tratar da temática.

3 O JAPÃO EMIGRANTISTA

3.1 Entre a industrialização e a emigração

No início do governo Tokugawa (Período Edo, 1603-1868), conforme analisa Moore Junior (1993), o Japão apresentava algumas características que levariam ao fim do feudalismo, sendo uma das principais a intensificação do contato com outros países. Como forma de conter esses contatos, Tokugawa resolveu através dos Editos de 1633 a 1641 fechar o país aos contatos estrangeiros e às competições internacionais. Contudo a aristocracia feudal e mesmo os camponeses almejavam a abertura, mas tiveram que esperar mais de duzentos anos para que o país fosse reaberto ao mundo⁶.

A Restauração Meiji ou Governo Iluminado (1868-1912) fora instalada a partir de vários levantes violentos de cunho antifeudal de parte dos camponeses e da aristocracia que almejavam os contatos internacionais. A Restauração marca uma fase decisiva para tornar o Japão uma sociedade industrial moderna e estava baseada politicamente no “Juramento dos Cinco Artigos”, promulgado pelo imperador Matsuhito, em março de 1868 (YAMASHIRO, 1964, p. 147):

- 1) Convocar assembléias deliberativas para resolver os assuntos de interesse geral, de acordo com a opinião pública;
- 2) União de todas as classes sociais para a ativa administração do país;
- 3) Fazer com que funcionários públicos, militares e o povo em geral realizem plenamente suas aspirações, a fim de impedir o relaxamento do espírito popular;
- 4) Destruir os costumes obsoletos para fazer imperar o senso de equilíbrio e justiça;
- 5) Procurar o saber em todas as partes do mundo, a fim de alevantar as glórias do regime imperial.

O Juramento dos Cinco Artigos parece ter sido um divisor na concepção que se tinha do país no plano social, político e econômico. Isso fez com que a política de isolamento, até então em vigência, fosse abolida. A partir de então o Japão entrava num processo de modernização, como ansiavam as classes mais abastadas.

⁶ No período Tokugawa (1603-1868), o Japão tratou do *problema cristão*, que representava a maior dificuldade encontrada por Tokugawa contra o poder dos daimyô e as negociações comerciais com os europeus, pois havia um grande comércio entre os países europeus e a religião cristã que gradualmente se infiltrava no Japão.

Para Kuniyoshi (1998), havia uma clara evidência da necessidade que o país tinha de alcançar condições equivalentes às dos países que se tornaram grandes potências ocidentais. Caso contrário, o Império do Sol Nascente estaria fadado a se transformar em colônia de algum país europeu, como havia acontecido com outros países asiáticos.

Essa ideia de se tentar equiparar às grandes potências da época, não foi bem vista pelos países ocidentais. Porém, a ânsia de se conhecer cada vez melhor o exótico Oriente, fez com que os Estados Unidos e alguns países europeus cedessem algumas aberturas ao Japão. Este, por sua vez, não demorou em enviar missões oficiais que pudessem apreender ao máximo a estrutura de funcionamento das políticas econômicas e sociais das grandes nações.

Conforme observa Kuniyoshi (1998), muitos jovens japoneses foram enviados para estudar ou se especializar em países da Europa ou nos Estados Unidos; e, ao mesmo tempo, o Japão contratou inúmeros estrangeiros para auxiliarem na construção de um novo Japão, que se alinhava com o modelo ocidental.

Para que as estratégias de modernização do país se concretizassem, a política de modernização empreendida pelo Estado Meiji (1868-1912) dependeu, sobremaneira, da tributação das terras. Segundo Kuniyoshi (1998), em 1873, as terras shogunais⁷ e daimyais⁸ foram devolvidas e foi colocada em prática uma reforma do sistema tributário rural. Isso representou uma mudança muito onerosa aos pequenos proprietários rurais, que antes pagavam seus impostos pelo valor que era rateado pela aldeia (*mura*). A partir de então, os valores passaram a ser cobrados individualmente, não mais pela produtividade da terra, mas pelo valor estimado que a terra representasse.

Por isso, a pressão do crescimento populacional e a consequente dificuldade de acesso à terra são algumas das principais razões que levaram o governo japonês a adotar o envio de trabalhadores para outras partes do mundo, haja vista, que as migrações internas para a ilha de Hokkaido⁹ não foram suficientes para controlar os

⁷ Comandante militar indicado pelo Imperador.

⁸ Grande proprietário de terras, aos moldes do senhor feudal durante a Idade Média Ocidental.

⁹ Ilha localizada na região setentrional do Japão. Teve a produção agrícola estimulada pelo uso de novas técnicas e fertilizantes desenvolvidos com auxílio de técnicos americanos. Desde o início da Restauração Meiji em 1868, o governo japonês adota uma política de

níveis demográficos do país. A partir das reformas administrativas, leia-se Restauração Meiji, o governo japonês adotou desde 1868, o envio de trabalhadores para outras partes do mundo, a princípio, para a Ásia e Oceania, depois para as Américas.

Para Tokeshi e Fukumoto (1986) a população japonesa passou de 34 milhões em 1874 para 40 milhões em 1891, para 50 milhões em 1912, e para 73.114.000 ao iniciar a Segunda Guerra Mundial.

Ao início das grandes correntes migratórias que saíam do Japão, sobretudo ao longo das últimas décadas do século XIX, a densidade demográfica mostrava-se elevada chegando a 115 habitantes por quilômetro quadrado. Outra fonte registra 33 milhões de pessoas em 1872, indicando que a partir de então, acresciam-se 10 milhões a cada 10 anos até 1925 (NOGUCHI, 2008). Considerando que menos de 20% dos 377.875 km² do território japonês é habitável (são 6.852 ilhas), essas cifras demonstram o difícil problema populacional com que a Restauração Meiji se defrontava.

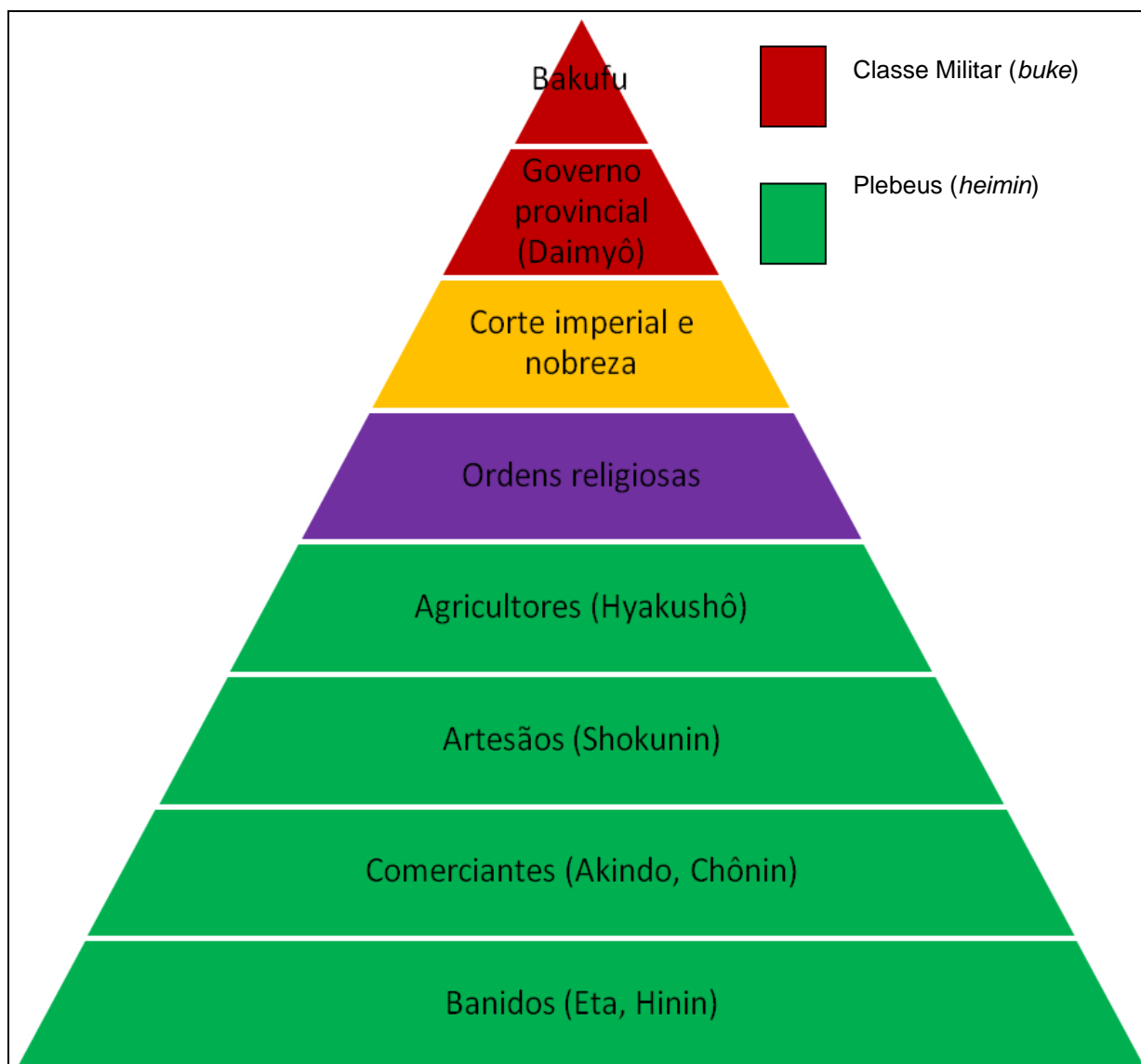
Contudo, cabe destacar que a expectativa de vinda dos asiáticos provocou acirradas discussões acerca da mongolização dos países latino-americanos e, tendo os japoneses vencido a guerra sino-japonesa (1894-1895)¹⁰, havia inclusive temor do poderio militar do Japão (LESSER, 2001, p. 162). No Brasil, esse debate corria paralelamente ao do branqueamento da nação através da imigração europeia.

Noguchi (2008) assevera que a aceleração experimentada pelo Japão após o início da Restauração Meiji, mostrou-se tão exacerbada, que ocasionou grande confusão social e política. Segundo Fukumoto (1997), a partir da Restauração Meiji, o padrão de vida das pessoas do Japão foi se elevando na medida em que se melhoravam os serviços de saúde e se tomavam medidas para extinguir a prática do aborto e infanticídio, práticas comuns e frequentes no período anterior ao período Meiji, acelerando como consequência o crescimento demográfico, como mencionado anteriormente. A Restauração Meiji conseguiu quebrar a rígida estrutura social do Japão da era Tokugawa (1603-1868) (Figura 1).

envio de trabalhadores para outras partes do mundo e para a Ilha de Hokkaido, ao norte (SAKURAI, 1993)

¹⁰ Segundo Savelle (1990, p. 508), o Tratado de Ximonoséqui [sic], assinado em 1895, assegurou a ascendência do Japão sobre a China na Coréia e abriu novos portos chineses a todas as nações. A China cedeu também ao Japão a ilha de Formosa com as próximas dos Pescadores. As ilhas Riuquiú [sic], por longo tempo alvo de disputa, foram consideradas como japonesas. Além disso, a China foi forçada a pagar generosa indenização, que reembolsou o Japão dos gastos com a guerra.

Figura 1 - Estrutura social do Japão na era Tokugawa (1603-1868)



Fonte: Kuniyoshi (1998, adaptado)

No período da Restauração Meiji (1868-1912) as estruturas agrária e fiscal foram modificadas, e os títulos de propriedade foram emitidos aos agricultores. Com base no direito consuetudinário,¹¹ foram abolidas as restrições sobre o arrendamento e outras situações sobre o uso da terra, estabelecendo-se o pagamento de impostos em dinheiro e não mais em espécie, como era de costume.

¹¹ No direito consuetudinário as leis não precisam necessariamente estar no papel ou serem sancionadas ou promulgadas. Os costumes transformam-se nas leis.

Fukumoto (1997) verifica ademais que essa suposta benesse recebida do título da terra aos pequenos agricultores fazia com que recaísse a estes a responsabilidade de compensação aos antigos senhores feudais, e, o governo, por sua parte, encarregou-se de emitir notas que não poderiam ser convertidas em dinheiro (bônus governamental) como forma de compensar os ex-senhores feudais.

Como a maior parte da renda do Estado provinha dos impostos sobre as terras (80%, em 1875), a situação ficou cada vez mais penosa para os novos proprietários das terras.

Este fato acarretou o aumento dos impostos e o decréscimo do preço do arroz, entre 1880 e 1890, como forma de controlar a inflação. No entanto, para mediar às despesas do Estado, os tributos foram calculados em proporção superior ao que vinha sendo cobrado, gerando a venda de muitas propriedades aos ricos arrendatários.

As terras cultivadas pelos arrendatários aumentaram entre 1883 e 1893, de 34,2% para 40%, números significativos para uma sociedade que experimentava a decadência do cultivo de terras.

Após o aumento significativo, esses números se mantiveram entre 1880 e os primeiros anos do século XX, quando os arrendatários perceberam que a mão-de-obra contratada se tornava mais atrativa do que o arrendamento em si. Com as guerras sino-japonesa (1894-1895) e russo-japonesa (1904-1905), alguns ricos proprietários perderam interesse e decidiram por alugar suas terras.

Ao perceber a influência corrosiva dos comerciantes (*chomin*), como se refere Moore Junior (1993, p. 236), observa-se o papel de transição entre as influências da velha ordem, que ficou evidente na relação entre os comerciantes e a aristocracia guerreira (samurais), já que estes precisavam dos comerciantes para transformar seus produtos, sendo o arroz o principal deles, em dinheiro, que ajudava a manter o estilo de vida aristocrático. Por outro lado, os próprios comerciantes precisavam dos samurais para sua própria proteção.

As observações de Staniford (1973), Tokeshi e Fukumoto (1986), Fukumoto (1997), Kuniyoshi (1998) e Noguchi (2008) demonstram como o cenário japonês se tornou propício para a emigração, pois a escassez de terras reforçou a pobreza dos camponeses.

Muitas áreas eram tão pequenas, que não atingiam um hectare e os esforços em introduzir melhorias técnicas eram em vão, devido à própria estrutura

de minifúndio. Aliado a escassez das terras, outros problemas foram agregados: 1) superpopulação; 2) exiguidade das terras cultivadas; 3) seca; 4) tributos pesados; 5) endividamento; 6) alienação das propriedades das mãos dos lavradores-proprietários para a classe abastada (STANIFORD, 1973, p. 32).

Enquanto o Estado Meiji reconfigurava a estrutura do Japão e o novo regime da propriedade territorial, com a extinção dos mais diversos privilégios, muitos que perderam a propriedade das terras, como os *daimyôs*, foram compensados com títulos nobiliárquicos e uma compensação paga pelo Estado, que, posteriormente, puderam ser trocados por bônus do Estado (KUNIYOSHI, 1998).

A sociedade japonesa experimentava a emergência de uma nova divisão social: *kazoku* (aristocratas, antigos nobres e *daimyôs*), *shizoku* (descendentes dos ex-samurais) e *heimin* (povo comum, comerciantes, industriários, entre outros). Essa divisão social vigorou até o período da Segunda Guerra Mundial, e, além do retrocesso em relação à estrutura anterior, ainda destoava da Carta de 1889, que advogava a igualdade de todos os cidadãos perante a Lei.

Nesse cenário, o sistema educacional deveria ser repensado no sentido de proporcionar a entrada do país na modernidade. Para isso, um decreto de 1879 determinava forte intervenção do Estado, estabelecendo o ensino elementar obrigatório aos moldes ocidentais, e a criação de escolas ou cursos de nível médio para capacitar trabalhadores para o comércio. Além disso, a fundação da Universidade de Tóquio em 1877, a tornaria baluarte desse novo sistema de ensino.

A força tarefa montada a partir do estabelecimento da Restauração Meiji possibilitou que, entre 1868 e 1871, fossem criadas 43 províncias (*Ken*), três províncias metropolitanas (*Fu*) e uma região administrativa em Hokkaidô (*Dôchô*), as quais passaram a ser governadas por profissionais recrutados e não mais pelos nobres ou *Daimyô*.

3.2 Os interesses estratégicos do Japão pela emigração

Ao analisar a literatura sobre as políticas de estímulo à emigração de parte do governo japonês, e o conteúdo dos acordos entre os países envolvidos identificam-se três fatores relevantes: 1) a emigração japonesa fez parte de estratégias políticas do Japão para aproximar-se do Ocidente; 2) a imigração japonesa representou um desafio frente às ambições econômicas norte-americanas

e latino-americanas; e 3) muitos dos problemas enfrentadas pelos imigrantes japoneses, especialmente no Peru, deveram-se em grande medida à dificuldade de assimilação em relação a outros grupos de imigrantes (KODANI, 1986).

O fato é que ao encerrar a Era Meiji, em 1912, o Japão havia conseguido alcançar um “milagre”, como afirma Kuniyoshi (1998). No período de apenas quatro décadas, o país havia passado do estado feudal para o moderno, venceu as guerras contra a China (1894-1895) e contra a Rússia (1904-1905), garantindo para si o poderio na região asiática. Na Era Taishô, que inicia em 1912 e se estende até 1926, o Japão participou da Primeira Guerra Mundial apoiando os alemães, obtendo como resultado o domínio dos países germânicos na Ásia.

Esse poderio japonês teve importante reflexo no ocidente. Nos Estados Unidos, por exemplo, forjou-se uma imagem de “ameaça” econômica e racial japonesa, imagem que foi fortalecida com a quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, e os norte-americanos se sentiram ameaçados em sua posição econômica na América Latina, dados os estímulos à imigração de mão-de-obra japonesa nesta região.

Um jornal mexicano de 1910¹² insinuava a ameaça da imigração japonesa na vida social, política e econômica dos países latino-americanos:

Quisera ver o dia em que a competência da mão-de-obra japonesa provocará [...] rivalidades e desconfianças: mas, no presente é apenas uma ameaça [...] Os japoneses por si mesmos poderão assumir o comando de muitas terras, engrandecendo o círculo de suas atividades e promover seus interesses e influência, para glória da Terra do Sol Nascente (KODANI, 1986, p. 207).

Uma reflexão que este fragmento traz, diz respeito à prevalência do debate sobre a assimilação dos imigrantes, que não foi o maior perigo encontrado pelo escritor, mesmo ficando evidente que as crianças japonesas, ao chegarem à maior idade, continuariam a ser japonesas. Para o jornalista, o aspecto econômico se tornou a peça fundamental para que se tivesse receio sobre a presença dos japoneses nos países latino-americanos.

Nessa perspectiva, há o redimensionamento do papel exercido pelo governo japonês sobre os assuntos relacionados à emigração e acrescenta outro aspecto: a

¹² As citações em língua estrangeira foram traduzidas livremente pelo autor.

promoção do comércio nipônico para o além-mar. O caso do México serve de exemplo:

Os japoneses têm razão para se parabenizar como resultado de suas amistosas relações com o México; porque enquanto a importação de produtos mexicanos diminuiu no Japão... a importação no México de produtos japoneses tem crescido. Em dezembro de 1906, milhares de imigrantes japoneses chegaram e desde então tem ocorrido um grande fluxo (KODANI, 1986, p. 207).

Daí a desconfiança dos norte-americanos em relação ao aumento da influência japonesa na América Latina e a necessidade deles advertirem estes países sobre o iminente “perigo japonês” (KODANI, 1986).

A desconfiança norte-americana baseava-se no avanço espetacular que o Japão demonstrava após a Primeira Guerra Mundial. Essa guerra impulsionou o avanço da indústria japonesa, e o fortalecimento da democracia no país. Por exemplo, entre 1913 e 1920 a produção de aço saltou de 255 para 533 mil toneladas e a capacidade de energia elétrica mais do que dobrou durante o mesmo período, aumentando de 504 para 1.214 mil kilowatts (KODANI, 1986).

Contudo, mesmo com esses avanços da indústria japonesa, os níveis não acompanhavam os alcançados por países como Alemanha, Inglaterra ou Estados Unidos. Ou seja, durante o período entre as duas guerras mundiais, a economia japonesa se caracterizou, sobretudo, como um sistema de pequena produção industrial, convivendo com um sistema camponês e artesão.

Para Endoh (2009), as viagens em direção ao além-mar, por parte dos súditos do Império do Sol Nascente, tornaram-se uma constante após o período da instauração das reformas comandadas pelo governo Meiji. Se no período anterior ao governo Meiji o envio de pessoas acontecia com o objetivo de explorar artigos exóticos no exterior, após o governo Meiji, essas viagens converteram-se na busca de novas oportunidades que os países estrangeiros poderiam oferecer, incluindo, alunos da elite patrocinados pelo governo, pessoas menos influentes, alunos que se sustentavam e demais trabalhadores comuns que queriam um rápido enriquecimento em terras estrangeiras.

Este último grupo de pessoas foi o mais numeroso, geralmente, pobres e ansiosos por um posto de trabalho, inclusive, com salários baixos. Como

consequência, a América passou a ser vista e sonhada por parte dos candidatos à emigração como a terra de muitas oportunidades.

Nessa corrida, os destinos favoritos eram o Havaí, os Estados Unidos continental, e o Canadá. Viajar em direção aos países da América do Sul era a segunda ou terceira opção.

4 O PERU IMIGRANTISTA

4.1 A República Peruana e as políticas de incentivo à imigração

Em 28 de julho de 1821, José de San Martín proclama a independência da República peruana na Praça Maior de Lima, em meio a uma cerimônia solene, onde assistiram aproximadamente 16.000 pessoas (PORRAS-BARRENECHEA, 1958). E desde a independência estimulou-se a imigração estrangeira para a Amazônia.

De acordo com Fukumoto (1997) e Limachi (2009), as políticas governamentais e de fomento à imigração tornaram-se uma constante nos debates dos republicanos no Peru. Dessa forma, a lei de 21 de novembro de 1823 concedia títulos de posse de terra gratuita como forma de incentivar a ida de migrantes nacionais ou estrangeiros para que se estabelecessem na parte peruana da Amazônia. Nos primeiros anos da república temia-se a possibilidade do império brasileiro avançar nessas terras pouco povoadas (ARAGÓN, 2013).

Além desta lei, outros decretos foram promulgados até 1909, como forma de incentivar a vinda de migrantes nacionais e ou estrangeiros para a região. Entre os incentivos do governo incluíam-se facilidades de transporte, pagamento de passagens, doação de materiais e ferramentas de trabalho, liberação do pagamento de impostos, concessão de áreas para o cultivo e habitação dos colonos; e pagamento de bônus para os que introduzissem colonos estrangeiros.

É nesse contexto, durante o período conhecido como “Segundo Civilismo” (1895-1920), que muitos grupos de imigrantes japoneses começaram a chegar ao Peru (MORIMOTO, 1999, p. 47). Esse período marca o retorno do governo civil ao poder, representado pelo presidente Nicolás de Piérola (1895-1899), após o período da Guerra do Pacífico (1879-1884), no qual os governos militares estiveram no comando do país.

O governo de Piérola foi marcado pela aproximação aos grupos de exportadores, que junto ao capital internacional foram os principais articuladores de uma nova etapa de desenvolvimento do Peru. Esse período também representou uma nova forma de penetração do capital externo no país, sobretudo, nos setores de mineração e petróleo.

Yamawaki (2002) considera que entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX, desenvolveu-se no Peru um Estado com características republicanas, impregnado de fortes ideais modernos de liberdade e igualdade, gerando a reestruturação da sociedade, ampliando a classe média, e experimentando intensa mobilidade social.

A reestruturação social ocorrida no Peru foi iniciada em 1868 com a demolição do muro que cercava o centro de Lima, onde residiam as mais altas autoridades do vice-reinado peruano, além do controle de entrada e saída da cidade, o que caracterizava uma cidade colonial e que, conseqüentemente, impedia o desenvolvimento da capital da república.

O interesse crescente pela reestruturação social fez com que o norte-americano Henry Meiggs, conhecido como o rei das estradas de ferro, fosse simbolicamente considerado o precursor do movimento de demolição do muro que cercava o centro do poder do país.

A construção de estradas de ferro pode ser considerada o início de todo o movimento para o processo de “modernização” do país, mas o início foi marcado pelo investimento do capital estrangeiro que caracterizava internamente este processo.

A força de trabalho inicial para a construção das estradas de ferro teve os indígenas como os principais protagonistas, os quais foram, posteriormente, considerados como integrantes da categoria moderna de cidadãos.

Foi o período também em que os primeiros imigrantes chineses foram enviados por comerciantes ingleses, aos países que buscavam essa “modernização” no fim do século XIX, incluindo o Peru. Assim, os trabalhadores chineses se tornaram símbolos dos países que estavam a caminho da “modernização”. Esses imigrantes foram os substitutos do trabalho escravo, abolido no Peru em 1854, e em muitos casos as condições de trabalho em muito se assemelhavam as do sistema escravocrata.

Os avanços dos meios de transporte oportunizaram a movimentação em velocidades até então não experimentadas pela população, com a implantação do serviço de bondes e trens estes passam a ser os principais meios de transporte deste período, marcado também, com o passar dos anos, pelo aparecimento dos automóveis.

Além das mudanças trazidas pelo sistema de transporte, que fizeram com que a população se movimentasse cada vez com mais velocidade, o próprio crescimento populacional demonstrava outro aspecto da modernidade. A população estimada em Lima de 140 mil habitantes em 1908, pouco mais de duas décadas depois, em 1931, alcançava quase 280 mil habitantes (INEI, 2010b). Esses dados apontam um número surpreendente de migrantes que convergiam em direção a Lima ao longo dos anos, muitos deles indígenas provenientes da região serrana.

O incremento considerável da população de Lima é reflexo da concentração de grupos de migrantes que se direcionaram para a capital e encontraram oportunidades de emprego, principalmente em atividades dos setores menos favorecidos da sociedade, em atividades artesanais ou de baixa qualificação manufatureira.

Essa mescla cultural fez com que a inserção dos indígenas mudasse o aspecto étnico da capital do país, que contava com uma população majoritariamente branca desde o período do vice-reinado. Os setores mais baixos da sociedade peruana, segundo análise de Yamawaki (2002), estavam constituídos por negros em sua maioria, e por indígenas, que representavam o grupo menos expressivo.

4.2 Os europeus entram em cena

De acordo com Volpe (1986), foi com a independência que se fortaleceu a imigração europeia no Peru. Entre 1830 e 1850, sob a égide das ideologias liberais dos primeiros governos republicanos, fomentou-se a vinda de imigrantes europeus. Entretanto, conflitos internos diminuíram o interesse dos emigrantes e poucas iniciativas foram concretizadas.

O decreto de 14 de março de 1835 determinava que, segundo Volpe, (1986, p. 33) “Todo indivíduo de qualquer parte do globo é cidadão do Peru desde o momento em que, pisando em seu território, queira se inscrever no Registro Civil [...]”. Esse decreto encontrou forte oposição, ainda que o texto objetivasse estimular o interesse pela imigração, ao final tornando-o sem efeito no mesmo ano de sua promulgação em 1835.

Após dez anos desse decreto, em 25 de janeiro de 1845, foi aprovado outro decreto que ordenava a construção e melhoramentos dos caminhos de Pozuzo¹³ a Pasco e de Mayro a Pozuzo na Amazônia central. Além dos incentivos oferecidos por decretos anteriores, este decreto aprovava mais de 3.000 pesos anuais para a construção e o reparo de caminhos, mas a construção desses caminhos só se concretizou parcialmente.

Em Lima, a maior procura de europeus era para atender ao *boom* guanero¹⁴ (Tabela 1).

Tabela 1 – Europeus residentes na província de Lima (1857, 1876, 1908, 1920)

NACIONALIDADE	1857	1876	1908	1920
Alemães	4.472	482	483	425
Austríacos	18	120	138	76
Espanhóis	1.197	765	862	1.006
Franceses	2.639	1.479	872	737
Húngaros	-	-	3	5
Ingleses	1.041	473	442	616
Italianos	3.469	3.283	3.094	2.578
Poloneses	10	14	3	23
Romenos	-	-	1	1
Suíços	-	37	112	82
Iugoslavos	-	-	1	45
Outros*	157	-	-	-
TOTAL	13.203	6.653	6.011	5.564
% Total de estrangeiros	61,2	29,3	36,3	34,8
% População de Lima	14,1	5,4	3,5	2,5

* Inclui portugueses, dinamarqueses, suecos, russos, gregos e outros.

Fontes: Volpe (1986, p. 70), baseado na Estadística General de Lima, 1858, Censo General de la República, 1876, Censo de la Provincia de Lima, 1908 e no Censo de Lima y Callao, 1920

¹³ Localizado na província de Oxapampa, fundada em 30 de agosto de 1891, Departamento de Pasco, o mais extenso da região central do Peru.

¹⁴ O guano é o excremento de aves e morcegos. Sua composição é rica principalmente em nitrogênio entre outros ácidos e sais, o que o torna um excelente fertilizante. É largamente encontrado em ilhas do Oceano Pacífico. Durante o século XIX e XX o guano foi o produto de maior exportação do Peru. Atualmente, o guano produzido no Peru ainda é muito procurado pela sua qualidade.

Nota-se o expressivo número de imigrantes europeus em 1857, ou seja, ao início do segundo período republicano (1845-1879). Contudo, duas décadas após, a quantidade de imigrantes teve uma queda vertiginosa. O número de alemães, por exemplo, passou de 4.472, em 1857, para apenas 482, em 1876; e outros grupos como os espanhóis, os franceses e os ingleses tiveram seu número reduzido pela metade no mesmo período. Em geral essa tendência na diminuição do número de estrangeiros na província de Lima se manteve ao longo de todo o período considerado (1857-1920).

No começo da década de 1850, conforme menciona Volpe (1986), um projeto de incentivo à imigração europeia teve grande repercussão entre imigrantes alemães, que ao chegar a Lima ficaram desempregados e em situação de miséria; muitos retornaram para seu país de origem e, os poucos que permaneceram se reuniram com 302 imigrantes tirolezes (austríacos), e criaram uma colônia entre os rios Pozuzo e Huancabamba, departamento de Pasco/Peru. Mesmo não sendo a intenção inicial, esta foi a maneira encontrada pelo grupo para sobreviver após a situação de abandono experimentada no país.

Em 1859, outro movimento para atrair trabalhadores agrícolas europeus aconteceu no município distrital de Castilla (Departamento de Piura, ao norte da capital Lima). O governo distrital estipulou introduzir 25.000 camponeses irlandeses, porém, as dificuldades impostas pelo governo inglês inviabilizaram o projeto.

O governo inglês possuía interesse em inviabilizar os projetos de imigração europeia no Peru por ser: 1) o maior fornecedor de mercadorias produzidas em ferro; e 2) o principal intermediário para o fornecimento da mão-de-obra chinesa. Esse segundo fator foi o grande responsável por esse interesse em interferir na imigração de europeus. No entanto, o governo peruano buscava se equiparar às nações consideradas “modernas”, por isso procurava seguir, com rigor, as recomendações que eram impostas.

O governo peruano não desistiu dos imigrantes europeus e outorgou várias concessões para introduzir no país 10.000 camponeses espanhóis de 16 a 40 anos. Era oferecido ao candidato à imigração o subsídio de 30 pesos por pessoa e o imigrante se comprometia a trabalhar como lavrador durante cinco anos nas fazendas da costa. Este esforço também fracassou, sendo contratadas apenas 58 famílias bascas para a fazenda Talambo.

Para Volpe (1986), apesar das poucas informações que se tem sobre a situação desses camponeses, o governo espanhol se opôs à emigração dessas famílias bascas, e os emigrantes tiveram que embarcar na cidade de Bordeaux na França, chegando ao porto de Callao, em 19 de julho de 1860. Foram diretamente para a fazenda Talambo, onde após três anos, como resultado de um sério enfrentamento entre os trabalhadores espanhóis e a milícia do fazendeiro onde alguns deles morreram, os sobreviventes retornaram à Espanha onde divulgaram o ocorrido, ocasionando grande desestímulo à emigração para o Peru.

Buscando superar as dificuldades para atrair migrantes europeus para o Peru, em 1872 foi criada a Comissão Consultiva de Imigração Europeia, e no dia 17 de dezembro do mesmo ano fundou-se a Sociedade de Imigração Europeia.

Esta sociedade estava composta por quatro comitês, cada um dos quais se encarregava da imigração proveniente de um grupo de países, conforme apresenta o Quadro 1.

Quadro 1 – Países sob competência dos comitês da Sociedade de Imigração Europeia, 1872

GRUPOS	PAÍSES
Grupo 1	Reino Unido, Bélgica, França, Suíça.
Grupo 2	Alemanha, Áustria, Holanda.
Grupo 3	Suécia, Noruega, Dinamarca, Itália.
Grupo 4	Espanha, Portugal.

Fonte: Volpe (1986, p. 36)

A criação dessa organização trouxe ao Peru entre 1873 e 1875, aproximadamente 3.000 imigrantes europeus, a maioria composta por italianos, franceses e suíços. Porém, o governo peruano encontrou em irrigar novas terras localizadas na costa do país a dificuldade de contratar imigrantes europeus, por parte dos fazendeiros, e muitos imigrantes se estabeleceram em Lima e não em fazendas agrícolas como se esperava com essa iniciativa.

Ao final da década de 1880 termina o chamado segundo período republicano (1850-1880). Na história peruana, o intervalo entre 1880 e 1930 marca o terceiro período republicano, durante o qual se fortalecem as políticas migratórias empreendidas pelo Estado peruano.

Através da lei de Imigração e Colonização, de 14 de outubro de 1893, concediam-se benefícios expressivos para imigrantes estrangeiros como passagens, e terras livres de impostos aos interessados em explorar os recursos naturais.

Com a criação da Junta Central de Imigração e Colonização, em 1894, o objetivo era promover e orientar a imigração, mas seus efeitos não foram promissores. Havia, no entanto, uma predileção por candidatos brancos, menores de 60 anos, que tinham a intenção de se estabelecer no país, além de indivíduos que obedecessem às leis nacionais de acordo com o recrutamento realizado pelos agentes designados pelo governo peruano.

Esses imigrantes, que obedeciam aos requisitos estabelecidos no documento em 1893, seriam contratados para ocupar determinadas áreas do país. Essa parece ter sido a prerrogativa que fomentaria o deslocamento de muitos imigrantes para a selva peruana, por exemplo.

Apesar de todos os esforços do governo peruano em atrair imigrantes europeus, observa-se o fato de que desde a proclamação da independência em 1821, através dos esforços dos *criollos* (descendentes de europeus nascidos na América do Sul), o Estado peruano tinha sido praticamente dominado por uma minoria “branca”.

Os brancos eram aproximadamente 10% do total, conforme analisa Takenaka (2004, p. 83), além da maioria indígena (47%), mestiços (40%) e o modesto percentual de 3% de asiáticos e negros, que não apoiavam o movimento em favor da independência peruana. Os asiáticos e negros sempre estiveram hierarquicamente abaixo dos “brancos” (TAKENAKA, 2004).

Com intuito de atrair os imigrantes europeus, várias leis que davam incentivos, conhecidas como “Leis de Preferência Branca”, de 1873 e 1906, eram as mais incisivas maneiras de atrair europeus, além dos programas especiais de recrutamento de Irlandeses (1851) e espanhóis (1860).

Como parte do interesse do Estado peruano, coube a ele, portanto, a responsabilidade de alojar e manter os imigrantes sob seus auspícios durante os sete primeiros dias após a chegada. Além da passagem de 3ª classe para transportá-los ao Peru, a liberação dos impostos que seriam devidos pelos imigrantes, os instrumentos de trabalho, os hectares acordados entre as partes na área destinada para colonização, assim como, o traslado até o espaço destinado à

colonização dos imigrantes, entre várias outras cláusulas que constavam na lei de 1893.

Diante da “crise nacional de escassez do trabalho”, mencionada por Takenaka (2004, p. 83), após várias tentativas frustradas, o governo peruano foi pressionado por parte dos proprietários das plantações localizadas na costa peruana, em buscar alternativas, o que redirecionou as atenções para a Ásia, como alternativa para importar a mão-de-obra necessária.

Esse reposicionamento das questões migratórias, apenas espelhava um cenário, que já havia sido demonstrado nas inúmeras tentativas, de inserção de migrantes europeus no Peru. Não era, portanto, consenso geral que as políticas públicas de incentivo aos imigrantes asiáticos fossem aceitas de pronto, o fato era que a necessidade de inserção de mão-de-obra estava posta, assim, a necessidade se sobrepôs aos debates políticos o que resultou no redirecionamento de grande quantidade de imigrantes japoneses que optou em migrar em direção à América do Sul e não para América do Norte. Vários foram os fatores que influenciaram nessa decisão.

Seja em consequência da instabilidade econômica, o longo período em que o país esteve sob vários regimes militares e do baixo padrão de vida que o Peru apresentava, a maioria dos imigrantes europeus preferia migrar em direção ao Chile, Argentina e Brasil, conforme apresentado por Volpe (1986) e Takenaka (2004), o que demonstra que os esforços das políticas peruanas não conseguiram atingir seu objetivo.

Diante do exposto, os esforços das políticas em prol da imigração europeia foram intensos, mas seus resultados foram efêmeros. Isso reforça a hipótese de que a imigração de japoneses para a região de Madre de Dios era não apenas necessária aos japoneses, mas, a simples possibilidade de cultivar as terras que seriam destinadas aos colonos tornou-se a oportunidade esperada pelos imigrantes desde o momento em que o navio *Sakura Maru* zarpou do porto japonês.

4.3 Os chineses

Com as dificuldades cada vez maiores de recrutar mão-de-obra europeia, buscou-se a alternativa de estimular a trazida de mão-de-obra asiática, primeiro chineses e posteriormente japoneses.

Os imigrantes chineses, chamados de chinos ou *coolies*¹⁵ no Peru, chegaram ao país, como mão-de-obra nas fazendas da costa e nas estradas de ferro, desde a segunda metade do século XIX, e suas condições de trabalho se assemelhavam com a escravidão.

Entre 1849 (ano de promulgação da Lei de Imigração Geral e Especial da China, que dava início à imigração chinesa no Peru) e 1874 (ano final da imigração oficial de chineses) entraram no país um total aproximado de 100 mil chineses (RODRIGUEZ, 2001, p. 30) (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de entradas de chineses chegados ao Peru (1849-1874)

PERÍODO	NÚMERO DE CHINESES	%
1849-1854	4.754	5,2
1855-1859	2.964	3,2
1860-1864	14.738	16,0
1865-1869	21.639	23,5
1870-1874	48.035	52,1
TOTAL	92.130	100

Fonte: Rodriguez (2001, p. 32).

Ao longo desse tempo, em reação aos maus tratos, houve rebeliões, fugas e resistência violenta ao invés de submissão. Segundo Lausent-Herrera (1986), se os chineses tivessem apenas desempenhado o papel que lhes era destinado nas fazendas, para o Peru seria a imigração ideal, pois, precisava-se de braços para a coleta do guano, do algodão e da cana-de-açúcar, além do trabalho na construção da estrada de ferro, que levaria o Peru à “modernidade”, como havia acontecido na Europa.

Neste sentido, tratar sobre a migração de asiáticos no Peru significa dar atenção especial à chegada de chineses. Para os legisladores peruanos havia critérios funcionais e raciais que deveriam ser considerados sobre a migração de estrangeiros em geral e em especial de asiáticos.

Para Lausent-Herrera (1986), após a experiência fracassada dos imigrantes europeus, para uma parte da sociedade peruana, o imigrante asiático seria a

¹⁵ Neste trabalho vamos utilizar os termos chineses ou chinos.

solução mais viável para suprir a escassez de mão-de-obra nas fazendas, e para a construção de estradas de ferro. Para outra parte da sociedade peruana, a chegada de asiáticos inspirava desconfiança:

Mas virá, todavia, o homem amarelo! Virá muito humildemente, muito pacificamente, em grandes paquetes, com a sua trouxa às costas. Virá, não para assolar, mas para trabalhar. E é essa a invasão perigosa para o nosso velho mundo, a invasão surda e formigueira do trabalhador chinês (QUEIRÓS, 2002, p. 541).

Para Yamawaki (2002), a iniciativa do governo peruano em 1849 era trazer chineses para trabalho nas fazendas da costa peruana, após a assinatura de contratos de trabalho com duração de oito anos. Os fazendeiros foram os principais interessados nessa imigração, pois estavam em busca de mão-de-obra que lhes permitisse manter e melhorar sua posição econômica.

Os imigrantes chineses mantiveram o crescimento da economia peruana o que os diferenciava dos imigrantes europeus. Destes se esperava, além do trabalho, o “branqueamento” ou “melhoramento” racial do país, a difusão do cristianismo, e o avanço da cultura europeia.

Os membros do governo peruano, como bons católicos, consideravam que os negros africanos eram cristãos porque haviam sido batizados e tinham recebido as bênçãos dos padres católicos antes da chegada no Novo Continente.

Os chineses, pelo contrário, não tinham essas características, e por isso eram considerados inferiores aos negros, também pelas suas características físicas, idioma, e demais aspectos culturais.

As constantes rebeliões nas fazendas, entre negros e indígenas ou entre negros e chineses, eram o maior temor dos fazendeiros brancos. Por outro lado, enquanto as leis decretadas não conseguiam impedir que muitas tentativas de colonização com imigrantes europeus fracassassem, diversas colonizações chinesas, fruto de migrações internas, ganhavam força em áreas como Iquitos, Huánuco, Chanchamayo e Pucallpa.

Mas, esse avanço dos migrantes chineses pelo país não se dava de maneira pacífica. Por exemplo, o jornal *El Comercio*, de Lima, noticiava em 25.06.1862 um levante de um grupo de índios selvagens numa fazenda da província de Chanchamayo na Alta Amazônia peruana, informando que “Os chinos da fazenda

saíram pedindo auxílio, mas os índios os capturaram e os assassinaram ferozmente, e o mesmo fizeram a outros indivíduos não chinesos”.

O Censo Nacional de 1876 registra na região de Tarma e distrito de Chanchamayo a existência de 127 e 90 chineses, respectivamente (INEI, 2010a). Por outro lado, Stewart (1976, p. 161-164) e Lausent-Herrera (1986) apontam o emprego de mais de 6.000 chineses provenientes de Macau e da Califórnia para a construção da estrada de ferro central no início da década de 1870, a maioria dos quais permaneceram no país após a paralisação das obras em 1875.

A mobilidade dos chineses da província de Chanchamayo pode ser observada em direção à colônia de Quiquiriqui, distrito de Acón, Huanta, constituída em 1873, demonstrando a importante participação na atividade econômica que os chineses passaram a desempenhar como vendedores de suas produções agrícolas, principalmente o arroz.

A partir de Chanchamayo os chineses dispersaram-se para diversos lugares da Amazônia trabalhando como agricultores, cozinheiros, e outras profissões, alcançando Pucallpa e Iquitos, chegando nesta cidade a representar em 1899, a colônia estrangeira mais numerosa, com 346 pessoas (LUSENT-HERRERA, 1986, p. 55; ARAGÓN, 2013, p. 221-222).

As dificuldades encontradas pelos chineses na relação com os fazendeiros faziam com que os imigrantes encerrassem seu contrato com a fazenda (alguns imigrantes fugiam da fazenda antes da finalização do contrato) e tornavam-se proprietários de pequenos estabelecimentos próximos às fazendas e tinham como seus principais clientes os próprios trabalhadores conterrâneos, ou ainda, migravam para as cidades onde se estabeleciam em atividades que requeriam um pequeno montante pecuniário.

Para Yamawaki (2002), as atividades desenvolvidas pelos imigrantes chineses concentravam-se, sobretudo, nos trabalhos artesanais, nas atividades de cuidados ambulatoriais, o emprego doméstico e os pequenos negócios em geral (vendas de objetos usados e tabernas), além do setor de serviços (lavanderia, na maioria dos casos).

Já no século XX, a maioria dos imigrantes desempenhavam atividades de pequenos comerciantes independentes (vinícolas, restaurantes, entre outros estabelecimentos), essas atividades apesar de terem sido muitas e as mais diversas, foram comuns na história dos imigrantes asiáticos no Peru.

5 A MIGRAÇÃO JAPONESA PARA O PERU

Tokeshi e Fukumoto (1986) argumentam que havia, ao final do século XIX, um cenário propício no Peru para o recebimento de imigrantes japoneses. No século XX o civilismo mostrava-se favorável à imigração através de suas políticas orientadas ao exterior, principalmente pela exportação de algodão e açúcar, que favoreciam os latifundiários da costa, os quais necessitavam aumentar mão-de-obra para incrementar a produção e seus lucros.

Para Lausent-Herrera (1988), o interesse do Japão em levar colonos para a parte oriental dos Andes antecedeu à chegada dos primeiros imigrantes em 1899, pelo menos vinte anos antes já havia o interesse em conquistar a parte da selva amazônica peruana, esse desejo se concretizou de maneira discreta e digna de interesse por parte dos governos peruano e japonês.

Um incidente com o navio peruano *María Luz*, ocorrido em 9 de julho de 1872, quase levou ao fracasso as relações entre Peru e Japão. Como relata Lausent-Herrera (1988, p. 94):

O barco peruano *María Luz*, comandado pelo espanhol Ricardo Herrera, foi um dos tantos navios comprometidos com o tráfego de coolies, os quais eram frequentemente recrutados pela força no Sul da China e transportados de Macão para o Peru. Na escala de Yokohama os coolies do *María Luz* amotinaram-se e pediram proteção dos ingleses e japoneses.

No entanto, esse incidente foi resolvido, e culminou com a assinatura do Tratado de Amizade entre os dois países. A diplomacia exercida pelo então cônsul peruano no Japão, Oscar Heeren, de nacionalidade alemã, oferecia muitas possibilidades ao governo japonês caso houvesse interesse em manter relações diplomáticas com o Peru. Dentre essas possibilidades havia os recursos minerais, assim como o território amazônico, o que entusiasmou os representantes do Império do Sol Nascente.

Em 1874, segundo Lausent-Herrera (1988), o próprio Oscar Heeren organizou uma viagem e acompanhou uma comitiva de engenheiros japoneses à região de Cerro de Pasco. Dentre os vários locais visitados, o grupo desceu a parte oriental dos Andes Centrais de onde puderam observar o vale de Chanchamayo, onde foi a primeira tentativa de colonização europeia.

Assim, ao regressarem ao Japão, os engenheiros levaram consigo uma rica experiência que compartilharam com seus compatriotas, pois poderiam fazerem-se presentes no Peru tanto na exploração mineira quanto nos muitos projetos de imigração que estavam sendo fomentados pelo governo peruano.

Nesse sentido, após o fracasso da imigração europeia e fim dos contratos de recrutamento de mão-de-obra chinesa, em 1874, voltou-se para a imigração de japoneses, que se iniciou com a chegada dos 790 imigrantes do navio *Sakura Maru*, de 3 de abril de 1899, como se mencionou no início. O fracasso experimentado com a imigração europeia gerou a necessidade de mão-de-obra nas fazendas da costa peruana, o que ocasionaria um redirecionamento dos planos japoneses em colonizar a selva peruana, pois as fazendas da costa peruana tiveram prioridade por representar a base do poder oligárquico peruano.

Nesse cenário, podemos registrar que a maior chegada de imigrantes japoneses se deu durante o ano de 1908, quando o país era presidido por Augusto B. Leguía, outrora gerente da *British Sugar Company*, principal responsável pela vinda de migrantes japoneses em direção ao Peru. Negociações entre Augusto Leguía e Sadakichi Tanaka, representante da Companhia Morioka (*Morioka Shokai*), os quais haviam estudado juntos em Boston, revelam os interesses de distribuir os imigrantes japoneses nas fazendas açucareiras da costa.

No Japão rural, as famílias possuíam o status social de acordo com o tamanho de terra que possuíam; a família rural tinha em média três filhos, sendo que, o mais velho, comumente, herdava a propriedade da família.

Assim, o herdeiro gozava de tratamento especial. Por exemplo, ao casar, ele continuava morando com os pais, e garantia a sucessão da linhagem, e a manutenção dos pais na velhice. Dessa forma a vida do filho sucessor estava garantida, enquanto que a dos demais filhos, ou seja, os não sucessores precisavam buscar sua própria sobrevivência noutro lugar (STANIFORD, 1973).

Para Staniford (1973) existiam alternativas de sobrevivência para os não sucessores: 1) tornar-se “família derivada” (*bunke, branch house*) para receber uma porção da propriedade da “família tronco” (*honke, main-house*), possibilidade essa franqueada apenas aqueles que nasciam em famílias ricas; 2) ser adotado como sucessor por outra família ou casar-se com uma moça em que não tivesse irmão para ocupar a função de sucessor; 3) ser adotado por uma família abastada, que quisesse admitir filhos de famílias pobres. Essa alternativa era muito praticada no

Japão rural; 4) tornar-se colono arrendatário de qualquer outro proprietário; 5) garantir a moradia em sua comunidade natal e arranjar emprego numa cidade próxima ou dedicar-se a trabalhos sazonais em outras áreas rurais; 6) arranjar algum emprego local como assalariado; 7) permanecer na família como solteiro, geralmente quando a pessoa tinha algum problema de ordem física ou mental.

Cabe destacar também que, dentre essas possibilidades estava a emigração seja para além-mar, ou dentro do próprio Japão. Neste caso, na sua maioria eram os segundos ou terceiros filhos que se lançavam em busca de novas oportunidades em lugares distantes, ainda que raramente emigravam todos os filhos.

Essa realidade estimulou a migração de japoneses para o Peru. Segundo Irie e Himel (1951, p. 443), os principais pontos dos contratos assinados por dezenas de japoneses que se dirigiram ao Peru, eram os seguintes¹⁶:

- 1) O contrato terá validade de quatro anos. Durante este período o trabalhador irá trabalhar em plantações ou na colheita de cana-de-açúcar;
- 2) O pagamento será de 2 *pounds* e 10 *shillings* por mês pagos em moeda inglesa ou equivalente em dinheiro peruano;
- 3) Serão dez horas de trabalho diário no campo e doze na refinaria de açúcar. As horas extras não excederão duas horas, e, por isso, será percebido um adicional de dois dias e meio por hora e não haverá trabalho aos domingos e feriados;
- 4) Durante os primeiros 25 meses a Companhia Morioka irá deduzir mensalmente dos salários o valor de 8s.¹⁷ O montante arrecadado dessas deduções será aplicado como fundo de reserva para garantir o cumprimento do contrato para pagar as despesas da viagem de retorno. No caso do trabalhador que abandonar o trabalho, a perda real sofrida pela Companhia Morioka será deduzida desse mesmo montante, e caso haja saldo restante, este será devolvido ao trabalhador. Mas, no caso de déficit, o trabalhador deverá efetuar o ressarcimento;
- 5) Os proprietários das plantações pagarão todas as despesas desde o porto de embarque no Japão até o local de trabalho no Peru, além dos utensílios de casa, camas, e suprimentos médicos.
- 6) no momento da chegada, a companhia contratante entregará a cada pessoa um conjunto de roupa para o trabalho, um chapéu, e um par de calçados.

Para que esses contratos acontecessem, os imigrantes deveriam atender a algumas exigências das empresas recrutadoras, entre as quais se destacam: a)

¹⁶ Tomando como base os contratos assinados com a Companhia Morioka.

¹⁷ Soles (unidade monetária peruana).

idade entre 20 e 45 anos; b) fisicamente habilitados para o trabalho e; c) boas condições morais e de saúde.

Irie e Himel (1951, p. 443) apresentam os valores que comporiam as deduções e o valor líquido a ser recebido por parte dos trabalhadores: “O pagamento mensal com valor de 10£. 10s.¹⁸ que corresponderia a 25 yens¹⁹”. Levando-se em consideração que aos trabalhadores lhes era oferecida casa e cama, eles apenas deveriam custear as despesas de comida.

Nessas condições, no período de quatro anos poderiam acumular aproximadamente 960 yens²⁰. Deduzindo 100 yens²¹ para a viagem de retorno ao Japão, o ganho líquido seria de 860 yens. Essa era a expectativa dos trabalhadores!

Mas, mesmo assim, apesar da proposta não ser tão boa, os imigrantes não pareciam muito preocupados com esse ganho mensal, a real preocupação era dos empregadores e radicava na possibilidade do trabalhador ficar incapacitado ou morrer. Para isso, o artigo 4º do contrato, esclarecia que:

No caso de acidente ou morte ocorrida durante o trabalho, a Companhia [Contratante] cobrará o valor de 10£ do empregador (para cada caso) e pagará ao empregado (ou dependentes) o valor acrescido do montante deduzido mensalmente além do cancelamento do contrato. Posteriormente, nem a Companhia [contratante] nem o empregador assumirão qualquer obrigação por demandas realizadas pelos sobreviventes ou a pessoa vitimada (IRIE; HIMEL, 1951, p. 443).

Os empregadores, ávidos por braços que pudessem compensar os problemas que haviam experimentado com outros imigrantes, não mediram esforços para trazer japoneses ao Peru, concordando com os termos dos contratos, mas que chegando ao país, não honravam (IRIE; HIMEL, 1951).

Foi sob essas condições que os 790 emigrantes pioneiros deixaram a cidade de Yokohama a bordo do *Sakura Maru* da empresa *Nippon Yusen Kaisha*. Após percorrer 8.600 milhas náuticas através do Pacífico o navio atracou no porto de

¹⁸ Unidade monetária inglesa: 10 libras e 10 *shilings*. Há uma diferença no valor equivalente entre as moedas envolvidas. Para a cotação desse valor, no entanto, em libras esterlinas o valor atualizado seria de R\$ 38,11.

¹⁹ Em 1900 o valor de 1 *yen* (sistema monetário japonês) correspondia a 0,50 centavos de dólar americano.

²⁰ Equivale USD 3.024,00 no câmbio aproximado do início de 1900.

²¹ Equivale USD 315,00 no câmbio aproximado do início de 1900.

Callao a 3 de abril de 1899, e no dia seguinte seguiram para as fazendas da costa peruana, sendo distribuídos segundo prefeitura de origem (Tabelas 3 e 4):

Tabela 3 – Prefeituras de origem dos primeiros imigrantes japoneses para o Peru, 1899

PREFEITURA	Nº DE IMINGRANTES
Niigata	372
Yamaguchi	187
Hiroshima	176
Okayama	50
Kanagawa	5
Tokio	4
Ibaraki	1

Fonte: Irie e Himmel (1951, p. 24)

Tabela 4 – Distribuição dos primeiros imigrantes japoneses conforme as fazendas de destino na costa peruana, 1899*

NOME DA FAZENDA	PROPRIETÁRIO	SUPERVISOR	IMIGRANTES
Caudevilla Estrela (ou Sta. Clara)	“Panebaro” (italiano) Bryce (peruano)	Tomoki Mori	50 (Hiroshima) 50 (Niigata)
Puente Piedra Palpa San Nicolás	Giacometti (italiano) Higuera (peruano) San Nicolás Agr. Ass.	Kannosuke Iida Kichizo Kawaguchi Motoichi Saeki	30 (Hiroshima) 30 (Niigata) 150 (Yamaguchi)
Huaito	Canevaro (peruano)	Kozaburo Shigetomi	50 (Hiroshima)
Pampas “Rurifuiko”	Welle (inglês) Peruvian “Shû Esuteito” Co. (britânico)	Heiji Kumamoto Isao Miyazaki	50 (Niigata) 50 (Niigata)
Cayaltí	Aspillaga (peruano)	Katsusaburo Hayashi	50 (Hiroshima)
Pomalca	Gutiérrez (peruano)	Junichiro Hasegawa	13 (Niigata) 37 (Yamaguchi)
Casa Blanca Santa Barbara	Swayne (peruano) s/í	Fujikuma Aoki Yoshizo Nakano Nabeichi Kageyama	50 (Okinawa) 176 (Niigata)

Fonte: Irie e Himel (1951, p. 445)

* Faltam quatro imigrantes no cômputo geral, isso se deu por que os referidos imigrantes foram contratados como “garotos da casa” por parte de famílias peruanas (IRIE; HIMEL, 1951, p. 445).

A Tabela 3 apresenta a prevalência de imigrantes provenientes da prefeitura de Niigata, localizada na ilha de Honshu, de frente para o mar do Japão, cidade onde muitos imigrantes foram recrutados para as migrações em direção ao além-mar. As regiões foram paulatinamente se diferenciando em relação ao recrutamento, a partir da segunda leva de imigrantes, muitos japoneses eram provenientes de Okinawa e se tornaram muito representativos na comunidade japonesa peruana.

Durante a Guerra do Pacífico (1879-1884), envolvendo Peru, Chile e Bolívia, as fazendas da costa peruana haviam se limitado à produção de produtos de subsistência.

Após este período, a indústria açucareira deu início a um processo de recuperação e expansão, contando com importante apoio do capital estrangeiro (MORIMOTO, 1999). Neste cenário, um problema que já vinha sendo sentido pelos fazendeiros emergiu novamente: a escassez da-mão-de-obra para a produção de açúcar. Dessa vez, os fazendeiros já não poderiam contar com a mão-de-obra dos chineses.

Uma saída para assegurar a produção açucareira foi recorrer à mão-de-obra indígena, mas apesar das tentativas, os fazendeiros só podiam contar com os indígenas por um determinado tempo, pelas constantes rebeliões e fugas.

A imigração japonesa foi considerada, então, como alternativa mais viável. Em 1898, a convite de Augusto B. Leguía, Teikichi Tanaka, funcionário da Companhia Japonesa de Imigração Morioka, chegou ao Peru. Este funcionário havia estado pouco tempo antes no Brasil para promover a imigração nesse país.

Leguía, como gerente da *British Sugar Company*, formada no início da década de 1890 com capital peruano e britânico, e que se tornaria a responsável pelas fazendas do Vale de Cañete, região responsável pela produção de açúcar do país, solicitou a Tanaka, trazer imigrantes japoneses para as fazendas. Ante a possibilidade apresentada ao funcionário, este enviou de imediato a solicitação ao chefe máximo, Makoto Morioka, que se interessou e apresentou solicitação junto ao Escritório de Assuntos Estrangeiros do Japão, para inclusão do Peru entre as zonas prioritárias de emigração.

Como resultado dessas negociações iniciou-se a vinda de japoneses ao Peru em 1899, que passaria ser constante, chegando a totalizar até 1923, 18.258 pessoas (Tabela 5). Entre os imigrantes predominavam os homens, e também havia crianças.

Tabela 5 – Chegada de imigrantes japoneses entre 1899 e 1923

ANO	HOMENS	MULHERES	CRIANÇAS	TOTAL
1899	787	-	-	787
1903	1.160	110	-	1.270
1906	586	9	1	596
1907	450	1	-	451
1908	2.362	82	4	2.448
1909	694	20	1	723
1910	447	11	1	459
1911	222	29	-	251
1912	575	74	13	662
1913	906	179	16	1.101
1914	730	186	32	948
1915	935	219	70	1.224
1916	963	138	36	1.137
1917	1.254	324	48	1.626
1918	1.230	426	4	1.660
1919	1.991	158	-	1.349
1920	602	79	-	681
1921	565	79	-	644
1922	536	5	-	41
1923	192	8	-	200
TOTAL	15.887	2.145	226	18.258

Fonte: Morimoto (1986, p. 117)

As regiões de origem desses imigrantes indicam a proximidade que os mesmos tinham com o cultivo da terra. Isso não significa dizer que todos eram agricultores no Japão. Em sua maioria eram originários das prefeituras de Okinawa (20%), Kumamoto (14%), Hiroshima (9%), Fukuoka (8%), Yamaguchi (8%) e Fukushima (7.5%), como se mostrou na Tabela 3.

Por outro lado, as prefeituras que sediavam indústrias apresentavam os menores números de emigrantes, como por exemplo, as prefeituras de Osaka e Tokio. Havia, portanto, o interesse de enviar migrantes do sul do Japão para países da América do Sul, conforme demonstra Endoh (2009, p. 106) (Tabela 6).

Tabela 6 - Porcentagem de emigrantes do sul do Japão para Brasil e Peru, antes da Primeira Guerra Mundial

PAÍSES DE DESTINO	EMIGRANTES DO SUL DO JAPÃO	AS 5 PREFEITURAS DO SUL DO JAPÃO QUE MAIS ENVIARAM EMIGRANTES (%)
BRASIL	49.6%	Kumamoto (10.5)
	Total de 11.868	Fukuoka (8.4) Okinawa (7.6) Hokkaido (6.9) Hiroshima (6.7)
PERU	68.4%	Okinawa (17.4)
	Total de 8.748	Kumamoto (12.6) Hiroshima (10.5) Yamaguchi (5.9) Fukuoka (5.1)

Fonte: Fukumoto (1997, p. 142) e Endoh (2009, p. 16) – adaptado.

Ao longo da história da migração japonesa para o Peru funcionaram quatro companhias de emigração que atuavam em períodos concomitantes ou em períodos diferentes. A Companhia *Meiji Shokumin Kaisha*, por exemplo, funcionou durante apenas dois anos, de 1907 a 1909. Teve sua licença cancelada para operar no Peru e seus projetos foram adquiridos pela *Toyo Emigration* (Morimoto, 1999, p. 86) (Quadro 2).

Quadro 2 – Companhias de transporte de migrantes japoneses para o Peru

PERÍODO	NOME DA COMPANHIA	OBSERVAÇÃO
1899-1920	<i>Morioka Emigration Co.</i>	<i>Morioka Imin Kabushiki Kaisha</i> , a partir de 1918 entrou em fusão com a <i>Toyo Steamship Co.</i>
1907-1909	<i>Meiji Shokumin Kaisha</i>	-
1910-1917	<i>Toyo Emigration</i>	-
1917-1923	<i>Overseas Development Co.</i>	Conhecida como <i>Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha</i> ou <i>KKKK</i> . Entre 1920-1923 se converteu na única empresa de transporte e comércio de importação e exportação.

Fonte: Morimoto (1979, p. 55) e Lausent-Herrera (1991), adaptado.

O impacto econômico da imigração japonesa no Peru pode ser observado pela elevação das exportações de algodão e açúcar e derivados, cuja produção dependia em grande medida da força de trabalho dos imigrantes japoneses, em relação às exportações de lã (Tabela 7).

Tabela 7 – Exportações do Peru em milhões de soles nuevos, 1900-1929

ANOS	ALGODÃO	AÇÚCAR E DERIVADOS	LÃ
1900-04	3.144	11.531	3.068
1905-09	6.652	12.568	4.241
1910-14	11.762	16.632	4.594
1915-19	32.516	47.085	15.169
1920-24	62.985	69.145	6.395
1925-29	62.306	37.658	9.086

Fonte: Fukumoto (1997, p. 75), adaptado.

6 A MIGRAÇÃO JAPONESA PARA A AMAZÔNIA PERUANA

6.1 O departamento de Madre de Dios

Desde a independência do Peru, o desafio era de povoar e, sobretudo, dominar a selva, as terras consideradas insalubres e inóspitas. Para Aragón (2013), as campanhas de independência, tanto no Brasil quanto no Peru, aceleraram o processo de povoamento da Amazônia. A colonização e povoamento da parte amazônica de ambos os países tornou-se, a partir de então, objeto de debates e de fomento de políticas de incentivo patrocinadas pelos Estados (TIGNER, 1978; 1981; ARAGÓN, 2009; 2013).

Atualmente, a Amazônia peruana considerada como a região de selva, é integrada por cinco departamentos: Loreto, capital Iquitos, Amazonas, capital Chachapoyas, San Martín, capital Moyobamba, Ucayali, capital Pucallpa, e Madre de Dios, capital Puerto Maldonado. A superfície desses cinco departamentos compreende o total de 646.212 km², o que representa mais de 50% da superfície do país. Segundo o Censo 2007, os cinco departamentos da região de selva totalizam 2.538.247 habitantes (9,3% da população do país) (INEI, 2010c).

São as políticas de fomento a migração em direção à Amazônia peruana as responsáveis pelo movimento de nacionais e estrangeiros, que procuravam outras formas de se fixar no Peru. Assim, muitos japoneses se movimentaram em direção à região de selva ou Amazônia peruana (TIGNER, 1978).

Apesar de que o objetivo do recrutamento de japoneses era trabalhar nas fazendas da costa peruana, as más condições de trabalho e o descumprimento dos contratos por parte dos empregadores, fez com que muitos japoneses abandonassem as fazendas, seja por revoltas, ou ao término do período dos contratos, resultando uma distribuição de imigrantes japoneses em diversos lugares do país. Em 1910, a maior concentração de imigrantes japoneses estava na região ao redor de Lima e Callao, onde se ocupavam como barbeiros, pequenos comerciantes, carpinteiros, proprietários de restaurantes, garçons, empregados domésticos, jardineiros, e tintureiros, entre outras ocupações (TIGNER, 1978).

Outros migrantes buscavam realizar o sonho do *El Dorado*, uma grande cidade de ouro, que consideravam estar localizada no meio do Inferno Verde,

descrito por Euclides da Cunha, as seringueiras, as minas de ouro negro, que se tornou a matéria prima ao longo da *Belle-Époque* amazônica.

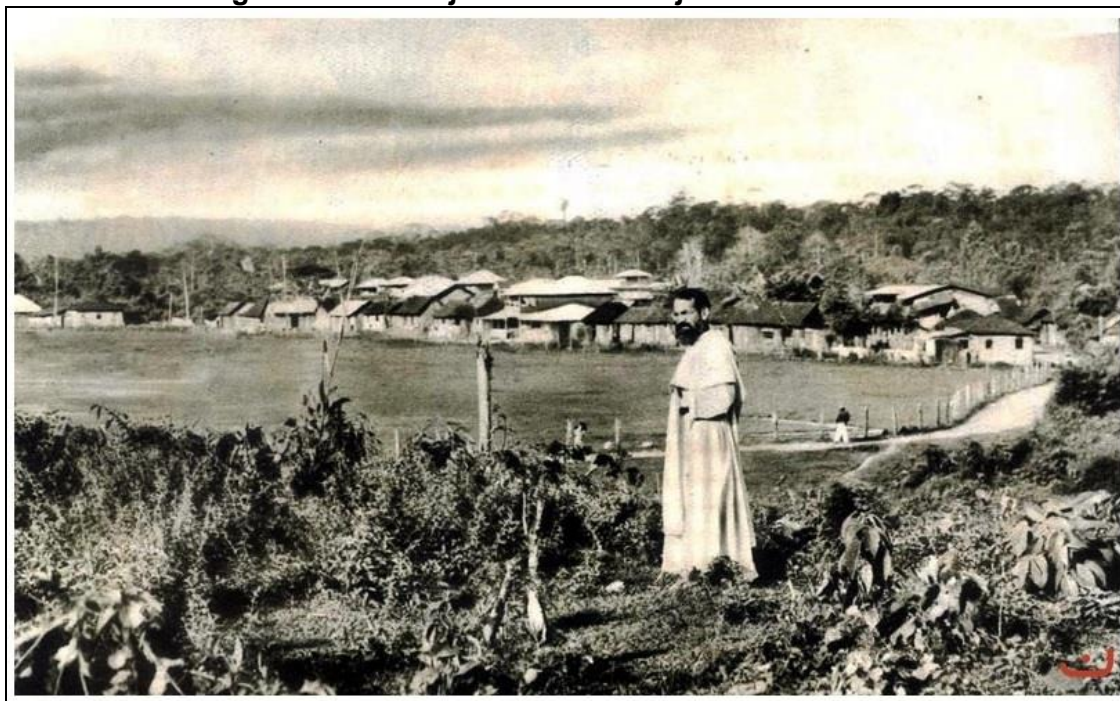
O látex extraído da seringueira (*Hevea brasiliensis*) localizava-se em terra de ninguém, pois estava espalhado pela fronteira, a qual não apresentava uma definição geopolítica muito precisa entre o Brasil e o Peru.

Nesse caso, a prosperidade tão almejada pelos indivíduos que se direcionariam para a região, não seria necessariamente encontrada a partir da exploração das minas de ouro, mas a exploração da borracha.

Nesta perspectiva, vários foram os intentos em descobrir o *El Dorado*. Na Guiana ou no Rio da Prata, Peru ou Brasil, Colômbia ou Paraguai, a imagem do *El Dorado* se difundiu na memória coletiva por todo o continente americano. O surgimento do departamento de Madre de Dios²² foi resultado da importância econômica do ciclo da economia da borracha. A criação da Junta de Vias Fluviais teve como primeiro Comissário da Região de Madre de Dios, Dom Juan S. Villalta, responsável por criar o povoado de Madre de Dios na confluência do rio Madre de Dios e Tambopata, em julho de 1902, atualmente, denominado Pueblo Viejo, o que formalizava a atuação do Estado peruano na área do recém-criado povoado (Fotografia 1).

²² Também denominado pelos viajantes de: "Amarumayo", "Rio de la Serpiente," "Tono," "Manu," "Magnu", "Parabari", "Manu-tata", "Manuarirytia", "Rio de Castilla" y por fin Madre de Dios (VILLALTA, 1904).

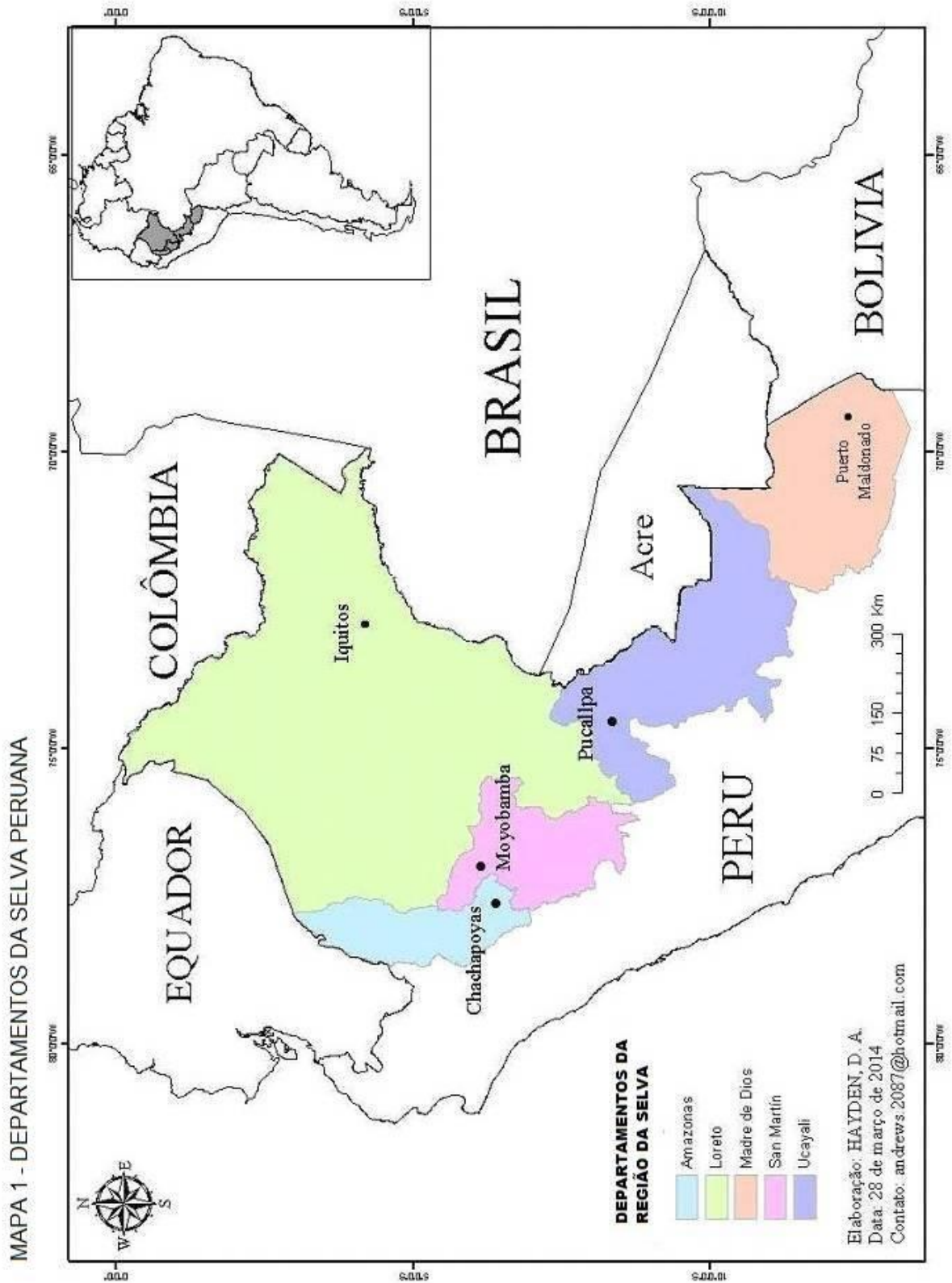
Fotografia 1 – Vilarejo de Pueblo Viejo na década de 1920



Fonte: PORTALMADREDEDIOS (2014).

Na Fotografia 1 pode-se observar as primeiras construções, a maioria de madeira, e a presença de um missionário dominicano da Ordem dos Predicadores. O papa Leão XIII cria a Prefeitura Apostólica de Urubamba em 1900, e no ano seguinte (1901) nomeia o Revmo. P. Ramón Zubieta, da Ordem dos Predicadores, como prefeito Apostólico da missão de Santo Domingo del Urubamba. Os primeiros dominicanos a chegarem a região de Madre de Dios pertenciam a Província espanhola do Rosário e da Província de São João Batista do Peru. Em 1913, Pio X eleva a prefeitura ao vigariato de Urubamba e Madre de Dios. Apenas em 10 de março de 1949, Puerto Maldonado é elevado a vigariato apostólico de Puerto Maldonado.

Atualmente, o Departamento de Madre de Dios compreende uma área de 85.300,54 km² e a população de 109.555 habitantes, números apresentados pelo Censo de 2007 (INIEI, 2010c) (Mapa 1).



Na análise de Laburre e Correa (1909, p. 39), para o comissário Villalta, os imigrantes seriam peças-chave para o “progresso nacional”; sendo assim, foi o

responsável por trocar informações com o governo central sediado em Lima. Em seu relatório de 1904 Villalta ressalta que:

[...] durante os primeiros dias de nossa instalação e fundação de Porto Maldonado, chegaram 15 caucheiros que trabalhavam na sua barraca principal de Santa Rosa, instalando-se em frente à Comissária [...] essas explorações constituem a base da colonização nessa montanha, são 489 cujos nomes indico para que figurem entre os principais povoadores dessa parte de nosso oriente (VILLALTA, 1904, p. 6).

Com o aumento de seringueiros na região, o comissário mostrava-se animado pelo fato destes seringueiros serem os grandes desbravadores das grandes florestas e bosques solitários e virgens, pois, raros eram os trabalhadores que se interessavam em adentrar na selva.

Os quinze seringueiros que se apresentaram à comissaria, conforme relata Villalta (1904), o fizeram em busca de permissão para explorar a região, até então parcialmente desconhecida, porém rica em minerais e seringueiras.

Esse “cuidado”, tomado pelos seringueiros, foi uma boa maneira para se aproximar do comissário, e dessa maneira poder explorar a *hevea brasiliensis* sem entraves de parte do governo. Nas palavras de Villalta (1904, p. 7): “Este precedente na história da borracha é o melhor parâmetro de patriotismo e a base mais sólida sobre a qual descansa a colonização destas regiões”.

A extração do caucho, assim como do látex (ou shiringa) foram determinantes para o povoamento da região da Amazônia peruana, às proximidades do que atualmente se conhece por departamento de Madre de Dios, pois foi a partir da iniciativa dos exploradores, em busca do látex, que se aproximaram de terras consideradas inóspitas.

O movimento migratório na região tornou-se cada vez maior na medida em que o caucho demandava grande quantidade de mão-de-obra experiente, assim, os movimentos se avolumavam tanto a partir de grupos internos quanto externos.

As medidas para o estabelecimento de migrantes na região fomentaram ações que pudessem provê-los com a subsistência básica. Assim houve um incentivo do governo peruano em criar uma zona agrícola que pudesse abastecer os migrantes assentados na região.

Essa iniciativa foi importante no sentido de atrair migrantes estrangeiros, que não eram especialistas na exploração da goma elástica, com isso muitos estrangeiros se viram contemplados em procurar oportunidades de exploração do mercado que se formava na região de Madre de Dios. Isso reforça o argumento de que a permanência dos imigrantes japoneses no lado peruano foi intensificada pelas formas com que as estratégias que o próprio governo peruano encontrou para fixar o assentamento de pessoas na região.

Segundo o Diagnóstico do Corredor Fronteiriço, apresentado pelo departamento de Madre de Dios, em 2011, o governo peruano incentivou a criação de uma zona agrícola, além de financiar gastos com passagens, manutenção temporária e sementes para que as pessoas se fixassem na Amazônia (MADRE DE DIOS, 2011).

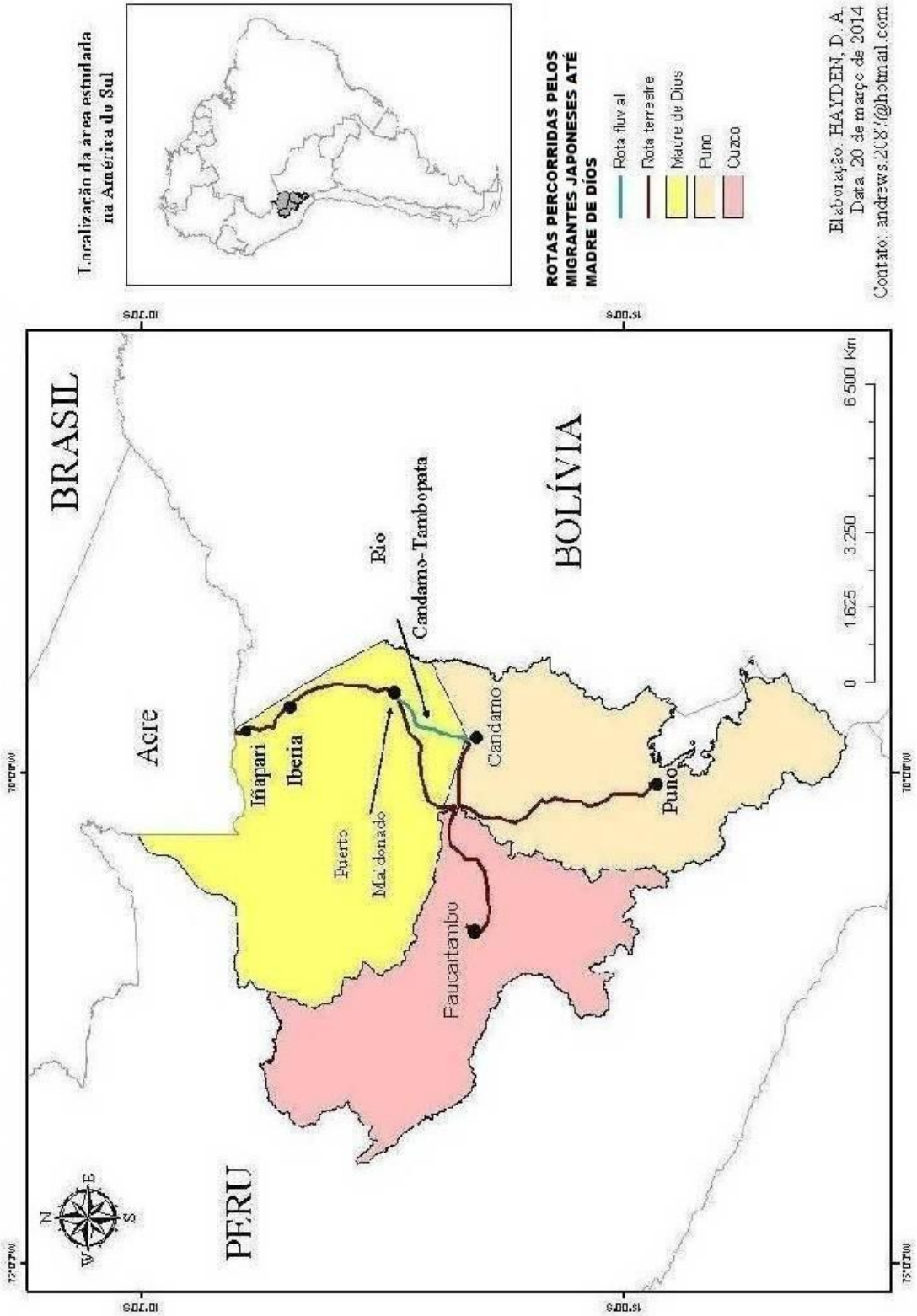
Porém, dos deslocamentos, a maioria foi de famílias peruanas, principalmente de áreas onde já tinham experiência com a exploração do caucho, como Rioja, Chachapoyas, Moyobamba, Tarapoto e Cajamarca. Por isso, a cultura da região de Madre de Dios recebeu influência da região norte da Amazônia peruana, que já havia sido influenciada pela migração de pessoas da região denominada Alto Andina.

Conforme Madre de Dios (2011), esses deslocamentos migratórios estiveram fortemente relacionados aos ciclos econômicos da “febre” do caucho, entre 1879-1912, e uma tímida recuperação entre os anos de 1942-1945.

Mas também migraram estrangeiros, incluindo japoneses. De acordo com uma descendente nissei, Maria Kohagura Gahona, no livro publicado durante as comemorações do centenário da imigração japonesa para o Peru, a rota percorrida pelos imigrantes japoneses, que chegavam à região de Madre de Dios durante o ciclo da exploração da borracha, era por Paucartambo que saía de Cusco, ou pelo rio Candamo-Tambopata (APJ, 2000).

Os que seguiam pela rota de terra, via Paucartambo, se estabeleceram em Iberia e Iñapari, enquanto que, os que optavam pelo caminho fluvial seguiam os rios Candamo-Tambopata até Puerto Maldonado (Mapa 2).

MAPA 2 - ROTAS PERCORRIDAS PELOS IMIGRANTES JAPONESES ATÉ MADRE DE DIOS



ROTAS PERCORRIDAS PELOS MIGRANTES JAPONESES ATÉ MADRE DE DIOS

- Rota fluvial
- Rota terrestre
- Rota de Deus
- Puno
- Cuzco

Elaboração: HAYDEN, D. A.
 Data: 20 de março de 2014
 Contato: andrews.2087@hotmail.com

Os remadores eram nativos da tribo Huarayo, que habitavam a parte baixa de Madre de Dios, transportando os imigrantes em canoas, até Puerto Maldonado, seguindo o trajeto: Puno-Candamo-Tambopata-Madre de Dios (APJ, 2000).

Além dos 91 japoneses pioneiros chegados no navio *Sakura Maru*, em 1889, Ikeda Kinsuke Tomi, Koga Akira, e Koga Sakae são considerados os primeiros imigrantes chegados a Puerto Maldonado, logo nos primeiros anos do século XX. Esses pioneiros, além de serem os desbravadores, se tornaram, segundo descrição da APJ (2000, p. 348), remadores especialistas e timoneiros que transportavam e subsidiavam seus conterrâneos.

Essa ajuda foi fundamental para manter uma coesão intergrupar que resultou na organização original da comunidade de japoneses. Essa organização tornou a região mais atrativa para posteriores levadas de japoneses procedentes das fazendas da costa. Em Puerto Maldonado a comunidade japonesa se fortaleceu ao longo dos anos e atualmente mostra-se uma comunidade próspera.

A chegada de imigrantes japoneses à Amazônia peruana aconteceu no período em que a exploração da borracha (1862-1920) estava em franca expansão. Nesse período a Amazônia experimentou um aumento significativo da população (Tabela 8).

Tabela 8 – Número de habitantes nos departamentos de Amazonas e Loreto, Amazônia peruana, 1862-1896

DEPARTAMENTO	1862	1876	1896	AUMENTO (%)
Amazonas	32.562	34.284	70.676	117
Loreto	52.124	61.125	100.596	93

Fonte: Limachi (2009, p. 99)

Efetivamente desde a segunda metade do século XIX, a borracha tornou-se o principal produto de extração na região em relação a outros recursos naturais como peles e madeiras.

Nesse período, segundo Fukumoto (1997), no departamento de Madre de Dios se estabeleceram várias companhias inglesas que eram intermediárias comerciais do mercado internacional. Com a descoberta da vulcanização da borracha por Goodyear em 1839, o beneficiamento da borracha expandiu-se na região de Madre de Dios.

As companhias inglesas estabelecidas na área se tornaram intermediárias das casas exportadoras arequipanas²³ e dos comerciantes do interior que provinham de homens e alimentos os seringais. Toda essa movimentação elevava o volume das exportações. Entre 1882 e 1910 a porcentagem de exportação do látex subiu de 1% para 30% do total das exportações do Peru (FUKUMOTO, 1997). Essa economia converteu-se em grande atrativo de migrantes para a Amazônia aumentando, inclusive, o interesse das companhias recrutadoras para levar trabalhadores diretamente do Japão para a Amazônia.

Segundo Morimoto (1999), a iniciativa de levar imigrantes do Japão diretamente para a Amazônia peruana foi tomada pela Companhia Morioka e, posteriormente, também, pela Companhia Meiji. Nesse sentido, o autor ressalta que com o falecimento do agente Tanaka em 1905, da Companhia Morioka, um agente da Companhia Meiji solicitou ao Ministério de Assuntos Estrangeiros do Japão, permissão para levar imigrantes para a selva peruana.

Foi, então, ordenada pelo governo japonês a realização de pesquisas na área pretendida. Mas, essas pesquisas registraram presença de malária na área e para que a permissão fosse concedida, seria necessário o acompanhamento de um médico junto ao grupo que seria enviado para a região, o que representou um atraso para a concessão da permissão até novembro de 1907. O recrutamento foi autorizando com permissão para o transporte de cem trabalhadores, que partiram em novembro 1906 do Japão e chegaram ao porto de Callao, em fevereiro de 1907 e daqui partiram para a região de Tembopata, em Madre de Dios.

Essa experiência, relatada por Morimoto (1999), foi considerada exitosa, pois os imigrantes estavam satisfeitos com o salário diário de 2 yenes e 50 centavos, valor que era maior do que estava sendo pago nas fazendas da costa, além da jornada menor de trabalho. Ainda segundo a autora, durante apenas dois anos, os colonos acumularam um total de 38 mil yenes, que foram enviados pelos imigrantes aos seus familiares no Japão, fato este que não ocorreu entre os que ficaram nas fazendas da costa peruana.

Morimoto (1999) destaca ainda que em 1912 foram enviados duzentos indivíduos do quinto contingente de imigrantes chegados ao Peru, para trabalhar no cultivo de café no vale de Chanchamayo, além de 15 que trabalhavam no cultivo de

²³ Região ao extremo sul da capital Lima que faz fronteira com o Chile.

algodão e pecuária no vale do rio Huallaga, na Amazônia central. A mesma fonte registra que nesse ano oitenta imigrantes japoneses se dedicavam à exploração da borracha, em uma plantação gerenciada por um antigo imigrante japonês no vale do rio Marañón.

Em Iquitos (departamento de Loreto), quinze japoneses instalaram estabelecimentos comerciais; no baixo rio Ucayali, cinco trabalhavam no cultivo de batata doce e cana-de-açúcar, e outros cinco cultivavam arroz no Alto Ucayali. E no rio Pachitea, outro grupo cultivava arroz e café, além de alguns que se dedicavam à pecuária (MORIMOTO, 1999).

Essas informações indicam a diversidade de atividades econômicas desempenhadas pelos imigrantes japoneses na Amazônia durante o ciclo da economia da borracha que permitia, entre outras coisas, atender às necessidades de uma economia em expansão, como o abastecimento de hortifrutigranjeiros, pecuária, setor de serviços e pequenos comércios.

6.2 A formação da comunidade japonesa de Puerto Maldonado

Os imigrantes japoneses em Madre de Dios concentraram-se em Puerto Maldonado. Eles foram, em grande medida, os responsáveis por abastecer de diversos produtos a economia em expansão durante os anos áureos da exploração da borracha, o que gerou as bases para a formação e manutenção de uma comunidade que se mantém extremamente ativa e influente na cidade até hoje. Sobrenomes como Takahashi, Yoshikawa e Hashimoto são frequentes atualmente (FUKUMOTO, 1997) (Fotografia 2).

Fotografia 2 – Grupo de japoneses comerciantes no centro japonês em Puerto Maldonado (1937)



Fonte: Arquivo de Regina Jiménez. 2014).

Outros nomes que se destacaram na comunidade japonesa ao longo da história do departamento de Madre de Dios estão listados no Quadro 3.

Quadro 3 – Imigrantes japoneses que se destacaram em Madre de Dios

NOMES	ATIVIDADES
Hiroshi Asakura	Proprietário de um caldeirão que oferecia luz as pessoas, com consentimento da Prefeitura, com a qual tinha um contrato. Possuía também um moinho para moer arroz. Trabalhou até 1934 gozando de boa saúde.
Doutor Horiuchi (Hori)	Conhecido popularmente como Dr. Hori. Entre 1927-1928 fundou a escola onde ele mesmo ensinava e não cobrava pelo trabalho. Seus serviços eram gratuitos para a população e chegou a ter entre 15 e 20 alunos.
Herotome Otzuka e Henrique Yamasaki	Otzuka era dono de serraria e Yamasaki trabalhava com ele. Os objetos eram serrados à mão.
Toyokichi Yoshikawa	Batizado com nome de Pablo. Construiu o Colégio Santa Rosa e a Igreja de Las Misiones em Pueblo Viejo. Era um excelente carpinteiro.
Suematsu Nagaremoru Tuse	Desenhou a Praça de Armas de Puerto Maldonado. O projeto geral foi traçado pelos senhores Carlos V. Pajares e o Capitão Carlos Briolo.
José Kameko	Colaborador e trabalhador exemplar na constituição da Rádio Marconi, foi um destacado carpinteiro e teve sua tarefa sempre nessa área. Construiu a casa Missão São Jacinto, o mesmo do Colégio Santa Rosa, em Puerto Maldonado.
Jorge Mazuko	Instalou-se à margem direita do rio Inambari, dedicou-se a agricultura, produzindo diversas variedades de hortaliças. Faleceu em 1942 e em sua homenagem à área onde se estabeleceu recebeu o nome de Mazuko.
Kinsuke Ikeda	Batizado com o nome de Antônio. Dedicou-se, junto com Sakae Koga, ao transporte de cargas e passageiros de Puerto Maldonado a diversos lugares por via fluvial, utilizavam embarcações a remo através do rio Tambopata até ao porto Candamo. Eram também chamados de <i>poperos</i> .
Juan Takachima	Foi um excelente carpinteiro.
Enrique Futagaki	Comerciante e teve uma loja e doceria.
Takeichi Kaway	Teve uma mercearia e era comerciante.
Yonesaburo Isuyama	Agricultor e teve um restaurante na região do Baixo Tambopata.
Panchito Fukumoto	Personagem histórico do período de Nicolás Suárez de 1915-1925. Foi quintandeiro da firma de Suárez.
Martin Takahashi Moyano	Agricultor e se dedicou à extração madeireira.
Carlos Iguanaga	Comerciante conhecido e foi detido em Puerto Maldonado em 1944 durante a Primeira Guerra Mundial.

Fonte: Madre de Dios (2011, p. 21-22)

As influências da cultura japonesa na cidade de Puerto Maldonado são observadas desde os primeiros momentos da organização da urbe, como por exemplo na elaboração do projeto da primeira Praça de Armas da cidade, assinado por Suematsu Nagaretori Tuse. Em fotografia da praça na década de 1920 se registra a presença de vários japoneses (Fotografia 3).

Fotografia 3 – Vista parcial da primeira praça de armas no centro de Puerto Maldonado na década de 1920



Fonte: PORTALMADREDEDIOS (2014).

É importante observar o monumento central da praça que representa uma lanterna japonesa²⁴, símbolo típico encontrado em praças japonesas, construída pelo marceneiro José Kameko. Após sucessivas modificações, a lanterna japonesa sofreu alterações no tamanho e foi agregado um relógio (Fotografia 4).

²⁴ Em japonês: Tôrô (灯籠).

Fotografia 4 – Monumento central da praça de armas no centro de Puerto Maldonado na década de 1920 e atualmente



Década de 1920*



Atualmente (2012)**

Fonte: * .PORTALMADREDEDIOS (2014).
**INFOREGION (2013).

Essas relações apresentam-se importantes dentro da própria lógica da dinâmica social que se estabelecia entre os moradores de Puerto Maldonado, o que reforça a hipótese de que, após a queda da economia da borracha, e mesmo antes, os imigrantes japoneses foram em grande parte responsáveis por sustentar a economia através da diversificação de suas atividades laborais, em alguns casos substituindo produtos, não mais fornecidos ou importados pelas grandes empresas estrangeiras que abandonaram a região após a queda da produção da borracha. O Quadro 4 demonstra a diversidade de atividades econômicas em que os imigrantes japoneses estavam envolvidos em Puerto Maldonado no final do ciclo da economia gomífera.

Quadro 4 – Algumas das atividades econômicas dos migrantes japoneses em Puerto Maldonado, 1910-1912

IMIGRANTE	ATIVIDADE
Yuichi Futagaki	Fábrica de massa de macarrão, bolachas e bombons
Shigeo Futagaki	Gelatina de pés de vacas e galinhas
Uno	Barbearia
Raichi Noda e Seiji Saki	Alfaiataria
Sato	Estúdio fotográfico
Isuyama	Plantação de cana de açúcar para obter aguardente
Asakura	Trouxe uma usina de açúcar da Bolívia e a caldeira, que foram adaptadas para o beneficiamento de arroz e também como gerador de eletricidade.
Okimura	Fabricava cigarros
Tabata e Miura	Preparavam “shio kara”*
Murakami	Cortava árvores de “shiringa”
Nagaremore, Nakahara, Uno e Kaway	Iniciaram a plantação de árvores de manga

* Em japonês 塩辛. Prato típico da cozinha japonesa, preparado com pequenos pedaços de frutos do mar, mergulhados em uma pasta marrom de vísceras de animais salgadas e fermentadas. São guardadas para fermentação por um período de até um mês.
Fonte: APJ (2000, p. 348-349), adaptado.

Além das atividades mencionadas, muitos japoneses também se tornaram fazendeiros e foram os responsáveis por introduzir novos alimentos na dieta da população da região, incluindo árvores de fruta pão, gengibre, nabo, cebola, pepino, berinjela e cará (branco e roxo), entre outros (MADRE DE DIOS, 2011). As reuniões informais dos japoneses fomentaram a criação de uma associação que, além das negociações comerciais, agregava a comunidade para compartilhar ainda mais os aspectos culturais (Fotografia 5).

Fotografia 5 – Membros da Associação de Japoneses de Puerto Maldonado (1920)



Fonte: PORTALMADREDEDIOS (2014)

O Relatório de Madre de Dios (2011) registra que a melhoria da rodovia Quincemil-Puerto Maldonado e a construção da rodovia Puerto Maldonado-Iberia-Iñapari na década de 1970 apresentou um incremento populacional acelerado na cidade de Puerto Maldonado, a qual se transformou em grande centro comercial do departamento de Madre de Dios.

Esse incremento aparece no Censo peruano de 1981 nos dados em que a participação de Puerto Maldonado em relação à população total do departamento, antes com participação de 25% registrou no referido Censo de 1981 o aumento para 38%, enquanto que Ibéria sofreu uma sensível diminuição em sua participação.

Esse Censo realizado em 1981 apresenta também o aparecimento dos conglomerados mineiros de Laberinto, Huyapetue, Mazuko e Caychiue. Conforme Madre de Dios (2011), o período de grande exploração aurífera na região foi favorecido pela construção da rodovia e a existência de uma grande população e centro comercial em Puerto Maldonado.

O comércio local mostrava-se aquecido com a necessidade de abastecer a população e os trabalhadores dos garimpos do entorno. A importação de produtos

de outras regiões e o abastecimento das comunidades ribeirinhas eram prioridades para a economia local que não dependia mais da exploração gomífera.

A década de 1990 foi decisiva para os descendentes dos imigrantes japoneses, pois, ao final do primeiro governo de Alan García (1985-1990), a inflação se acelerou e provocou uma crise do sistema monetário peruano afetando, assim, todo o mercado. Nessa década, como consequência das sucessivas crises econômicas que assolaram o país, o movimento de regresso para o Japão intensificou-se.

Após esse período mais agudo da crise, o governo de Alberto Fujimori (1990-1995-2000), governo este que se encarregou de eliminar radicalmente toda a participação governamental na economia e provocou uma reestruturação do sistema financeiro, em 1993, após a reforma financeira e ano de realização do Censo, os dados apresentaram apenas três instituições bancárias em Madre de Díos: Banco de Crédito, em Puerto Maldonado e o Banco de la Nación, em Puerto Maldonado e Iberia. O cenário tem se mostrado promissor desde 2011 quando o número de bancos no departamento aumentou para cinco: Banco de la Nación, Crédito, Interbank, Financiero e Mi Banco.

A capital, Puerto Maldonado, registra uma população de 109.555, com estimativa para 2013²⁵ de 130.876. Dados apresentados por Morimoto (1991, p. 90-91), indicam que no ano de 1966, o número de japoneses e seus descendentes, na região de Madre de Dios era de 434 pessoas, sendo 245 homens e 189 mulheres, com maior concentração em Puerto Maldonado e Iberia (Tabela 9).

Tabela 9 – Departamentos do Peru com maior número de japoneses e descendentes, 1966 e 1989

DEPARTAMENTO	TOTAL	
	1966	1989
Lima	26.975	38.492
La Libertad	704	1.633
Madre de Díos	434	856
Lambayeque	531	759
Junín	891	726

Fonte: Morimoto (1999, p. 152). Adaptado pelo autor

²⁵ INEI/SIRTOD (2010). A projeção se refere a 30 de junho de 2013.

Morimoto (1991, p. 90-91) destaca o rápido crescimento de descendentes de japoneses no Departamento de Madre de Dios, chegando sua população, em 1989, a 856, sendo 454 homens e 402 mulheres. Nesse ano, Madre de Dios era o terceiro departamento do país com maior concentração de japoneses e descendentes, somente atrás de Lima e La Libertad. Certamente essa população deve ser muito maior atualmente.

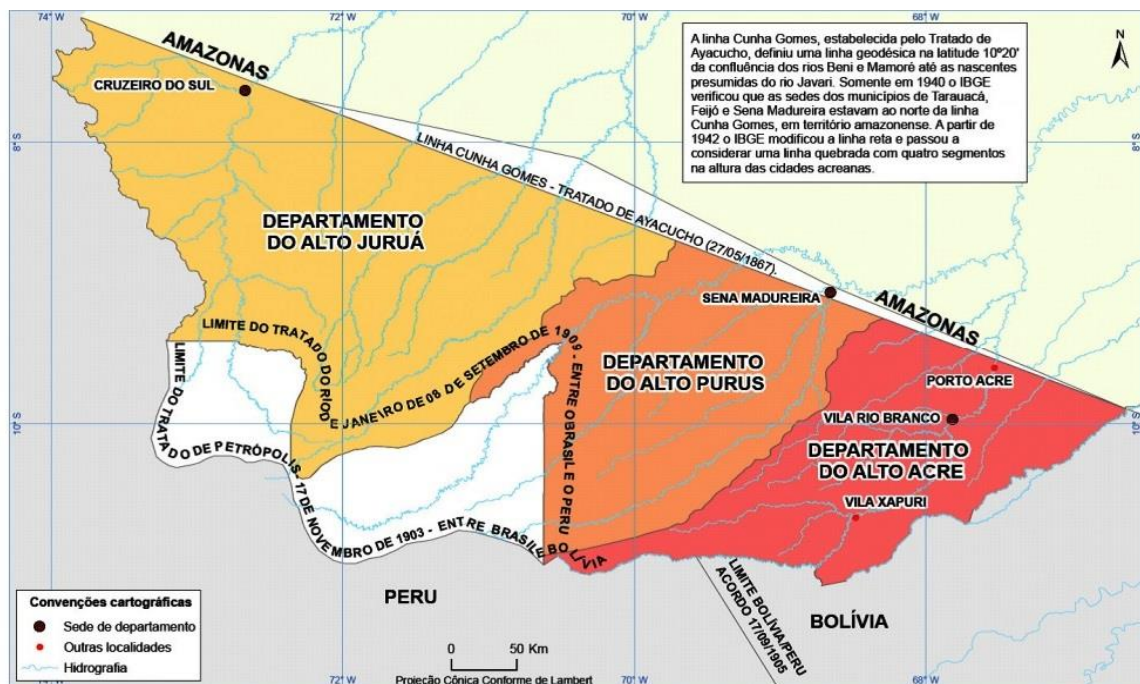
Na década de 1990, como consequência das sucessivas crises econômicas que assolaram o país, o movimento de kassegui para o Japão intensificou-se, mas atualmente, a diáspora japonesa representa o ingresso de capitais na comunidade japonesa de Puerto Maldonado através de remessas (LIMACHI, 2009).

7 A MIGRAÇÃO DE JAPONESES PARA O ACRE, BRASIL

A região que, atualmente, compartilham os departamentos de Madre de Dios (Peru), Pando (Bolívia), e o estado do Acre (Brasil) era uma das mais ricas áreas produtoras de borracha da Amazônia. Durante grande parte do ciclo da economia da borracha, a produção foi realizada sem maiores controles das fronteiras internacionais dos três países, e para ali fluíram grande quantidade de pessoas tanto nacionais como de diversos países atraídos pelas oportunidades que a economia em expansão oferecia. Diversas firmas estrangeiras, sobretudo inglesas e americanas se instalaram na área e dominavam o comércio da borracha.

Os limites atuais do Acre com a Bolívia e o Peru somente foram definidos entre 1903 e 1909 após uma guerra com a Bolívia pela disputa dessas terras (Mapa 3).

Mapa 3 – Território Federal do Acre em 1909



Fonte: Acre (2008)

Não se tem maiores registros da participação de imigrantes japoneses na exploração da borracha no que atualmente se conhece como estado do Acre. Sabe-se que a migração da costa pacífica para a Amazônia peruana fluiu constantemente, conforme as levas de trabalhadores que eram contratados para trabalhar nas

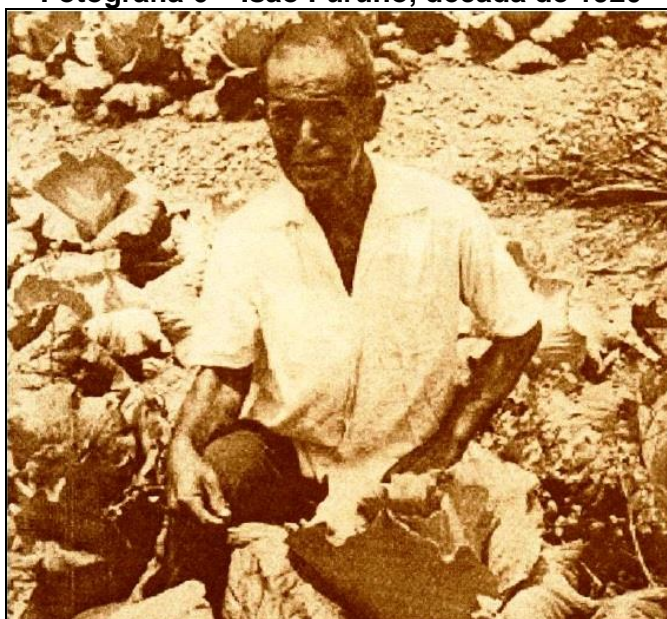
fazendas da costa até 1923, e que no departamento de Madre de Dios, esses trabalhadores se concentraram em Puerto Maldonado, onde se envolveram com diversas atividades econômicas para suprir com produtos agrícolas, serviços, e pequenos comércios as demandas dos seringueiros e seringalistas da região, como visto anteriormente.

Contudo, há notícias da presença de japoneses no Acre durante e depois do ciclo da economia da borracha na Amazônia. Para Hardman (1991), há registros da presença de trabalhadores originários de mais de 50 países envolvidos com a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré (no atual estado de Rondônia), que incluiu japoneses.

Os números sobre a quantidade de indivíduos chamados de *Peru kudari* são imprecisos. Especula-se em aproximadamente 2.000 o número de japoneses localizados na área durante o período de exploração da borracha (FENABOJA, 2000), enquanto, outras fontes, estimam que cerca de 400 ou 500 japoneses teriam chegado ao Brasil até 1910 nessa condição de *Peru kudari* (TSUTSUMI, 2001, 2006; MUTO, 2010). O censo brasileiro registra a presença de apenas 26 japoneses no Acre em 1920.

A pouca literatura sobre os *Peru kudari* no Brasil permite concluir que, em relação à imigração japonesa à Amazônia peruana e à Amazônia brasileira, poucos foram os que atravessaram para o lado brasileiro, como o exemplo de Isao Furuno (Fotografia 6), que se fixou na cidade de Rio Branco (Acre) e alguns que se dirigiram para outras localidades como mencionam Tsutsumi (2001; 2006), Ishizu (2007), Muto (2010) e Homma (2011).

Fotografia 6 – Isao Furuno, década de 1920



Fonte: Jornal *A Gazeta do Acre* (9/07/1999) (2013).

Ao longo de suas trajetórias, alguns indivíduos que passaram a ser conhecidos como *Peru kudari* desceram pelo rio Madre de Deus, com conexão em Puerto Maldonado, seguindo após pelo rio Beni que passa a ser denominado rio Madeira ao alcançar o lado brasileiro, e de lá chegavam a várias cidades, como: Guajará-Mirim, em Rondônia e, em seguida, Rio Branco, no Acre. A partir dessas cidades, outros também foram os destinos seguidos, pelos imigrantes, conforme analisa Homma (2011).

Possivelmente, diversas foram as estratégias utilizadas pelos imigrantes japoneses conhecidos como *Peru kudari*, em direção ao território brasileiro, o que dificulta encontrar seus registros nos documentos oficiais e, por conseguinte, o cálculo de sua população. Por exemplo: 1) muitos possivelmente alteraram o próprio nome; 2) os agentes da alfândega apresentavam muita imprecisão ao especificar as nacionalidades, por isso, na lista de passageiros da década de 1920 que tivemos acesso, alguns nomes estão com a grafia incorreta e nacionalidades trocadas, pois os funcionários da migração não sabiam diferenciar entre japoneses e chineses; 3) os imigrantes percorriam cidades brasileiras e, ao dominar minimamente a língua portuguesa, apresentavam-se às autoridades como procedentes de alguma das cidades brasileiras por onde tinham passado ou de onde o navio procedia.

Essas são suposições que parecem coerentes, como estratégias dos imigrantes em omitir sua verdadeira procedência peruana. Os dados sugerem que a informação dessa procedência era compartilhada apenas entre os co-nacionais ao chegarem à cidade brasileira de destino.

Apesar da tentativa de quantificar a entrada dos *Peru kudari*, como mencionado por Homma (2011), os dados apontam para um número reduzido de imigrantes, pois as condições no lado brasileiro eram menos atrativas que do lado peruano que, mesmo enfrentando muitas dificuldades por parte dos imigrantes japoneses, o governo peruano oferecia maiores benefícios aos que se fixassem lá.

Possivelmente, os imigrantes, que se tornaram conhecidos como *Peru kudari* tenham sido fortemente estimulados pelo resquício que a *Belle-Epoque* ocasionou aos que dela se beneficiaram e correram em busca desse enriquecimento que já dava seus últimos suspiros. As duas maiores cidades da Amazônia, Belém e Manaus, seriam a última possibilidade de um enriquecimento rápido, como os imigrantes haviam planejado quando ainda estavam em sua terra natal, o Japão.

Ou seja, durante o ciclo da economia da borracha, o Acre dependia fortemente dos produtos trazidos de Belém, Manaus ou mesmo do exterior. As cidades de Xapuri e Rio Branco eram as grandes aglutinadoras de pessoas, que chegavam das mais variadas partes, principalmente do Nordeste brasileiro, tornando-se os principais centros comerciais do Acre.

O porto de Rio Branco (Acre) era bem estruturado, durante o período áureo de exploração da goma elástica, e recebia dez grandes vapores e lanchas simultaneamente. Os vapores que eram direcionados para lá faziam que o comércio fosse bastante profícuo tanto com gêneros alimentícios quanto com produtos da floresta, além de vários outros produtos vindos de cidades como Belém e Manaus que mantinham rotas regulares com a Europa (SANTOS, 1980).

Após a queda dramática das exportações de borracha no início da segunda década do século XX, a economia da região Amazônica foi afetada drasticamente. Contudo, nesse cenário caótico de crise da economia gomífera, o Acre apresentou, em termos populacionais, uma posição diferenciada em relação ao Pará e Amazonas, os dois estados que mais se destacavam no comércio da borracha na Amazônia brasileira.

A Tabela 10 apresenta o crescimento estimado da população do Acre, do Amazonas e do Pará, entre 1910 e 1920.

Tabela 10 – Crescimento populacional estimado no Acre, no Amazonas e no Pará, 1910-1920

ESTADOS	1910	1920	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)
Acre	74.484	92.379	+ 2,2
Amazonas	358.695	353.166	- 0,1
Pará	783.845	635.000	- 2,1
TOTAL	1.217.024	1.09.545	- 1,1

Fonte: Santos (1980, p. 261).

Segundo Santos (1980), o alto crescimento demográfico estimado para o Acre, após a decadência da economia da borracha, pode ser explicado: (1) pela preferência do Acre por muitos seringueiros expulsos face as dificuldades de se inserirem ou sobreviverem em cidades maiores como Belém ou Manaus; (2) muitos trabalhadores envolvidos com a construção da ferrovia Madeira-Mamoré se dirigiram para o Acre após o término dos trabalhos em 1912.

Após a decadência da borracha, o Acre continuou a depender dos alimentos e produtos de necessidades básicas que vinham de Belém em duas viagens mensais dos vapores, conforme levantamento apresentado no livro de 70 anos de Imigração Japonesa na Amazônia, publicado por Maruoka (2001).

Maruoka (2001) indica presença de imigrantes japoneses na região do Acre, no período anterior a 1920, provenientes da Amazônia peruana, atraídos pela maior atividade gomífera na área, mas não apresenta registros da quantidade e das atividades econômicas desenvolvidas por esses imigrantes, como se conhece na Amazônia peruana.

A dispersão dos *Peru kudari*, no lado brasileiro, após o declínio da economia da borracha sugere que os imigrantes japoneses não conseguiram se inserir na economia do Acre como aconteceu com os da Amazônia peruana. Destaca-se também as muitas vítimas da proliferação de doenças na região que puderam ter afugentado muitos moradores, inclusive migrantes japoneses, conforme apresentam Maruoka (2001) e Hardman (1991).

Hardman (1991, p. 150) destaca um relatório apresentado em setembro de 1910 pelo sanitarista Oswaldo Cruz onde se listam as “moléstias reinantes” na região do alto Madeira: “pneumonia, sarampo, acilostomíase (originária de um

parasita intestinal), beribéri, disenteria, homoglobinúria, febre amarela, pé de madura, pinta, espundias, calazar (leishmaniose visceral) e, mais grave de todas, impaludismo (malária), o grande responsável [pelo] descrédito crescente que infelicitava esta região [...] o único terror sério destas regiões”.

Após a queda da economia da borracha, a história dos imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil, via Amazônia peruana, se inicia praticamente com o caso de Isao Furuno ou Pedro Japonês, como também era conhecido, que chegou à região do Acre, em 1920. Outros imigrantes japoneses passaram pela região do Acre, no entanto, Isao parece ter sido o único que se fixou. Ele era filho de pais agricultores no Japão. Isao Furuno após sobreviver a um naufrágio no rio Acre, ele e dois outros conterrâneos chegaram a Rio Branco, procedentes da cidade de Cobija (região de Pando, Bolívia), onde se estabeleceram. Um deles permaneceu poucos dias no Acre e retornou a Cobija e o terceiro tomou destino incerto.

De acordo com o jornal *A Gazeta do Acre*, de 25 de agosto de 2010, Isao Furuno se estabeleceu em Rio Branco, inicialmente às proximidades da rua 6 de Agosto, com a plantação às margens do rio e mudou-se posteriormente para a rua da Capoeira, onde a propriedade era maior e compreendia parte do bairro da Cerâmica e do antigo Aviário, onde atualmente se localiza o aeroporto da capital do estado.

Familiarizado com horticultura, o agricultor iniciou o plantio de outras espécies como: milho, arroz e feijão entre outros produtos agrícolas. Era uma propriedade próspera e abastecia a cidade e a sede do governo. Casou-se com a amazonense Donatília Pereira Lima, com quem teve duas filhas: Walkiria e Sueno Furuno. O casamento não deu certo e Isao Furuno criou as duas meninas.

Fotografia 7- Walkiria Furuno durante comemoração dos seus 80 anos em 23 de setembro de 2012



Fonte: Jornal Rio Branco (2012, p. 10)

Na Fotografia 7, a filha mais velha de Isao Furuno, quando completou 80 anos de vida, em 23 de setembro de 2012. Em entrevista ao *Jornal Rio Branco*, publicada em 30.09.2012, declarou que: “Nesta terra meu pai construiu família. Sou filha de japonês, nascida em solo acreano, aqui estão fincadas minhas raízes.” No momento Walkiria segurava uma fotografia emoldurada, com imagens japonesas no fundo e na qual está vestida de *kimono*, traje típico japonês, usado durante datas importantes, que representa a passagem de seu natalício. Walkiria Furuno é mãe de oito filhos, 21 netos e 13 bisnetos. Trabalhou durante 35 anos na maternidade Bárbara Heliodora e, atualmente, dedica-se às atividades físicas e viagens pelo Brasil.

Ao longo da entrevista, Walkiria Furuno lembra de vários momentos vividos pela família, por exemplo, durante a II Guerra, quando o pai Isao sofreu retaliação por parte do governo brasileiro, por ser imigrante japonês e, portanto, pertencente aos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e sem explicações, no ano de 1945,

teve suas terras confiscadas, recebendo em área afastada, alguns hectares de mata fechada para cultivar.

O governador Fontenele de Castro²⁶, no período de seu governo iniciado em 1935, colocou em prática um antigo projeto de inserir imigrantes japoneses no Acre em virtude do grande número de colonos que já se fazia presente desde 1929 noutros lugares da Amazônia brasileira.

Como resultado desse projeto, em 1959, 13 famílias japonesas se fixaram na região de Quinarí²⁷, distante 25 quilômetros da capital Rio Branco, atualmente, município Senador Guiomard, em homenagem ao senador José Guiomard dos Santos, que propôs o projeto-lei de criação do município em 1963.

Isao foi o responsável por auxiliar os colonos japoneses e se tornou o representante da comunidade de Quinari em 1959. No ano de 1983, Isao deixa suas atividades por causa de problemas de saúde. Faleceu em 1987.

Em Senador Guiomard, os imigrantes japoneses se tornaram os maiores responsáveis pelo cultivo e exploração de amendoim, hortifrutigranjeiros, além de trabalhar no comércio do município. Mas isso só foi possível após a chegada dos imigrantes oficiais estabelecida durante o período de governo de Fontenele de Castro com os primeiros grupos chegados no ano de 1959.

A contribuição econômica dos imigrantes japoneses após 1959 é relevante no município de Senador Guiomard. É o exemplo da história do agricultor Masashi Nishizawa, conforme apresenta o Jornal *Nippo Brasil*²⁸, que chegou a colônia de Quinarí em 1959 e que, após trazer consigo do Japão, algumas sementes oleaginosas que não se adaptaram ao clima da região, introduziu na região a cultura do amendoim (*Arachis hypogaea L.*) (Fotografia 8).

²⁶ Retirante cearense que chegou aos vinte anos, em 1918, no Acre. Dentre os vários postos ocupados foi como governador que Fontenele de Castro se destacou ao erguer prédios, abrir estradas, construir pistas de pouso e por estruturar os portos, entre outras que o consolidaram como chefe político atuante de tal forma que, no território e no estado lutou pela autonomia, deixou, assim, sua marca na história do estado que o adotara.

²⁷ Este nome se refere à época em que os primeiros migrantes chegaram à região, encontraram grande quantidade de uma árvore chamada de *quina-quina*.

²⁸ NIPPOBRASIL (2014).

Fotografia 8 – Ichi e Masashi Nishizawa, anos 1970, pioneiros no cultivo do amendoim



Fonte: *Jornal Nippo Brasil* (2008).

O amendoim cultivado pela família Nishizawa se tornou referência na colônia Quinari e a produção se tornou fonte de renda para várias outras famílias. Após o primeiro ano de cultivo, a família Nishizawa distribuiu sementes entre os agricultores da colônia para que juntos pudessem dar conta da demanda.

A lanchonete mantida pela família Nishizawa, ou Bar do Japonês, foi inaugurada em 1972, e o amendoim torrado passou a ter grande procura por parte dos moradores locais, sendo que logo pessoas de outros municípios e da capital passaram a procurar a iguaria.

Dados apresentados em 2008 pelo periódico *Jornal Nippo Brasil* dão conta que das 55 fornadas, são preparados 825 quilos de amendoim torrado pela família Nishizawa, em três embalagens diferentes, cuja menor é vendida por cerca de R\$ 1,00²⁹. Além de distribuir diretamente aos consumidores, a família também fornece para supermercados e outros estabelecimentos da região e de outras cidades mais distantes. O amendoim produzido na colônia passou a ser conhecido como “amendoim do Quinari”.

²⁹ Equivalente a US\$ 0.42.

Sobre a produção, Hiroshi Nishizawa, filho de Masashi Nishizawa, responsável pelo cultivo e beneficiamento do amendoim, reporta que compra a produção do município e beneficia aproximadamente 130 toneladas/ano de amendoim. O processo de torragem e embalagem são realizados na propriedade da família.

De acordo com os dados apresentados pela municipalidade de Senador Guimard, a história da colônia japonesa de Quinari remonta à época do fim da II Guerra Mundial. Em 1950, quando então era governador do território do Acre, o general Guimard dos Santos e secretário-geral do governo, o coronel Manoel Fontenelle de Castro, efetuaram a compra de uma grande extensão de terras, que compreendia parte dos seringais de Santa Maria, Nilcióy e Missão.

A aquisição da área de terra se destinava ao assentamento de famílias oriundas do Nordeste brasileiro, de famílias japonesas que viriam do Oriente, e mais 50 famílias de nipônicos (japoneses que se deslocariam de São Paulo para a nova terra). Era um empreendimento ousado, haja vista que, após a II Guerra muitos países fecharam-se para a entrada de japoneses.

Nas palavras do governador Valério Caldas de Magalhães (1956-1958) em seu relatório publicado à época, fica evidente o interesse do governo em introduzir imigrantes para alavancar o desenvolvimento econômico do estado:

Principalmente no que se refere as atividades agro-pastoris, chegamos à conclusão de que se impõe ampliar-se a política imigratória, contanto se tenha o homem destinado ao campo. Aqui no Acre, onde o extrativismo da seringa retém para mais de vinte mil seringueiros, torna-se difícil contar com a colaboração nos labores agrícolas. Seria preciso uma política educativa por parte de missões rurais, dentro dos seringais (JORNAL PÁGINA 20, 2000).

Com esse objetivo, o governador se propôs levar adiante a antiga idéia de trazer oficialmente imigrantes japoneses para o estado do Acre, o que levou finalmente a implantação da colônia de Quinari, em 1959.

Contudo, apesar desse sucesso inicial, a colônia japonesa de Quinari caiu em decadência ao longo dos anos.

Das treze famílias pioneiras que ingressaram em Quinari, nove delas abandonaram a colônia e no período de nove anos, as famílias que restaram também foram se retirando. Atualmente dessas famílias pioneiras, apenas

sobrevivem no município as famílias de Kazuko Hamaguchi e de Ichi Nishizawa. A família de Kazuko Hamaguchi é proprietária de um pequeno supermercado em Quinari. Antes de iniciar o supermercado, os negócios da família eram o beneficiamento de arroz e a criação de aves, sob os cuidados de seu esposo, Hiroshi Hamaguchi (TSUTSUMI, 2001). A senhora Ichi Nishizawa mantém uma loja de comestíveis e artigos diversos, com destaque para a venda de amendoim, plantado e beneficiado na área de cultivo da família.

8 CONCLUSÕES

O objetivo central deste estudo foi analisar a migração de japoneses para a Amazônia peruana e a sua consolidação em Puerto Maldonado (Madre de Dios), além da sua contribuição para a migração de japoneses para o estado do Acre, Brasil.

Buscou-se ainda entender os fatores que determinaram a formação e fixação da comunidade de japoneses em Puerto Maldonado, comunidade esta surgida durante o período áureo de exploração da borracha e que existe até hoje, e os motivos da não formação de comunidades semelhantes do lado brasileiro, em especial, no estado do Acre.

Esse estudo conseguiu demonstrar que no caso da Amazônia peruana, três fatores principais determinaram o surgimento e fortalecimento da comunidade japonesa de Puerto Maldonado:

- 1) Uma política contínua em prol da imigração japonesa durante as primeiras décadas do século XX voltada para prover mão-de-obra nas fazendas de cana-de-açúcar e algodão da costa peruana, após tentativas frustradas com o recrutamento de europeus e chineses;
- 2) Na Amazônia, envolvimento dos imigrantes japoneses em atividades econômicas demandadas durante a expansão da exploração da borracha;
- 3) O fortalecimento dessas atividades após a queda da economia da borracha para garantir o fornecimento de produtos necessários à população remanescente, inclusive, substituindo produtos não mais importados ou fornecidos por grandes empresas.

A Amazônia tornou-se cada vez mais atrativa para os imigrantes japoneses inconformados com as más condições de trabalho nas fazendas da costa peruana, engrossando assim a migração para essa região. A própria existência de uma comunidade mais ou menos organizada que serviu de suporte na Amazônia peruana permitiu fortalecer a vinda de mais migrantes.

Em Puerto Maldonado, os japoneses se dedicaram à produção de hortifrutigranjeiros e outros produtos agrícolas para suprir o mercado local, estabeleceram pequenos comércios, e forneciam alguns serviços especializados.

Esse fortalecimento comunitário despertou, inclusive, o interesse de algumas companhias recrutadoras de mão-de-obra para a costa, em dirigir migrantes para a Amazônia, na primeira década do século XX.

Com a queda da economia da borracha, os grandes fornecedores de produtos de primeira necessidade, geralmente importados, abandonaram a região, permitindo o fortalecimento das atividades desempenhadas pelos imigrantes japoneses.

Atualmente, a comunidade japonesa de Puerto Maldonado desempenha importante papel na economia, na política e na cultura do lugar.

Durante o ciclo da economia da borracha alguns dos migrantes japoneses da Amazônia peruana se dirigiram à Amazônia brasileira, seja diretamente, ou com passagem pela Amazônia boliviana; esses migrantes ficaram conhecidos como *Peru kudari* (os descidos do Peru), e trabalharam na construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré e em lugares de exploração da borracha.

Porém, os poucos registros da participação desses imigrantes permitem pensar que foram em pouco número e não conseguiram se organizar de forma comunitária, como no caso de Puerto Maldonado.

Após o declínio da economia da borracha os imigrantes japoneses, ao igual que muitos outros trabalhadores na exploração da borracha espalharam-se pelo Brasil e outros países. Aliado a isso, a alta incidência de enfermidades tropicais assustavam os moradores que para se proteger fugiam desses lugares.

Por outro lado, a política de estímulo à imigração japonesa no Brasil foi tardia em relação à política peruana, e o apoio para a formação de colônias na Amazônia foi ainda mais tardia.

Somente após 1950, o governo do Acre, entusiasmado pela política de estímulo à imigração japonesa na Amazônia de 1929/1930, estabelece uma colônia com algumas famílias japonesas em Quinari, no atual município de Senador Guiomard.

Ainda que no início essa comunidade prosperasse, principalmente, com a produção de amendoim, atualmente, foi reduzida a alguns poucos indivíduos. Os imigrantes japoneses no atual município de Senador Guiomard (Quinari) mantêm uma pequena comunidade de descendentes dos imigrantes japoneses pioneiros e uma associação que os congrega.

O movimento de kassegui possibilitou a ida de muitos jovens descendentes de japoneses em direção ao Japão. Para muitos autores, esses jovens fizeram a viagem de retorno tão sonhada pelos pais que decidiram migrar para o além-mar.

Com isso, entre 1985 e 1990, os trabalhadores, mesmo que fossem descendentes de japoneses eram considerados clandestinos e trabalhavam sob vigilância constante. Na década de 1990, o Ministério do Trabalho japonês reconheceu aos descendentes o direito de residir e morar legalmente no país de seus ancestrais.

Desse reconhecimento surgiu a possibilidade de muitos jovens nikkeis nascidos em diversas partes do mundo, em especial, os nascidos em países latino-americanos, a realizarem a travessia em direção ao Japão, para ocupar posições de trabalho não aceitas por parte dos nacionais.

Essa ida de jovens nikkeis em direção ao Japão coincide com um momento muito difícil para os países latino-americanos em que as economias estavam em crise e o custo de vida se tornava cada mais exorbitante.

Contudo, com a ida de muitos jovens descendentes para o trabalho no Japão, na condição de de kassegui, a gestão da Associação japonesa permanece entre os mais velhos, o que se torna preocupante para a sobrevivência da própria comunidade, pois, os jovens que deveriam assumir os aspectos para manutenção da cultura japonesa não estão à frente da associação. E, também, a falta de apoio do Estado é uma queixa constante da comunidade.

Em Puerto Maldonado, na Amazônia peruana, pelo contrário, o movimento de kassegui em direção ao Japão tem gerado volumosas remessas às famílias da comunidade japonesa, que fortalece a economia da cidade.

REFERÊNCIAS

ACRE. **Atlas do Território Federal do Acre em 1909**. Governo do Estado do Acre. 2008. Disponível em: <ac.gov.br> Acesso em: 30 ago. 2010.

A GAZETA DO ACRE. **Migrante japonês plantou melancia na Seis de Agosto**. 09/07/1999. Disponível em: < http://agazetadoacre.com/>. Acesso: 20 nov. 2012.

ANDERSON, Michael. New insights into the history of the family in Britain. **ReFresh**, Recent Findings of Research in Economic and Social History. n. 9, autumm, 1989.

ARAGÓN, Luis E. **Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar**. São Paulo: Hucitec, 2013.

_____. Migrações Internacional na Pan-Amazônia: O que dizem os censos? In: SILVA, Sidney Antônio da (Org.). **Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras, e processos socioculturais**. São Paulo: Hucitec; Manaus: Fapeam, 2012. p. 15-59.

_____. (Org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2009.

_____. (Org.). **Populações da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2005.

ARQUIVO de Regina Jiménez. Disponível em: <www.portalmadrededios.com.pe>. Acesso em: 16 abr. 2014.

ASOCIACIÓN PERUANO JAPONESA- APJ. **The Centennial Anniversary of the Japanese Immigration to Peru (1899-1999)**. Lima: JICA; APJ, 2000.

BERTHELEU, Hélène; GUILLON, Michelle; DOMENACH, Hervé. SAYAD, Abdelmalek. L'immigration ou les paradoxes de l'altérité. **Revue européenne de migrations internationales**. v. 11, n. 2, p. 189-190, 1995.

AGROCADENAS. Observatorio Agrocadenas Colombia – Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural. **La cadena del caucho en Colombia: una mirada global de su estructura y dinamica 1991-2005**. Bogotá: Agrocadenas, 2005.

EMMI, Marília Ferreira. **Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)**. Belém: NAEA, 2013.

_____. **Italianos na Amazônia (1870-1950): pioneirismo econômico e identidade**. Belém: UFPA, 2008.

ENDOH, Toake. **Exporting Japan**. Illinois: University of Illinois, 2009.

EUFRÁSIO, Mário A. A escola de Chicago de Sociologia: perfil e atualidade. In: ENCONTRO DO CERU, 33. 2009. **Anais...** 2009. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/ceru/anais/anais2008_2_ceru01.pdf> Acesso em: 15 maio 2010.

FARIA, Sheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de História e Metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FENABOJA – FEDERACIÓN NACIONAL DE LAS ASOCIACIONES BOLIVIANO-JAPONESAS. **Historia de la inmigración japonesa en Bolivia**. 2000. Disponível em: <www.fenaboja.com>. Acesso em: 11 jul. 2012. Título original: 日本人移住 100 周年誌「ボリビアに生きる」

FUKUMOTO, Mary. **Hacia un nuevo sol**. Lima: Asociación Peruano Japonesa de Perú, 1997.

_____. Poblaciones inmigrantes, grupos étnicos e identidad nacional. **Primer Seminario sobre Poblaciones Inmigrantes**. Lima: Concytec, Tomo 2. Mayo 9 y 10, 1986. p. 211-228.

GABACCIA, Donna. **Seeking common ground: multidisciplinary studies of immigrant women in the United States**. Westport, Connecticut, London: Praeger, 1992.

GLAVE, Luís Miguel; LAURO, Cláudia Rosas. Migração estrangeira para o Peru (1850-1930). In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: EdUSP, 2000. p. 505-550.

GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; SZANTON-BLANC, Cristina. **Towards a transnational perspective on migration**. New York: The New York Academy of Sciences, n. 645, 1992, p. 217-225.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HARRIS, John R.; TODARO, M. Migration, unemployment and development: A two-sector analysis. **American Economic Review**, n. 60, p. 126-142, 1970.

HOMMA, Alfredo. A agricultura Nikkei e o desenvolvimento da agricultura na Amazônia. In: HOMMA, Alfredo et. al. (Org.). **Imigração japonesa na Amazônia**. Manaus: EDUA: Manaus, 2011. p. 339-376.

IIDA, Juan K. El primer contingente de inmigrantes japoneses. **Primer Seminario sobre Poblaciones Inmigrantes**. Lima: Concytec, Tomo 2. Mayo 9 y 10, 1986. p. 223-252.

INEI - INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA. **Censo Nacional del Perú de 1876**. Lima, 2010a. Disponível em: <www.inei.gob.pe> Acesso em: 30 ago. 2010.

_____. **Censo Nacional del Perú de 1930**. Lima, 2010b Disponível em: <www.inei.gob.pe> Acesso em: 30 ago. 2010.

_____. **Censo Nacional del Perú de 2007**. Lima, 2010c. Disponível em: <www.inei.gob.pe> Acesso em: 30 ago. 2010.

_____/SIRTOD - SISTEMA DE INFORMACIÓN REGIONAL PARA LA TOMA DE DECISIONES. **Series nacionales**. Lima, 2010. Disponível em: <www.inei.gob.pe> Acesso em: 30 ago. 2010.

INFOREGION . Disponível em: <www.inforegion.pe/portada/142048>. Acesso em: 30 abr. 2013.

IRIE, Toraji; HIMEL, William. History of Japanese Migration to Peru – Part 1. **The Hispanic American Historical Review**, v. 31, n. 3, p. 437-452, ago. 1951.

ISHIZU, Tatsuo. **Imigração e ocupação na fronteira do Tapajós**: os japoneses em Monte Alegre – 1926-1962. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

JONES, Delmos. Which migrant? Temporary or permanent? In: GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; SZANTON-BLANC, Cristina. **Towards a transnational perspective on migration**. New York: The New York Academy of Sciences, n. 645, 1992, p. 217-225.

JORNAL A GAZETA DO ACRE (9/07/1999). Disponível em: <www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br>, acesso em: 21 mar. 2013.

JORNAL EL COMERCIO. **Se sublevan los índios de Chanchamayo**. Lima. 25,jun.1862.

JORNAL NIPO BRASIL. **Amendoim do Quinari**: contribuição dos imigrantes japoneses no Acre. *Nippo* no campo. 2008. Disponível em: <<http://www.nippo.com.br/campo/historia/historia464a.php>> . Acesso em: 30,13 ago./jan. 2010; 2014.

JORNAL RIO BRANCO. **Filha do primeiro imigrante japonês a chegar ao Acre completa 80 anos**. Caderno Geral. Rio Branco, domingo, 30 de setembro de 2012. p. 10-B. Disponível em: <<http://jornais.fivepress.com.br/fivepress/201210011133/PDF/pagina10.pdf>> . Acesso em: 22 maio 2014.

JORNAL PÁGINA 20. Rio Branco/AC, 22 fev. 2000. Disponível em: <<http://www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br/>>. Acesso em: 10 maio 2011.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Bóris (Org). **Fazer a América**: a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 2000, p. 13-31.

KODANI, June. La amenaza japonesa en los escritos sobre la inmigración. **Primer Seminario sobre Poblaciones Inmigrantes**. Lima: Concytec, Tomo 2. Mayo 9 y 10 1986, p. 205-222.

KUNIYOSHI, Celina. **Imagens do Japão**: uma utopia de viajantes. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.

LABURRE Y CORREA, C. **Colección de Leyes, Decretos, Resoluciones y otros documentos oficiales del Departamento de Loreto**. v. 18, Lima: Imprenta La Opinión Pública, 1909.

LAUSENT-HERRERA, Isabelle. **Pasado y presente de la comunidad japonesa en el Perú**. Lima: Instituto Frances de Estudios Andinos, 1991. (Colección Mínima)

_____. La presencia japonesa en el eje Huánuco-Pucallpa entre 1918 y 1982. **Revista Geográfica**, n. 107, p. 93-117, jan./jun. 1988.

_____. Los inmigrantes chinos en la Amazonía peruana. **Primer Seminario sobre Poblaciones Inmigrantes**. Lima: Concytec, Tomo 2. Mayo 9 y 10, 1986, p.109-126.

LEE, Everett S. Una teoría de las migraciones. In: ELIZAGA, Juan C.; MACISCO JUNIOR, John J. **Migraciones internas**: teoría, método y factores sociológicos. Santiago de Chile: Centro Latino americano de Demografía, 1975, p.147-170.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. Trad. Patrícia Queiroz Carvalho Zimbre. São Paulo: UNESP, 2001.

LIMACHI, Luis. Procesos migratórios en la Amazonía Peruana: una mirada a las migraciones internacionales. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2009. p. 97-113.

LUXEMBURGO, Rosa de. **L'accumulation du capital**. Paris: François Maspéro, 1976.

MADRE DE DIOS. **Diagnóstico Situacional en el Corredor Fronterizo**. Puerto Maldonado, Madre de Dios: Oficina de Presupuesto y Planificación, 2011.

MARUOKA, Yoshio. **70 Anos de imigração japonesa para a Amazônia**. Belém: Topan Press; Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira de Belém, 2001.

MASSEY, Douglas; ALARCON, Rafael; DURAN, Jorge; GONZÁLEZ, Humberto. **Return to Aztlan**: the social process of international migration from Western Mexico. Berkeley: University of California Press, 1990. p.139-171.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU, 1974.

MISHIMA, Teiko. Why do people migrate? **MINPAKU – Anthropology Newsletter**, n. 19, p. 9-10, dez. 2004.

MOORE JUNIOR, Barrington. **Social origins of dictatorship and democracy**. Boston: Beacon Press, 1993.

MORIMOTO, A. **Los japoneses y sus descendientes en el Perú**. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 1999.

_____. **Población de origen japonés en el Perú: perfil actual**. Lima: Comisión Conmemorativa del 90º Aniversario de la Inmigración Japonesa al Perú, 1991.

_____. Población de origen japonés en el Perú: Investigaciones y bibliografía. In: **Primer Seminario sobre poblaciones inmigrantes**. Lima: Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología, Tomo I, 1986, p.105-140.

_____. **Los inmigrantes japoneses en el Perú**. Lima: Taller de Estudios Andinos, 1979.

MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da. Demografia Histórica: da sementeira à colheita. **Rev. Bras. Estudos Pop.** Brasília, n. 14, v. 1/2, 1997.

MUTO, Reiko. **O Japão na Amazônia: Condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) –Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

NADALIN, Sergio Odilon. **História e Demografia: elementos para um diálogo**. Campinas/SP: Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP. 2004. Coleção Demographicas, v.1.

NAKAMOTO, Jorge. Discriminación y Aislamiento: el caso de los japoneses y sus descendientes. In: **Primer Seminario sobre poblaciones inmigrantes**. Lima: Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología, Tomo I, 1986, p. 175-204.

NASCIMENTO, Durbens; FERREIRA, Aurilene. Comportamento demográfico no Brasil: um estudo sobre a dinâmica populacional em perspectiva histórica. **Paper do NAEA**, Belém, n. 283, p. 1-15, ago. 2011.

NIPPO BRASIL. **Amendoim do Quinari: contribuição dos imigrantes japoneses no Acre**. Matéria assinada por Susy Murakami (2008). Disponível em: <nippobrasil.com.br>. Acesso em:13 jan. 2014.

NOGUCHI, Shigeru. Historia de los inmigrantes japoneses en Venezuela antes de la Segunda Guerra Mundial. **Humania del Sur**, v. 3, n. 5, p. 27-42, jul./dez. 2008.

PATARRA, Neide. Transição demográfica: novas evidências, velhos desafios. **Rev. Bras. Estudos Pop.** Campinas, v. 11, n. 1, p. 27-40, 1994.

PEIXOTO, J. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro sociológicas. **SOCIUS Working Papers**. Paper n. 11. Lisboa: Centro de investigação

em sociologia econômica das organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa, 2004.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORRAS-BARRENECHEA, Raúl. **La culture française au Pérou** (discours et écrits). Lima: Valverde, 1958.

PORTALMADREDEDIOS. Disponível em: <www.portalmadrededios.com.pe>. Acesso em: 16 abr. 2014.

PORTES, A. Economic sociology and the sociology of immigration: A conceptual overview. In: PORTES, A. (Ed.). **The Economic Sociology of Immigration**. New York: Russell Sage Foundation, 1995. p. 1-41.

QUEIRÓS, Eça de. Chineses e japoneses. In: MINÉ, Elza; CAVALCANTE, Neuma (Org.). **Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós**. Textos de Imprensa IV (da Gazeta de Notícias). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, p. 527-546.

RAVENSTEIN, E. G. As Leis da Migração (1885) In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB;ETENE, 1980. p. 19-88.

RICHMOND, Anthony H. **Immigration and ethnic conflict**. London: MacMillan Press, 1988.

ROCHA-TRINDADE, M. B. **Sociologia das migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

RODRIGUEZ, Humberto. **Hijos del celeste imperio en el Perú (1850-1900)**: migración, agricultura, mentalidad y explotación. Lima: Sur Casa de Estudios del Socialismo, 2001.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

SAITO, Hiroshi. **O japonês no Brasil**: mobilidade e fixação. São Paulo: Sociologia e Política, 1961.

SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e Integração dos japoneses no Brasil**. Vozes: São Paulo, 1973.

SAKUDA, Alejandro. **El futuro era el Perú**: cien años o más de inmigración japonesa. Lima: Esicos, 1999.

SAKURAI, Célia. Imigração Japonesa para o Brasil: Um exemplo de Imigração Tutelada (1908-1941). In: FAUSTO, B. (Org.) **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 201-238.

_____. **Romanceiros da imigração japonesa**. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1993. (Série Imigração; v. 4)

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-192)**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SASAKI, Elisa M.; ASSIS, Gláucia de Oliveira. As teorias explicativas das migrações. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 12. Caxambu-MG, 2000. **Anais...** ABEP, 2000.

SAVELLE, Max (Coord). **O tempos modernos: História da Civilização Mundial**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Villa Rica, 1990.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra (Org.). **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2005. p. 53-86.

SMITH, Francisco. **Imigração espanhola na Amazônia**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

STANIFORD, Philip. Nihon ni itemo shoganai. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes/Edusp, 1973. p. 32-55. (Col. Estudos Brasileiros)

STARK, Oded; BLOOM, David E. Papers and Proceedings of the Ninety-Seventh Annual Meeting of the American Economic Association. **The American Economic Review**, v. 75, n. 2, p. 173-178, maio 1985.

STEWART, Watt. **La servidumbre china en el Perú**. Lima: Mosca Azul, 1976.

TAKENAKA, Ayumi. The japanese in Peru: history of inmigration, settlement and racialization. **Journal of Latin American Perspectives**, n. 31, p. 77-98, 2004.

THOMAS, William Isaac; ZNANIECKI, Florian. **The Polish Peasant in Europe and America: A Classic Work in Immigration History**. Illinois: University of Illinois Press, 1918.

TIGNER, James. Japanese Immigration into Latin America: a survey. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 23, n. 4, p.457-482, nov. 1981.

_____. The Ryukyans in Peru, 1906-1952. **The Americas**, v. 35, n. 1, p. 20-44, jul. 1978.

TILLY, Charles. Transplanted Networks. In: YANS-MCLAUGHLIN, Virginia (Eed.). **Immigration Reconsidered: History, Sociology & Politics**. New York; Oxford: Oxford University Press, 1990. p. 75-95.

TOKESHI, Juan; FUKUMOTO, Mary. Integración de los nikkei a la nacionalidad peruana: 87 años después. **Primer Seminario sobre Poblaciones Inmigrantes**. Lima: Concytec, Tomo 2. Mayo 9 y 10 ,1986. p. 253-272.

TSUTSUMI, Gota. Alvorada da imigração japonesa na Amazônia. In: Comissão Editorial da Revista Comemorativa do 20º Aniversário a Câmara de Comércio e Indústria Nipo-brasileira do Pará. **Livro de 20 anos da Câmara de Comércio e Indústria Nipo-brasileira do Pará**. Belém: Alves, 2006. p. 196-207.

_____. A pré-história da imigração japonesa na Amazônia. In: ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA - APANB. **70 anos de imigração japonesa na Amazônia**. São Paulo: Topan Press, 2001. p. 124-128.

VILLALTA, S. J. **Memorias que el ex-Comisario del Madre de Dios presenta a la Junta de Vias Fluviales**. Lima: La Junta de Vias Fluviales, 1904.

VOLPE, Giovanni Bonfiglio. Introducción al estudio de la inmigración europea en el Perú. **Primer Seminario sobre Poblaciones Inmigrantes**. Lima: Concytec, Tomo 1. 1986, p.31-78.

YAMASHIRO, José. **Pequena história do Japão**. 2. ed. São Paulo: Herder, 1964.

YAMAWAKI, Chikako. **Estrategias de vida de los inmigrantes asiáticos en el Perú**. Lima: IEP; JCAS, 2002.

ANEXOS

ANEXO A – CARTA DE PERMISSÃO PARA ACESSAR AO ARQUIVO DE LIMITES DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DE LIMA

De: **Silvia Patricia Herrera Castañeda** (sherrerac@rree.gob.pe)

Enviada: quarta-feira, 21 de março de 2012 16:41:05

Para: Prof. Francisco R. S. Neto (fneto21@hotmail.com)

Estimado señor Francisco Rodrigues:

Sus documentos los presenté en mesa de partes del Ministerio y su solicitud de investigación fue autorizada.

Le recuerdo, que los horarios de atención son de 9:00 am a 5:00 pm en horario corrido. Hay restricciones con respecto a las reproducciones y revisión de documentos dependiendo de su estado de conservación.

La dirección es Jr. Lampa 535 Cercado de Lima. La Sala de Investigaciones se encuentra en el sótano 2.

Asimismo es necesario que porte un documento de identidad que le solicitarán al momento de ingresar al Ministerio, usted debe de comunicar que su solicitud de investigación en el Archivo Histórico de Límites fue aprobada.

Saludos cordiales

Silvia Patricia Herrera Castañeda

Archivo Histórico de Límites

204-2707

ANEXO B – CARTA DE PERMISSÃO PARA PESQUISAR NO ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY, ANTIGA SEDE, RIO DE JANEIRO, BRASIL

Prezado Sr. Francisco Rodrigues da Silva Neto,

Tendo sido encaminhado ao e-mail do Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro o seu pedido de realização de pesquisa na Biblioteca do Itamaraty do Rio de Janeiro, cumpre-me informar a V.Sa. que, no ERERIO, as pesquisas na Biblioteca e no Arquivo Histórico efetuam-se sob normas diferenciadas.

Desta forma, a fim de dirimir quaisquer dúvidas, informo-vos, ainda, que, caso a sua pesquisa seja em acervo bibliográfico, V.Sa. deverá entrar em contato com a Biblioteca no telefone: 21 2253-5720, a fim de proceder o seu agendamento naquele setor.

Caso a sua pesquisa seja, de fato, no acervo documental desta Instituição, seguem, abaixo, as instruções para agendamento de pesquisas no Arquivo Histórico:

Solicito a V.Sa. entrar em contato com o Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro através do telefone: **21 2253-5720**, de segunda a sexta-feira, das 10h às 17h, a fim de realizar a marcação efetiva de sua visita ao mesmo, nas datas que escolher. **A pesquisa deve ser feita no modo presencial.**

Tendo em vista o nosso limitado espaço físico destinado aos pesquisadores, **realizamos o agendamento somente por telefone**, evitando-se, assim, quaisquer transtornos oriundos de possíveis falhas no servidor desde Escritório. Também, por questões de limite de espaço, **não é permitida a entrada de acompanhantes.**

Para melhor auxiliá-lo, informamos que, **nosso horário de atendimento ao pesquisador é de segunda a quinta-feira, no horário das 11h às 17h (sem fechamento para o almoço)**. O acesso à documentação solicitada é imediato e V.Sa. poderá portar lap-top, bem como câmera fotográfica para captar as imagens de seu interesse, em número limitado e mediante a assinatura de nosso Termo de Uso das Imagens. Informamos ainda, que **o Arquivo Histórico do Itamaraty não dispõe de nenhum instrumento de pesquisa ou documentação de seu acervo online.**

Nosso acervo abrange o período de 1808 até 1959. Documentos posteriores, deverão ser consultados no Arquivo Histórico do Itamaraty em Brasília.

É imprescindível, nos dias agendados, que V.Sa. chegue ao Palácio do Itamaraty com um **documento de identidade com foto** (sem o qual a sua entrada nas dependências do prédio não será autorizada).

Alertamos que, não é permitida a entrada de pessoas trajando bermudas, shorts ou camisetas sem mangas.

Aguardaremos o seu contato e teremos o maior prazer em recebê-lo no AHI.

Atenciosamente,

Coord. AHI

ANEXO C– UN ESTUDIO SOBRE LA MIGRACIÓN DE JAPONESES PARA LA AMAZONÍA PERUANA Y SU CONTINUACIÓN PARA LA AMAZONÍA BRASILEÑA

CONCLUSIONES

El objetivo central de este estudio fue analizar la migración de japoneses a la Amazonía peruana y su consolidación en Puerto Maldonado (Madre de Dios), además de su contribución para la migración de japoneses al estado de Acre, Brasil.

Se buscó comprender los factores que determinaron la formación y el establecimiento de la comunidad japonesa de Puerto Maldonado, la cual surgió durante el período de auge de la explotación del caucho y que todavía existe, y las razones del fracaso para formar comunidades similares del lado brasileño en particular en el estado de Acre.

Este estudio consiguió demostrar que, en el caso de la Amazonía peruana, tres factores principales determinaron el surgimiento y fortalecimiento de la comunidad japonesa de Puerto Maldonado:

- 1) Una política continua a favor de la inmigración japonesa en las primeras décadas del siglo XX, centrada en el suministro de mano de obra en las fincas de caña de azúcar y algodón de la costa peruana, después de varios intentos fallidos con la contratación de chinos y europeos;
- 2) En la Amazonía, la participación de los inmigrantes japoneses en actividades económicas demandadas durante la expansión de la explotación del caucho;
- 3) El fortalecimiento de estas actividades después de la caída de la economía del caucho para asegurar el suministro de productos necesarios para la población remanente, inclusive substituyendo productos importados que no eran más importados o suministrados por grandes empresas.

La Amazonía se hizo cada vez más atractiva para los inmigrantes japoneses descontentos con las malas condiciones de trabajo en las fincas de la costa peruana, engrosando así la migración a esta región. La existencia misma de una comunidad más o menos organizada que servía de apoyo en la Amazonía peruana permitió el fortalecimiento de la venida de más inmigrantes.

En Puerto Maldonado, los japoneses se dedicaron a la producción de productos hortícolas y otros productos agrícolas para abastecer el mercado local, establecieron pequeñas empresas, y proporcionaron algunos servicios especializados. Ese fortalecimiento comunitario despertó, inclusive, el interés de algunas empresas reclutadoras de mano de obra para la costa, para llevar migrantes japoneses a la Amazonía en la primera década del siglo XX.

Con la caída de la economía del caucho, los grandes proveedores de productos de primera necesidad, por lo general importados, abandonaron el área, permitiendo el fortalecimiento de las actividades realizadas por los inmigrantes japoneses.

Actualmente la comunidad japonesa de Puerto Maldonado tiene un papel importante en la economía, la política y la cultura del lugar.

Durante el ciclo de la economía del caucho algunos de los inmigrantes japoneses en la Amazonía peruana se dirigieron a la Amazonia brasileña, ya sea directamente o pasando por la Amazonía boliviana. Estos migrantes quedaron conocidos como *Perú Kudari* (los que descendieron del Perú), y trabajaron en la construcción del ferrocarril Madeira-Mamoré y en lugares de explotación del caucho.

Sin embargo, los pocos registros de la participación de esos inmigrantes permiten pensar que fueron pocos y que no consiguieron organizarse de forma comunitaria, como en el caso de Puerto Maldonado.

Después de la decadencia de la economía del caucho los inmigrantes japoneses, al igual que muchos otros trabajadores de la explotación de caucho se dispersaron por Brasil y otros países. Además de esto, la alta incidencia de enfermedades tropicales asustaban a los habitantes de la región, quienes para protegerse huían de esos lugares.

Por otro lado, la política de fomento de la inmigración japonesa en Brasil fue tardía en relación a la política peruana y el apoyo a la formación de colonias en la Amazonía brasileña fue aún más tardío.

Sólo después de 1950, el gobierno de Acre, entusiasmado por el impulso de la política de inmigración japonesa en la Amazonia brasileña de 1929/1930, establece una colonia con algunas familias japoneses en Quinari en el actual municipio de Senador Guiomar.

Aunque al inicio esta comunidad prosperó, especialmente con la producción de maní, en la actualidad, se ha reducido a unos pocos individuos. Los inmigrantes

japoneses en el actual municipio de Senador Guimar (Quinari) mantienen una pequeña comunidad de descendientes de los inmigrantes japoneses pioneros y una asociación que los congrega.

El movimiento de kassegui posibilitó la ida de muchos jóvenes descendientes de japoneses para Japón. Para muchos autores, estos jóvenes hicieron el viaje de regreso tan soñado por los padres que decidieron emigrar a ultramar.

De este modo, entre 1985 y 1990, los trabajadores, incluso si eran de ascendencia japonesa fueron considerados ilegales en Japón y trabajaban bajo vigilancia constante. En la década de 1990, el Ministerio de Trabajo japonés reconoció a los descendientes de japoneses el derecho a residir y vivir legalmente en el país de sus antepasados.

De este reconocimiento surgió la posibilidad para muchos jóvenes nikkei nacidos en diferentes partes del mundo, especialmente los nacidos en países de América Latina, de viajar para Japón, para ocupar puestos de trabajo que no eran ocupados por nacionales.

Esta ida de jóvenes Nikkei para Japón coincide con un momento muy difícil para los países latinoamericanos en los que las economías estaban en crisis y el costo de vida era cada vez más exorbitante.

Sin embargo, con la ida de muchos jóvenes descendientes para trabajar en Japón, en la condición de de kassegui, la gestión de la Asociación japonesa permanece en manos de los más viejos, lo que es muy preocupante para garantizar la supervivencia de la comunidad, porque los jóvenes que deberían asumir la manutención de la cultura japonesa no están al frente de la asociación. Y también, la falta de apoyo del Estado es una queja constante de la comunidad.

En Puerto Maldonado, en la Amazonía peruana, por el contrario, el movimiento de kassegui hacia Japón ha generado masivas remesas a las familias de la comunidad japonesa, lo que fortalece la economía de la ciudad.

ANEXO D -ペルーのアマゾンへとブラジルのアマゾンへの

日本人移民についての研究

結論

この研究の中心的な目標は、アクレ州、ブラジルへの日本人移住に貢献する以外にも、ペルーのアマゾン、プエルトマルドナド（マドレ・デ・ディオス）での統合に日本人の移住を分析することであった。

プエルトマルドナドの日本人コミュニティの形成と確立を決定する要因は、このコミュニティはゴムの搾取の黄金期の間に出現している今も存在して理解し、ブラジル側の同じようなコミュニティを形成するために、失敗の理由は、特に、アクレの状態にある。

この研究は、ペルーのアマゾンの場合は、3つの主要な要因は、プエルト・マルドナドの日本人コミュニティの出現と強化を決定したことを実証した。

- 1) 20世紀の初頭における日本移民の賛成で継続的な政策は、サトウキビや綿ペルー沿岸、ヨーロッパと中国の募集とした後、失敗した試行の農場で手の労働力を提供することに焦点を当て、
- 2) アマゾンでは、日系移民の関与がゴムの搾取の膨張中の経済活動に要求される、
- 3) ゴム経済の崩壊後、これらの活動の強化は、もはや大企業の製品が輸入または供給置き換える含まない残りの人口のために必要な製品の供給を確保する。

アマゾンは、このように、この領域への移行を厚く、ペルー沿岸の農場で劣悪な労働条件に不満日本人移民にとってますます魅力的になっています。ペルーのアマゾンでのサポートを務め、多かれ少なかれ組織化されたコミュニティの存在そのものをより移民の到着を強化しています。

プエルトマルドナドでは、日本の中小企業を設立し、現地の市場に供給するための園芸やその他の農産物の生産に特化し、いくつかの専門的なサービスを提供された。これは、20世紀の最初の十年でアマゾンへの移住者を駆動する、海岸のために熟練した人材を募集していくつかの企業の利息を含む地域社会のエンパワーメントを巻

き起こした。

ゴム景気の落下では、定番製品の大規模な供給業者は、通常、インポートされた、日本の移民によって実行される活動の強化を可能にする、領域を残した。

現在、プエルトマルドナドの日本社会は、場所の経済、政治、文化の中で重要な役割を果たしている。

ゴム景気のサイクルの間、ペルーのアマゾンの日本人移民のいくつかは、直接またはボリビアアマゾンと歩道、ブラジルのアマゾンに行ってきました。これらの移住者は、ペルーペ下り（ペルーの子孫のもの）として知られるようになった、と鉄道マデイラ-マモレとゴムの搾取の場所の構築に取り組みました。

しかし、参加のいくつかの記録は、これらの移民が、彼らは数が少なかったとプエルトマルドナドの場合のように、コミュニティとして組織化することができなかつたと思うことができます。

ゴム経済日系移民の衰退後、ブラジルおよびその他の国全体にゴムスプレッドの搾取の他の多くの労働者のように。これまで連合軍、これらの場所を保護するために逃げる住民を怯え熱帯病の発生率が高い。

一方で、ブラジルへの日本人移民を奨励する政策はペルー政治とアマゾンのコロニーの形成のためのサポートと比較して、さらに遅れているが遅れた。

のみ、1950年の後、1929から1930年アマゾンの日本移民政策への刺激によって励起エーカーの政府は、Quinari ファミリの一部の日本人、Senador Guiomard の現在の自治体とのコロニーを確立します。

初めにこのコミュニティは現在、特にピーナッツの生産を、繁栄するが、少数の個人に還元されています。

Senador Guiomard (Quinari) の現在の市町村の日本人移民は日本人移民と開拓者の子孫の小さなコミュニティを結集関連を維持。

出稼ぎの動きは日本に向けて日系の若者の移動を可能にしました。海外に移行することを決定し、両親によって夢見として多くの著者のために、これらの若者は、戻り旅行をした。このように、1985年から1990年の間、労働者は、彼らは日系のものであった場合でも違法とみなされた、一定の監視下に作業していた。1990年代には、労働環境省は、子孫に常駐し、彼らの先祖の国に合法的に生きる権利を認識した。

この認識は国民に受け入れられていない作品の位置を占めるように、日本に向けての旅に着手する、世界のさまざまな部分、ラテンアメリカ諸国で生まれ、特に年に生まれ、多くの若い日系人の可能性が来た。

日本に向けて若い日系人のこのラウンドは経済が危機に瀕していたし、生活費が今より手が届かないになっていたラテンアメリカ諸国にとって非常に困難と一致している。

しかし、日本で働く多くの若い子孫の出発で、出稼ぎを提供し、日本人会の管理は、地域社会の生存のために非常に心配である、古いの中で残っているので、若い人たちが取るべき日本文化の維持の面前方の関連はありません。また、国の支援の欠如は社会から一定の苦情がある。

ペルーのアマゾンでのプエルト・マルドナドでは、逆に、日本に向けた動き出稼ぎは、市内の経済を強化し、日本社会の家族に大規模な送金を生成しました。